



ISSN
2763-8928

REVISTA CIENTÍFICA ACERTE



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

FICHA CATALOGRÁFICA

FÓRUM DE ECONOMIA FAMILIAR – ESTRATÉGIAS E SUSTENTABILIDADE, 1., 2024, Online.

Anais / organizado por Márcia Mello Costa De Liberal e Daniela Verzola Vaz – Osasco: Universidade Federal de São Paulo.

Publicado na Revista Científica Acertte – ISSN 2763-8928.

99 p. : e49213. ; 30 cm.

Inclui bibliografia.

1. Economia familiar – Conferências, congressos, etc. 2. Sustentabilidade – Economia.

DOI

<https://doi.org/10.63026/acertte.v4i9.213>

FÓRUM
DE ECONOMIA FAMILIAR



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

COORDENAÇÃO GERAL:

Profª Dra. Daniela Verzola Vaz (EPPEN - UNIFESP)

Profª. Dra. Marcia Mello Costa De Liberal (EPPEN - UNIFESP)

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Beatriz Cremm Bueno (EPPEN - UNIFESP)

Bento Lafayette Carvalho de Freitas (EPPEN - UNIFESP)

Daniela Gomes do Nascimento (EPPEN - UNIFESP)

Davi Evangelista Costa Rangel de Souza (EPPEN - UNIFESP)

Gabriel Carvalho do Amaral (EPPEN - UNIFESP)

João Pedro Rochetti da Mota (EPPEN - UNIFESP)

Julia Santos da Silva (EPPEN - UNIFESP)

Kamilla de Oliveira Lima (EPPEN - UNIFESP)

Lucas Pereira da Silva (EPPEN - UNIFESP)

Maria Manoela Procópio Mendonça (EPPEN - UNIFESP)

COMITÊ CIENTÍFICO:

Profª Dra. Daniela Verzola Vaz (EPPEN - UNIFESP)

Prof. Dr. Fábio Alexandre dos Santos (EPPEN - UNIFESP)

Prof. Dr. Marcelo Soares de Carvalho (EPPEN - UNIFESP)

Profª. Dra. Marcia Mello Costa De Liberal (EPPEN - UNIFESP)



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	04
Artigo - FORMAÇÃO CIDADÃ, CONSUMO E SUSTENTABILIDADE	06
Artigo - SEGURANÇA ALIMENTAR versus SEGURANÇA DE ALIMENTOS	19
Artigo - FRUIR, MORAR, VESTIR: REFLEXÕES SOBRE QUALIDADE DE VIDA RELACIONADA COM ARTE, HABITAÇÃO E VESTUÁRIO	36
Artigo - A PRESENÇA DE FILHOS E A INFLUÊNCIA NA PERMANÊNCIA DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO	44
Artigo - ECONOMIA FAMILIAR: ESTRATÉGIAS E SUSTENTABILIDADE E SUA RELAÇÃO COM A GESTÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS	66
Artigo - EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE	72
Resumo - O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA QUALIDADE DE VIDA: UMA PERSPECTIVA DE MICROECONOMIA E ECONOMIA FAMILIAR	88
Resumo - A ECONOMIA FAMILIAR NO CONTEXTO RURAL: GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E PLANEJAMENTO FINANCEIRO	90
Resumo - IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO CAMPUS GUARULHOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	92
Resumo - IMPACTOS DAS TELAS DIGITAIS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL E BEM-ESTAR FAMILIAR: DESAFIOS PARA A ECONOMIA FAMILIAR	94
Resumo - A ECONOMIA FAMILIAR NO VAREJO FARMACÊUTICO: PERCEPÇÃO DOS GESTORES SOBRE O PAPEL DAS FARMÁCIAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	96
Resumo - POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FERRAMENTA DE INCENTIVO ECONÔMICO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO DE NOVOS MEDICAMENTOS PARA A LEISHMANIOSE VISCERAL	98



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

APRESENTAÇÃO

FÓRUM DE ECONOMIA FAMILIAR: ESTRATÉGIAS E SUSTENTABILIDADE

No contexto atual do Brasil, a discussão sobre economia familiar torna-se cada vez mais urgente, especialmente em relação à busca por estratégias que promovam a sustentabilidade e o bem-estar das famílias. O “Fórum de Economia Familiar: Estratégias e Sustentabilidade”, realizado nos dias 25 e 26 de novembro de 2024, no formato online, destacou a relevância desse tema ao explorar diversas áreas que impactam diretamente a vida cotidiana das pessoas, como alimentação, habitação e desenvolvimento humano.

Um dos temas centrais abordados no fórum foi a relação entre alimentos, nutrição e saúde. A qualidade dos alimentos consumidos é um fator crítico para a saúde das famílias e, por isso, o controle de qualidade em alimentos é fundamental. Durante as discussões, especialistas ressaltaram a importância de práticas de educação sanitária que ajudem os consumidores a fazer escolhas mais saudáveis. A segurança alimentar e nutricional também foi um tópico importante, principalmente em comunidades mais vulneráveis. Garantir que todas as famílias tenham acesso a alimentos saudáveis é um desafio que requer a atuação conjunta de governo, sociedade civil e organizações não governamentais.

Nesse sentido, o fórum propôs a discussão de soluções práticas, como a implementação de programas de educação alimentar nas escolas e comunidades. Esses programas não apenas ensinam sobre a importância de uma alimentação balanceada, mas também empoderam as famílias a identificar alimentos de qualidade e a compreender rótulos. A biotecnologia e a ciência e tecnologia de alimentos de origem vegetal e animal também foram mencionadas como áreas promissoras para o fortalecimento da produção de alimentos sustentáveis, capazes de atender às necessidades nutricionais da população sem comprometer o meio ambiente.

A discussão sobre arte, habitação e vestuário trouxe à tona a conexão entre consumo consciente e a identidade cultural das comunidades. O papel do artesanato foi destacado como uma ferramenta vital de inclusão social, permitindo que artistas locais desenvolvessem habilidades e gerassem renda. A moda sustentável, por sua vez, foi abordada como uma tendência crescente, que não apenas atende a demandas estéticas, mas também respeita princípios ambientais e éticos. Um dos pontos levantados foi a importância de apoiar marcas que utilizem materiais recicláveis e técnicas de produção que reduzam o impacto ambiental.

Além de saúde e habitação, o fórum também se concentrou no desenvolvimento humano, incluindo discussões sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente. Os participantes destacaram as políticas públicas como essenciais para garantir acesso adequado a serviços como saúde, educação e proteção social. A presença da mulher nesses debates foi particularmente



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

significativa, pois o empoderamento feminino está intrinsecamente ligado ao progresso econômico das famílias. Ao discutir as dinâmicas familiares, ficou claro que as mulheres frequentemente assumem papéis multifacetados, equilibrando trabalho remunerado e obrigações domésticas, e que sua participação ativa é crucial para melhorias nas condições de vida.

Outro aspecto discutido no fórum foi a interdependência entre o consumo e a ecologia humana. As escolhas feitas por indivíduos e famílias têm um impacto direto no meio ambiente. Assim, promover o consumo consciente, que leve em conta não apenas o preço, mas também a origem e a sustentabilidade dos produtos, foi uma mensagem forte que permeou as discussões.

As estratégias propostas incluíram, entre outras, a necessidade de fomentar a educação alimentar, incentivar práticas de moda sustentável e desenvolver políticas públicas que realmente atendam às necessidades das comunidades. Os participantes concordaram que para efetivar mudanças significativas, é crucial construir redes de colaboração entre diferentes setores da sociedade: cidadãos, organizações não governamentais, empresas e o governo.

Em síntese, o “Fórum de Economia Familiar: Estratégias e Sustentabilidade” proporcionou um espaço rico para a discussão sobre como fortalecer a economia das famílias, promovendo não apenas a sustentabilidade, mas também a qualidade de vida. As interações entre os participantes ressaltaram a importância de ouvir diferentes vozes e experiências, mostrando que soluções inovadoras surgem da diversidade e da colaboração. Com o compromisso coletivo em busca de um futuro mais sustentável e digno, o fórum destacou que é possível construir um caminho que beneficie, em última análise, todos os membros da sociedade.

Profa. Dra. Daniela Verzola Vaz

Profa. Dra. Márcia Mello Costa De Liberal



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

FORMAÇÃO CIDADÃ, CONSUMO E SUSTENTABILIDADE

CITIZENSHIP EDUCATION, CONSUMPTION AND SUSTAINABILITY

EDUCACIÓN CIUDADANA, CONSUMO Y SOSTENIBILIDAD

Maria Zênia Tavares da Silva

Doutora em Sociologia, Graduada em Economia Doméstica e Pedagogia. Docente da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), nos cursos de graduação: Bacharelado em Ciências do Consumo e Bacharelado em Agroecologia. Coordenadora do Núcleo de Estudos do Consumo e Economia Familiar (Necef/CNPq). Integrante da Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Redepssan) e da Rede Consumidor Pernambuco.

RESUMO

O consumo determinado pelos princípios do sistema capitalista nos dias atuais, tem trazido consequências negativas para a sociedade, no que diz respeito às questões sociais, econômicas, políticas e ambientais. Nesse sentido, a educação tem papel fundamental na ação das pessoas frente às atuais mudanças, ocorridas no mundo contemporâneo globalizado. Três diferentes modalidades se inserem no campo educacional: a educação formal, a educação informal e a educação não formal. Elas ocorrem de forma separadas, mas não são independentes uma da outra, procuram preparar a pessoa para o desenvolvimento de suas atividades ao longo da vida. Cada uma delas, com suas especificidades e relevância, pode contribuir para a formação cidadã. A formação cidadã, a partir da educação, contribui para o/a cidadão/ã ocupar um lugar de destaque nas decisões governamentais, tendo em vista que o exercício da cidadania leva o indivíduo a relacionar-se com o Estado, com atuação mais efetiva, crítica e propositiva, sobre temas sociais, políticos, econômicos e ambientais. A ausência de educação para o consumo e a educação ambiental, assim como, a educação de qualidade, revela a falha da atuação do Estado para garantir à população melhores condições de participar na vida pública do país. A politização do consumo representa um desafio importante para a educação contemporânea, especialmente quando alinhada com os objetivos globais da Agenda 2030. Dessa forma, a transformação social proporcionada por uma educação crítica e inovadora, nas modalidades formal e não formal tendo em vista a produção e o consumo consciente e sustentável, é um dos grandes desafios a ser enfrentado na sociedade capitalista globalizada. O objetivo desta comunicação é discorrer a respeito da importância da educação para a formação cidadã, em diferentes espaços. Especificamente, demonstrar o papel da educação formal e não formal para o exercício do consumo consciente e sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania. Educação. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Politização do Consumo.

ABSTRACT

Consumption, which is determined by the principles of the capitalist system nowadays, has brought negative consequences to society regarding social, economic, political, and environmental issues. In this sense, education plays a fundamental role in people's actions in the face of the current changes that have occurred in the contemporary globalized world. Three different modalities are inserted in the educational field: formal education, informal education, and non-formal education. They occur separately but are not independent of each other, they seek to prepare the person for the development of their activities throughout life. Each of them, with its specificities and relevance, can contribute to citizenship education. Citizenship education, based on education, contributes to the citizen occupying a prominent place in government decisions, considering that the exercise of citizenship leads the individual to relate to the State, with more effective, critical, and purposeful action, on social, political, economic and environmental issues. The absence of education for consumption and environmental education, as well as quality education, reveals the failure of the State's action to guarantee the



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

population better conditions to participate in the country's public life. The politicization of consumption represents a major challenge for contemporary education, especially when aligned with the global goals of the 2030 Agenda. Thus, the social transformation provided by a critical and innovative education, in the formal and non-formal modalities with a view to conscious and sustainable production and consumption, is one of the great challenges to be faced in the globalized capitalist society. The objective of this paper is to discuss the importance of education for citizenship formation, in different spaces. Specifically, to demonstrate the role of formal and non-formal education for the exercise of conscious and sustainable consumption.

KEYWORDS: Citizenship. Education. Sustainable Development Goals. Politicization of Consumption.

RESUMEN

El consumo determinado por los principios del sistema capitalista en la actualidad ha traído consecuencias negativas para la sociedad, en lo que respecta a cuestiones sociales, económicas, políticas y ambientales. En este sentido, la educación juega un papel fundamental en la acción de las personas ante los cambios actuales que se han producido en el mundo globalizado contemporáneo. En el ámbito educativo se insertan tres modalidades diferentes: la educación formal, la educación informal y la educación no formal. Se dan por separado, pero no son independientes entre sí, buscan preparar a la persona para el desarrollo de sus actividades a lo largo de la vida. Cada uno de ellos, con sus especificidades y pertinencia, puede contribuir a la educación para la ciudadanía. La educación ciudadana, basada en la educación, contribuye a que el ciudadano ocupe un lugar destacado en las decisiones gubernamentales, considerando que el ejercicio de la ciudadanía lleva al individuo a relacionarse con el Estado, con una acción más efectiva, crítica y propositiva, en temas sociales, políticos, económicos y ambientales. La ausencia de educación para el consumo y educación ambiental, así como de educación de calidad, revela el fracaso de la acción del Estado para garantizar a la población mejores condiciones para participar en la vida pública del país. La politicización del consumo representa un gran desafío para la educación contemporánea, especialmente cuando está alineada con los objetivos globales de la Agenda 2030. Así, la transformación social que proporciona una educación crítica e innovadora, en las modalidades formal y no formal con miras a una producción y consumo consciente y sostenible, es uno de los grandes desafíos a enfrentar en la sociedad capitalista globalizada. El objetivo de este trabajo es discutir la importancia de la educación para la formación ciudadana, en diferentes espacios. En concreto, demostrar el papel de la educación formal y no formal para el ejercicio del consumo consciente y sostenible.

PALABRAS CLAVE: Ciudadanía. Educación. Objetivos de Desarrollo Sostenible. Politización del consumo.

1 INTRODUÇÃO

O consumo tem se tornado uma força central nas relações socioeconômicas de sociedades capitalistas, moldando profundamente a dinâmica social, cultural e econômica. No capitalismo, o consumo não é apenas uma resposta às necessidades básicas do ser humano, mas um motor que impulsiona a produção, o crescimento econômico e a reprodução de um sistema que valoriza o lucro e o aumento contínuo da produção e do consumo. Esse modelo promove uma relação de consumo constante e muitas vezes exacerbada, alimentada pela publicidade e pela crença de que a felicidade e o bem-estar estão diretamente ligados à posse de bens materiais.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

As consequências desse modelo de consumo são multifacetadas. Por um lado, ele gera crescimento econômico e desenvolve setores da indústria, criando empregos e movimentando mercados globais. No entanto, o consumo desenfreado leva a sérios impactos ambientais, como o esgotamento de recursos naturais, a poluição e a mudança climática. Além disso, há um aumento das desigualdades sociais, já que, muitas vezes, o acesso a bens de consumo é desigual e depende de condições socioeconômicas específicas, aprofundando as divisões entre classes sociais. No nível cultural, o consumo excessivo pode promover uma cultura de descartabilidade e superficialidade, em que a identidade do indivíduo é muitas vezes definida pelo que ele consome, em vez de seus valores, ações ou princípios.

Nesse sentido, a educação tem papel fundamental na ação das pessoas frente às atuais mudanças, ocorridas no mundo contemporâneo globalizado. A educação, importante direito social para toda população brasileira, preconizado na Constituição Federal Brasileira de 1988 objetiva o pleno desenvolvimento da pessoa, a fim de contribuir para a construção da cidadania e a atuação no mundo do trabalho (BRASIL, 2016).

Importante destacar que o processo educativo não ocorre só na escola, mas em diferentes espaços e momentos de nossas vidas. Essa questão é marcada logo do 1º artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB): “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (LDB, 2017, p. 8).

De um modo geral, a educação tem sido classificada em três modalidades: a educação formal, a educação informal e a não-formal, que permitem a formação em diferentes saberes.

As dimensões sociais e políticas precisam estar presente numa educação que tem finalidade democrática e emancipadora. Assim sendo, a educação trabalhada nas instituições de ensino, ao envolver aspectos científicos e técnicos articulados com aspectos sociais, políticos e ideológicos, apresenta um caráter sistêmico, que favorece o desenvolvimento integral e inclusivo do indivíduo. Ou seja, saberes escolares possibilitam o/a educando/a questionar o mundo a partir das especificidades dos diferentes conhecimentos. Igualmente, os espaços extramuros escolares/acadêmicos, como movimentos sociais, organizações da sociedade civil, manifestações culturais, entre outros, ao proporcionarem espaços de reflexões democráticas, objetiva contribuir para uma sociedade mais engajada, e com condições de atuar de forma mais efetiva e com compromisso social, frente aos diferentes problemas a serem enfrentados no mundo.

Um dos grandes desafios atuais diz respeito aos estudos do consumo e meio ambiente, ou melhor dizendo, a sustentabilidade do planeta e conseqüentemente de todos/as que nele vivem. A crise



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

ambiental intensificada nos últimos anos, requer de nós analisar e repensar nossas práticas de consumo, o que exige também, do Estado, proporcionar novas formas de produção e consumo.

Estudar o consumo e a sustentabilidade para a formação cidadã, a partir da educação crítica e emancipatória, contribui para que o/a cidadão/ã ocupe um lugar de destaque nas decisões governamentais, tendo em vista que o exercício ativo da cidadania leva o indivíduo a relacionar-se com o Estado, com atuação mais efetiva, crítica e propositiva, sobre temas sociais, políticos, econômicos e ambientais.

Por possuir íntima ligação tanto com o desenvolvimento sustentável, como para o exercício da cidadania, a articulação da educação para o consumo e a educação ambiental, se faz necessária. E por ser um tema vinculado à cidadania, a questão do consumo diz respeito a toda sociedade. Assim, faz-se necessário analisar sob diferentes óticas, especialmente a ambiental, com seu reatamento no social, econômico e político.

As três modalidades de educação, especialmente a formal e não formal, têm um papel fundamental para que a população tenha uma nova consciência política e ambiental frente às mudanças impostas por um mundo globalizado e cada vez mais individualista. Portanto, o consumo no capitalismo não se limita à satisfação de necessidades, mas se transforma em um fenômeno que influencia comportamentos, define status social e afeta profundamente as questões ambientais e sociais. Para que a sociedade avance de maneira sustentável e justa, é necessário repensar essa lógica consumista, promovendo práticas mais conscientes e equilibradas que considerem os limites ecológicos e as necessidades coletivas.

A partir do exposto, o objetivo desta comunicação é discorrer a respeito da importância da educação para a formação cidadã, em diferentes espaços e níveis. Especificamente, evidenciar o papel da educação formal e não formal para o exercício da cidadania, articulada com o consumo e a sustentabilidade. Para a elaboração desse texto, utilizou-se de pesquisa bibliográfica. Inicialmente, abordaremos as diferentes formas de educação, em seguida versaremos sobre a educação e o exercício da cidadania, logo após trataremos do consumo e a sustentabilidade. Por fim, faremos algumas considerações finais.

2 PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO: FORMAL, INFORMAL E NÃO FORMAL

A formação cidadã no contexto contemporâneo exige uma abordagem multifacetada, que envolva tanto a educação formal quanto a não formal, para preparar indivíduos capazes de atuar de forma ética e consciente no exercício de suas responsabilidades sociais. Três diferentes modalidades se inserem no campo educacional: a educação formal, a educação informal e a educação não-formal (CASCAIS e TERÁN, 2014). Elas ocorrem de forma separadas, mas não são independentes uma da



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

outra, procuram preparar a pessoa humana para o desenvolvimento de suas atividades ao longo da vida.

A educação formal, estruturada em currículos escolares e programas acadêmicos, têm um papel fundamental na construção de conhecimentos sobre questões ambientais, sociais e econômicas, permitindo a compreensão dos impactos das decisões de consumo no mundo atual.

Por outro lado, a educação não formal, que ocorre em ambientes como Organizações da Sociedade Civil (OSC), movimentos sociais, espaços comunitários e até no contexto digital, oferece oportunidades para a formação contínua e o aprendizado prático, muitas vezes mais acessível e voltado para a ação direta. Ambas são cruciais para fomentar um comportamento mais responsável e sustentável, orientando os cidadãos a adotar práticas de consumo que respeitem os limites ecológicos e promovam a justiça social.

Ao integrar essas duas formas de educação, é possível construir uma consciência crítica que contribua para a construção de uma sociedade mais justa e equilibrada, na qual o consumo consciente se torna não apenas um ato individual, mas uma prática coletiva de preservação e respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos.

Cada uma delas, com suas especificidades e relevância, pode contribuir para a formação cidadã. Destacamos as diferenças entre elas:

- **Educação formal**, acontece em instituições de ensino públicas e privadas, de forma sistemática e seriada de ensino. As aulas ocorrem em grande parte em salas de aula, utilizando livros didáticos, cadernos e equipamentos que ajudem no desenvolvimento das aulas. Essa modalidade é regulada pela Lei de Diretrizes de Base (LDB), segue regras, tem um currículo dividido em disciplinas, e organizada por idade e nível de conhecimento, tem como resultado esperado a aprendizagem e a titulação.
- **Educação informal**, a aprendizagem ocorre fora dos estabelecimentos de ensino, de forma contínua e não sistematizada, ou seja, está voltada ao comportamento, a partir do senso comum. Essa educação é adquirida ao longo de toda trajetória de vida do indivíduo, por influência dos espaços que frequenta e das pessoas com quem tem contato, isto é, família, vizinhos/as, trabalho, igreja, esportes, biblioteca, entre outros. As aprendizagens também são adquiridas através dos meios de comunicação e redes sociais, tendo em vista que os meios de comunicação de massa e as redes sociais estão cada vez mais ocupando lugar de destaque na vida das pessoas, e impondo hábitos de consumo desejos e necessidades, valores não intencionados e não institucionalizados.
- **Educação não formal**, pode ocorrer em instituições de ensino, mas não é normatizada pela LDB, melhor dizendo, não segue uma normatização de séries como ocorre com a educação formal. É uma atividade educacional organizada e estruturada, implementada ou não, fora da escola, mas que tem flexibilização com a duração e locais de realização. Assim como, com a adaptação de



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

conteúdo a partir de diferentes grupos, em outras palavras, é um processo de formação, com programa sistemático e planejado, mas que não faz parte do sistema de ensino. É um processo voluntário de aprendizagem social focada no indivíduo, e que acontece geralmente em Organização Não Governamental (ONG), instituições religiosas, iniciativas particulares e programas sociais públicos. De acordo com Gohn (2006, p. 32), a educação não formal está “voltada para o ser humano como um todo, cidadão do mundo, homens e mulheres”, onde vários processos são desenvolvidos, com novas possibilidades de conhecimentos sobre o mundo que nos envolve, assim como as relações sociais estabelecidas.

As três modalidades de educação, apresentadas acima, podem contribuir para o exercício da participação ativa e crítica dos/as cidadãos/ãs, a fim de que tenhamos uma sociedade democrática e não excludente. A seguir, abordaremos a importância da educação para o exercício da cidadania.

3 A EDUCAÇÃO E O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Como pontuado, a educação extrapola os espaços delimitados das instituições de ensino, visto que durante toda a vida adquirimos conhecimentos e aprendizados, que chegam a partir de novas experiências vivenciadas. Assim, os diferentes tipos de educação precisam pontuar a formação cidadã como caminho para propiciar o desenvolvimento de capacidades que favoreçam a compreensão e a intervenção nos fenômenos sociais e culturais, a fim de exercer a cidadania de forma qualificada. Para isso, é preciso “compreender a cidadania como participação social e política, assim como exercício de direitos e deveres políticos, civis e sociais...” (BRASIL, 1997, p. 07).

Na educação formal, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), também estabelece a necessidade de desenvolver no/a educando/a algumas competências, melhor dizendo, define dez competências necessárias para o exercício da cidadania, quais sejam: conhecimento; pensamento científico, crítico e criativo; repertório cultural; comunicação; cultura digital, trabalho e projeto de vida; argumentação; autoconhecimento e autocuidado; empatia e cooperação (BRASIL, 2017). O que significa dizer que o processo educativo do indivíduo na contemporaneidade do modo de produção capitalista, marcado pela hegemonia do neoliberalismo e do individualismo, requer o enfrentamento de grandes desafios, pois se exige dele inúmeras competências e expertises para atuar no campo profissional e pessoal.

A efetivação das dez competências apresentadas, passa também pelo alinhamento com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) para cumprimento da Agenda 2030 (Figura 1), em especial, o ODS de número 4, que trata especificamente da educação de qualidade, acrescentamos o ODS de número 12, que versa sobre o consumo e produção responsáveis, tendo em vista o desafio sobre a produção e o consumo na



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

contemporaneidade. Igualmente, faz-se necessário acrescentar, o alinhamento do ODS 12 para efetivar as competências, aliadas a transversalidade dos temas definidos na BNCC, entre eles, a cidadania, a educação para o consumo e a educação ambiental (Figura 2).



Figura 01: Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU)
Fonte: IPEA, 2018.

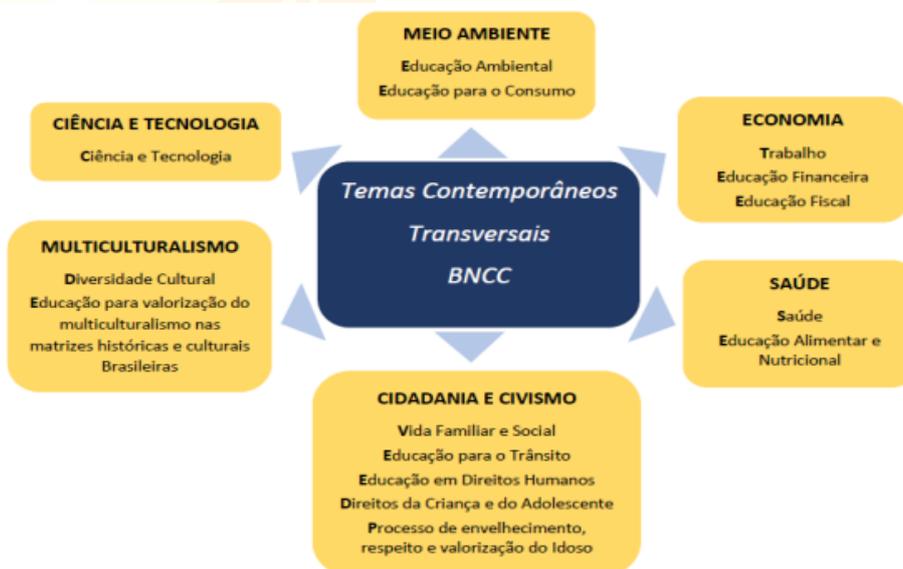


Figura 02: Temas Contemporâneos Transversais na BNCC
Fonte: Brasil, 2019.

Com relação a importância da escola (diríamos também dos espaços não escolares), para o exercício da cidadania, apontamos que,



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

A construção da cidadania é um processo permanente e de crescente importância no contexto de um mundo global e complexo. A escola, como espaço de encontro e convivência, é um lugar propício para a produção e o intercâmbio de novas formas de olhar e pensar. Ela adquire um papel chave na construção do sujeito social e é o primeiro laboratório de exercício de cidadania, em que o/a estudante aprende a se relacionar com o outro e a participar como indivíduo de espaços coletivos. Neste contexto, a educação, para além de sua função essencial de preparar os/as estudantes à vida profissional, atua no desenvolvimento do potencial humano dos/as jovens, para que possam escolher o seu projeto de vida e participar de forma positiva na construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e solidária (AIPR, 2020, p. 09)

Ressaltamos que o processo educativo, tendo em vista a formação cidadã nas instituições de ensino e nos espaços fora do ambiente escolar, se mostram como *lócus* adequado para provocar discussões contextualizadas que visam elucidar nos/as envolvidos/as como é possível alcançar a cidadania através de compartilhamento de conhecimentos. De maneira que a pessoa possa se tornar um/a cidadão/ã com participação ativa e dotado de compreensão de questões relevantes para a sociedade, nomeadamente às questões do consumo reverberando nas questões ambientais, que ao mesmo tempo, não estão separadas das questões sociais, políticas e econômicas.

4 O CONSUMO E A SUSTENTABILIDADE

O consumo faz parte da vida, é necessário à sobrevivência humana, acontece desde antes o nascimento, pois todo preparo para o nascimento de alguém, requer uma mínimo de consumo, que se adquire não apenas através da compra e venda, faz-se necessário condições adequadas de habitação, vestuário, alimentação, entre outros, caracterizando-se assim como consumo. Assim, falar de consumo e não articular com a cidadania, fragiliza a discussão, visto que a cidadania está diretamente relacionada às condições de consumo que os indivíduos possuem. O exercício da cidadania requer responsabilidade, participação e compromisso com o coletivo, como já assinalado anteriormente, requer atenção com o bem comum, com as consequências que podem trazer para o planeta e a humanidade. Lembrando que nós, seres humanos, também somos natureza.

Articular cidadania e consumo, exige refletir sobre o que importa numa sociedade capitalista, ou na sociedade de consumo. De acordo com Martins (2014), a sociedade de consumo é a fase avançada do desenvolvimento industrial capitalista, caracterizada pelo consumo exagerado de bens e serviços, e que se encontra disponíveis pelo grande volume de produção.

A facilidade no acesso ao crédito, tem possibilitado o consumo de forma acentuada e as vezes desenfreadas, causando desequilíbrio financeiro (por exemplo, o superendividamento), além de provocar danos sociais e ambientais, assim como interfere na cultura e nos estilos de vida das pessoas, nos diferentes cantos do mundo. O/a consumidor/a, sente a obrigatoriedade de satisfazer necessidades e desejos, muitas vezes despertados pela publicidade, com o fim de se sentir inserido em determinados grupo social. A busca pelo consumo desenfreado, com estímulo da publicidade, interfere na construção



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

da identidade do indivíduo, onde o *ter* passa a ser mais valorizado do que o *ser* (SCHEID e NOGARO, 2017)

O estímulo que o capitalismo promove ao consumo, segue em direção contrária ao bem comum. Cada vez mais, o sujeito é estimulado a atender suas necessidades individuais, em detrimento ao coletivo, sem refletir sobre as consequências e os danos que podem causar ao meio ambiente, visto que a

Sociedade de consumo caracteriza-se, antes de tudo, pelo desejo socialmente expandido da aquisição do “supérfluo”, do excedente, do luxo. Do mesmo modo, se estrutura pela marca da insaciabilidade, da constante insatisfação, onde uma necessidade preliminarmente satisfeita gera quase automaticamente outra necessidade, num ciclo que não se esgota, um *continuum*, onde o final do ato consumista é o próprio desejo de consumo (Retondar, 2008, p. 138).

De acordo com Colombo; Favoto e Carmo (2008), o consumo passou a comandar a lógica do sistema capitalista. A publicidade, o marketing, difundidos pelos meios de comunicação de massa, tem um papel importante na divulgação dos produtos e serviços, conseqüentemente na expansão da produção. O aumento na disponibilidade de produtos aliados à publicidade, aumenta a demanda material e a definição de um estilo de vida insustentável. Visto que a publicidade desperta a necessidade de consumo nos diferentes segmentos, sendo a moda, nas suas mais diversas expressões, uma aliada, pois pauta a procura por consumo e determina comportamentos, assim como identifica marcos históricos (Moura, 2018). A moda está presente nos diversos ramos da economia, não só no segmento do vestuário (roupas e acessórios), mas também na alimentação, nos eletrodomésticos, nos equipamentos eletrônicos, nos automóveis, dentre tantos outros objetos de consumo. Assim dizendo, a moda contribui para que a obsolescência planejada ganhe força, isto é, a vida dos produtos é acelerada e favorece a abundância no consumo, característica da sociedade de consumo. Sociedade essa, “criada pela multiplicidade dos objetos, dos serviços, dos bens materiais” (Baudrillard, 1995, p. 15).

Assim, o modelo econômico atual, que contribui para que a produção e o consumo ocorram de forma exacerbada, favorece desequilíbrios no âmbito da economia, do social e do ambiental, como também no emocional, tendo em vista que o consumo também ocorre na ordem do simbólico. Na questão ambiental, estamos vivendo grandes danos/desastres ambientais, a exemplo do que ocorreu no Brasil, enchentes no Rio Grande do Sul, seca em São Paulo, incêndio no Centro Oeste do país. Alerta sobre as consequências do modelo desenvolvimento adotado no país, já foram expressos no ano de 1999, ou seja, no século passado:

Os efeitos da degradação ambiental não podem ser tratados sem que se combatam as suas causas. O capitalismo moderno deu à luz o consumismo, o qual criou raízes profundas entre as pessoas. O consumismo tornou-se a principal válvula de escape, o último reduto de auto-estima em uma sociedade que está perdendo rapidamente a noção de família, de convivência social, e em cujo seio a violência, o isolamento e o desespero dão sinais alarmantes de crescimento (Penna, 1999, p. 216).



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

Para atender o ODS 12, que trata do consumo e a produção responsáveis, faz-se necessário mudar os padrões de produção e conseqüentemente de consumo. Tendo em vista que o/a consumidor/a consome o que está disponível para comprar. A produção depende da ação do Estado, uma vez que o mesmo é o mediador nas relações de consumo. Outro exemplo que degrada o meio ambiente e que traz sérios danos para saúde e a cultura alimentar da população, é o uso de agrotóxicos (venenos) na produção agrícola e o uso exagerado de produtos químicos na industrialização, na elaboração de produtos comestíveis, os denominados alimentos ultraprocessados (Brasil, 2014).

O desenvolvimento na sociedade capitalista, que visa o uso da natureza para a produção e o lucro de forma insustentável, precisa ser revisto e alterado. Na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, foi discutido o desenvolvimento sustentável, divulgado na Agenda 21 (intenções de mudanças para o desenvolvimento no século XXI), documento que orienta o planejamento para construir sociedades sustentáveis. Na Agenda 21 é pautada a necessidade de mudanças dos padrões de consumo, e sinaliza que para que isso ocorra, requer; (1) examinar os padrões, atualmente, insustentáveis de produção e consumo e (2) desenvolver políticas e estratégias que estimulem mudanças nos vigentes padrões insustentáveis de consumo (AGENDA 21, 1992). Ou seja, a Agenda 21 orienta sobre as ações que os governos precisam adotar para que o crescimento dos países esteja alinhado com a preservação do meio ambiente. A mudança na relação com a natureza desde a produção, passando pela indústria, até chegar na comercialização, contribui para um consumo sustentável, isto é, para uma forma de consumo que satisfaz as necessidades atuais dos/as consumidores/as e da sociedade em geral, sem comprometer as necessidades das futuras gerações. Ou seja, é a realização do consumo consciente e responsável, que se manifesta a partir da responsabilidade social, tanto de empresas como de consumidores/as. Essa forma de consumo contribui para uma sociedade mais justa e igualitária, tendo em vista a administração honesta de empresas e das ações pessoais/individuais, tanto de empresários/as como de consumidores/as.

A preocupação com a natureza reflete a importância do exercício da cidadania. O que requer a formação cidadã em diferentes espaços sociais, a partir da educação formal, informal e não formal.

CONSIDERAÇÕES

Procurei destacar a importância da formação cidadã a partir de dois temas importantes a serem discutidos nos dias atuais e que estão ligados entre si, ou seja, o consumo e a sustentabilidade. Destaco que a educação formal tem um papel importante na formação cidadã dos/as educandos/as, mas que a formação realizada em espaços extramuros acadêmicos também são essenciais e fazem parte da formação da população a partir da educação não formal. Realizada especialmente em Organizações



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

da Sociedade Civil (OSC), sindicatos, associação de moradores/as, empresas, ou no processo de formação nas escolas, com discentes e docentes com os diferentes temas transversais, entre eles a educação para o consumo, a educação ambiental, a educação financeira e a saúde.

Há uma relação entre o exercício da cidadania, o consumo e a sustentabilidade do planeta. Weiss (2004, p. 307) afirma que “na atualidade processos educativos viabilizam a existência de uma mentalidade consumista, tomada como natural”. Esse mesmo autor também diz “as nossas vidas, os nossos sentimentos, todos os dias são leiloados em programas de televisão por propagandas: vende-se tudo, compra-se tudo” (p. 308). Atualmente, além da televisão, temos a internet com suas redes sociais, estimulando cada vez mais os diversos tipos de consumo.

A formação da consciência, atitudes, capacidade de avaliar e de agir criticamente no mundo ocorre de forma contínua, a partir da compreensão da relação do ser humano com a natureza. A educação é fundamental na construção de uma nova forma de agir no mundo. Como já abordado no início deste texto, a educação é um direito social, preconizado na CFB de 1988. A Constituição Federal também estabelece que cabe ao poder Público “promover a educação ambiental em todos os níveis do ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente (art. 225, §1º, VI/CF) (BRASIL, 2016).

O Capítulo II, do Código de Defesa do Consumidor (CDC), que trata da Política Nacional de Relações de Consumo, preconiza:

Art. 4º A Política Nacional de Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhora da sua qualidade de vida, bem como a transferência e harmonia das relações de consumo atendido os seguintes princípios:

IV – educação e informação de fornecedores e consumidores, quanto aos seus direitos e deveres, com vistas a melhoria do mercado de consumo... (BRASIL, 2017).

Nesse sentido, no mesmo documento, é destacado no Capítulo III, que trata dos Direitos Básicos do Consumidor: “II - a educação e divulgação sobre o consumo adequado dos produtos e serviços, assegurando a liberdade de escolha e a igualdade nas contratações” (BRASIL, 2017).

Reconhecendo a importância da educação no processo formativo da pessoa, e na formulação de uma nova mentalidade, a educação para o consumo articulada com a educação ambiental são essenciais no processo da formação cidadã, pois ajuda a desenvolver o senso crítico e combater o consumismo. Os hábitos de consumo, influenciado pela publicidade, impostos pela economia de mercado, necessita ser discutida e refletida em diferentes espaços de formação e com diferentes grupos. Importante destacar que essa reflexão é necessária tanto para o/a consumidor/a como para quem produz e fornece produtos e serviços, pois cada um tem papéis distintos na relação de consumo. Sem deixar de lembrar também que, às vezes ao mesmo tempo, somos produtores/as, empresários/as, fornecedores/as, comerciantes e consumidores/as.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

A ausência de educação para o consumo e a educação ambiental, assim como a educação de qualidade, revela a falha da atuação do Estado para garantir à população melhores condições de participar de forma mais efetiva na vida pública do país, com isso contribuir para a dignidade humana. Canepa (2004, p. 159), afirma que “Tem-se que ter sempre em mente que a educação e cidadania são indissociáveis: quanto mais o cidadão for educado, em todos os níveis, mais será capaz de lutar e exigir seus direitos e cumprir seus deveres”. Assim, a educação, responsável por melhorar a sociedade e a formação de uma nova consciência, voltada para o bem comum, tem na formação cidadã uma forte aliada para a construção de uma sociedade participativa, democrática, socialmente justa e sustentável.

A politização do consumo representa um desafio importante para a educação contemporânea, especialmente quando alinhada com os objetivos globais da Agenda 2030. Dessa forma, a transformação social proporcionada por uma educação crítica e inovadora, nas modalidades formal e não formal (especialmente essa última), tendo em vista a produção e o consumo consciente e sustentável, é um dos grandes desafios a ser enfrentado na sociedade capitalista globalizada.

REFERÊNCIAS

AGENDA 21. Mudanças dos Padrões de Consumo. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**, 1992.

AIPR – Auschwitz Institute for Peace and Reconciliation. **Direitos e Cidadania**. São Paulo: Instituto Auschwitz, 2020.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgação em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2006 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496p.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação, Brasília, DF: MEC, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília, MEC/SEF, 1997

BRASIL. Ministério da Educação. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC**: contexto histórico e pressupostos pedagógicos. MEC, 2019. Brasília, DF, 2019.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Código de defesa do consumidor e normas correlatas**. 2 ed. Brasília: senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretária de Atenção à saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2 ed., Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

CANEPA, Carla. Educação ambiental: ferramenta para a criação de uma nova consciência planetária. **Revista de Direito Constitucional e Internacional**. São Paulo, v. 12, n. 48, p. 158-166, jul.-set. 2004.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

CASCAIS, Maria das Graças Alves; TERÁN, Augusto Fachín. **Educação formal, informal e não formal na educação em ciências**. Ciência em tela, volume 7, número 2, 2014.

COLOMBO, L. O. R.; FAVOTO, T. B.; CARMO, S. N. **A evolução da sociedade de consumo**. Akrópolis, Umuarama, v. 16, n. 3, p. 143-149, jul/set. 2008.

GOHN, Maria da Glória. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 27-38, jan./mar. 2006.

IPEA. **ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**, 2018

LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Senado federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017, 58p.

MARTINS, Andreia Fernanda de Souza. **A proteção do consumidor superendividado e o princípio da dignidade da pessoa humana no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade de Marília, São Paulo, 2014.

MOURA, Larissa Leal. **Moda como expressão de identidade no mundo contemporâneo**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social), Universidade Federal de Sergipe. Aracajú/SE 2018.

PENNA, Carlos Gabaglia. **O estado do planeta: sociedade de consumo e degradação ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

RETONDAR, Anderson Moebus. A (e)construção do indivíduo: a sociedade de consumo como “contexto social” de produção de subjetividades. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 23, n. 1, p. 137-160, jan./abr. 2008.

SCHEID, Neusa Maria John e NOGARO, Arnaldo. Formação cidadã para contrapor-se às práticas de consumo no século XXI. **Série-Estudos**, Campo Grande, MS, v. 22, n. 45, p. 209-226, maio/ago, 2017.

WEISS, J. Razão, consumo e sustentabilidade: o que a educação tem com isso? In.: ZAKRZEWSKI S. B; BARCELOS, V. **Educação ambiental e compromisso social: pensamentos e ações**. Erechim, RS: EDIFAPES, 2004, 0. 305-15.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

SEGURANÇA ALIMENTAR versus SEGURANÇA DE ALIMENTOS

FOOD SAFETY vs. FOOD SAFETY

SEGURIDAD ALIMENTARIA vs. SEGURIDAD ALIMENTARIA

Mamadu Lamarana Bari

Professor Associado da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT

RESUMO

O objetivo deste artigo é discutir a diferença entre segurança alimentar e segurança de alimentos, com foco nos desafios globais de produção e acesso a alimentos. A metodologia adotada foi baseada em revisão bibliográfica, com destaque para a Teoria Malthusiana, a Revolução Verde e dados recentes da FAO e do IBGE. A análise explora como a produção agrícola, especialmente no Brasil, é influenciada por políticas de exportação e tecnologias modernas, e seus impactos na segurança alimentar das populações mais vulneráveis. Os resultados mostram que, embora o Brasil seja um dos maiores produtores de alimentos, ainda enfrenta sérios problemas de insegurança alimentar interna, com desigualdades regionais acentuadas, especialmente no Norte e Nordeste. Além disso, o uso intensivo de tecnologias agrícolas trouxe consequências ambientais, como a redução da biodiversidade e a dependência de combustíveis fósseis. A conclusão sugere que, apesar dos avanços na produção agrícola, o Brasil necessita de políticas públicas mais eficazes e sustentáveis para garantir a segurança alimentar de sua população, alinhando crescimento econômico com a preservação ambiental.

PALAVRAS-CHAVE: Segurança alimentar. Segurança de alimentos. Revolução Verde. Insegurança alimentar. Desenvolvimento sustentável.

ABSTRACT

This article discusses the difference between food security and food security, focusing on the global challenges of food production and access. The methodology adopted was based on a literature review, emphasizing the Malthusian Theory, the Green Revolution, and recent data from FAO and IBGE. The analysis explores how agricultural production, especially in Brazil, is influenced by export policies and modern technologies, and their impacts on the food security of the most vulnerable populations. The results show that, although Brazil is one of the largest food producers, it still faces serious problems of internal food insecurity, with accentuated regional inequalities, especially in the North and Northeast. In addition, the intensive use of agricultural technologies has brought environmental consequences, such as reduced biodiversity and dependence on fossil fuels. The conclusion suggests that, despite advances in agricultural production, Brazil needs more effective and sustainable public policies to ensure food security for its population, aligning economic growth with environmental preservation.

KEYWORDS: Food security. Food safety. Green Revolution. Food insecurity. Sustainable development.

RESUMEN

El propósito de este artículo es discutir la diferencia entre seguridad alimentaria y seguridad alimentaria, centrándose en los desafíos globales de la producción y el acceso a los alimentos. La metodología adoptada se basó en una revisión de la literatura, con énfasis en la Teoría Malthusiana, la Revolución Verde y datos recientes de la FAO y el IBGE. El análisis explora cómo la producción agrícola, especialmente en Brasil, se ve influenciada por las políticas de exportación y las tecnologías modernas, y sus impactos en la seguridad alimentaria de las poblaciones más vulnerables. Los resultados muestran que, a pesar de que Brasil es uno de los mayores productores de alimentos, aún enfrenta serios problemas de inseguridad alimentaria interna, con desigualdades regionales acentuadas, especialmente en el norte y el nordeste. Además, el uso intensivo de tecnologías agrícolas ha traído consecuencias ambientales, como la reducción de la biodiversidad y la dependencia de los



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

combustíveis fósseis. La conclusión sugiere que, a pesar de los avances en la producción agrícola, Brasil necesita políticas públicas más efectivas y sostenibles para garantizar la seguridad alimentaria de su población, alineando el crecimiento económico con la preservación del medio ambiente.

PALABRAS CLAVE: Seguridad alimentaria. Seguridad alimentaria. Revolución verde. Inseguridad alimentaria. Desarrollo sostenible.

1 INTRODUÇÃO

A segurança alimentar é vista e trabalhada na perspectiva de garantia que todos tenham acesso a alimentos permanentemente em quantidade produtiva e em qualidade, nutricionalmente adequados a todos. Uma situação aquém dessas atribuições definidas é considerada como a insegurança alimentar, ou seja, ocorre quando pessoa ou pessoas não têm acesso físico, econômico e social a alimentos. Nessa perspectiva, vários debates são feitos cada ano por vários protagonistas em fóruns econômicos mundiais, quer sejam por entidades não governamentais que agem em defesa dos que não têm vozes, quer sejam por entidades em representação aos Governos, todos congregando em torno do órgão especializado da ONU para dar legitimação às reivindicações. Debates esses que envolvem discussões sobre temas que constituem preocupações a níveis mundiais, quais sejam, crescimento demográfico, mudanças climáticas, degradação ambiental, desigualdade social e desigualdades étnico-raciais e de gênero.

Nessa base, os debates têm se concentrado sempre, ainda que haja em algumas vezes discordâncias por parte das potências industrializadas, em torno de defesas sobre o que é política e economicamente correto no uso consciente dos recursos naturais não renováveis, na diversificação da cultura, na redução do uso de fertilizantes químicos, e no emprego de matéria orgânica no solo. Para os países que representam essas potências, muitas das vezes defendem, conceitualmente, de forma equivocada, o sinônimo de segurança alimentar pelo de segurança de alimentos.

Nessa perspectiva, a seleção do *que produzir, como produzir e para quem produzir* fogem dos objetivos da segurança alimentar, porque vêm nessa seleção a perspectiva do atendimento ao mercado externo para geração de renda externa e investimentos em prol do crescimento econômico, relegando para o segundo plano a responsabilidade da garantia dos alimentos aos pequenos produtores rurais. Nessa base, a segurança alimentar é vista na perspectiva da segurança de alimentos, ou seja, a garantia e produção com eficiência técnica, através do uso de pacotes tecnológicos intensivos em capital e poupadores da mão de obra, e com problemas sociais evidentes no longo prazo. É nessa perspectiva que se colocam discussões sobre os desafios para a segurança alimentar e os debates que são feitos no seu torno.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

2 CONCEITOS E DEBATES SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR

2.1 Teoria Malthusiana

Thomas Malthus em 1798 publica a obra *Ensaio Sobre o Princípio da População*, onde previa que o crescimento populacional era mais rápido do que a produção de alimentos “a população cresce em progressão geométrica, enquanto a produção de alimentos cresce em progressão aritmética, havendo um descompasso entre elas”. Com base nessa tese, Malthus argumentava que enquanto a população mundial crescia em proporção acelerado mais que a oferta de alimentos, em dado momento haveria um problema de escassez de alimentos.

Entretanto, a teoria malthusiana foi contrariada no século XX pela transformação revolucionária jamais conhecida na agricultura até a data. Transformação essa que ficou conhecida na história econômica como *Revolução Verde*, na década 60, a qual incorporou progresso técnico à produção agrícola, através de uso intensivo de pacotes tecnológicos, quais sejam, químicas e bioquímicas, mecânicas, etc., para imprimir a produtividade e o crescimento da produção de alimentos em escassos espaços físicos. Em resposta às críticas que a teoria malthusiana vinha recebendo nos séculos XIX e XX, tanto pelo *incontido avanço populacional*, quanto pelas polêmicas geradas pelas medidas apresentadas para limitar o número de filhos por família, algumas teorias foram desenvolvidas com vista a solucionar o problema demográfico face a disponibilidade de alimentos para várias bocas. Teorias essas baseadas em argumentos dos grupos que defendem o planejamento do crescimento da população mundial, quais sejam, o *malthusianismo*, *neomalthusianismo* e *reformismo*.

Enquanto os adeptos do malthusianismo atribuíam o crescimento populacional em relação ao de produção de alimentos como causa que levaria a escassez dos mesmos e, portanto, a fome, os neomalthusianismo viam o crescimento populacional como a principal causa da pobreza, devido à escassez de recursos naturais para atenderem as necessidades básicas. Por isso, defendem políticas de controle de natalidade, com o planejamento familiar para controlar o crescimento acelerado da população mundial. Por sua vez os *Reformistas*, surgidas na metade do século XX, contrapondo as duas teorias anteriores, defendem que é a pobreza a causa do crescimento populacional, e não o contrário. Eles acreditam que o subdesenvolvimento decorrente da má distribuição de renda é fator das desigualdades sociais. Portanto, para frear o crescimento populacional, propõem que sejam aplicadas as políticas públicas que promovam o desenvolvimento social e econômico das populações. Em suma, são teorias demográficas que abordam o crescimento populacional e a relação entre a população com os recursos naturais existentes e escassos.

Eis o problema econômico presente em todas as esferas da economia mundial, ou seja, a *Escassez X Necessidades ilimitadas*, abordados dentro dos parâmetros dos Princípios da Demanda e da Oferta, dois pilares científicos que sustentam a Teoria Econômica. O desenrolar desses debates



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

pode levar os pesquisadores, como o meu caso, formular alguns questionamentos importantes, chaves para o entendimento sobre o novo sistema de produção, desenvolvido em cadeias, tanto produtiva como a de valor, que se denomina de *agronegócios*, responsável pela geração de renda e do emprego no país, no setor primário e de serviços, além da sua grande contribuição na formação do PIB, sobretudo, os principais polos de produção de grãos e de algodões no centro oeste e nos estados denominados Matopiba (*Tocantins e partes de Maranhão, Piauí e Bahia*).

1. *Como conciliar as políticas reformistas ecomalthusiano da segunda metade do século XX, que defende o desenvolvimento sustentável com o menor impacto ambiental possível, com as políticas de produção de excedente de alimentos como resposta ao problema da segurança alimentar mundial?*
2. *Como a Segurança Alimentar dialoga com a Segurança de Alimentos (Food Security versus Food Safety)*
3. *Em que medida a política de crescimento econômica pode contrastar a política do desenvolvimento sustentável com o menor impacto ambiental possível?*

Procura-se responder essas questões no desenvolvimento a seguir.

2.2. A Revolução Verde e o uso de Pacotes Tecnológicos na Produção Agrícola

Finda a segunda Guerra Mundial e a implantação do sistema político mundial que estabelece a Guerra Fria, seguida da descolonização na África e na Ásia, inaugura-se uma nova ordem econômica mundial a partir da qual, a sobrevivência econômica das grandes potências coloniais da Europa, nomeadamente, a Inglaterra, a Bélgica e a França, e seus vínculos futuros com novos países independentes, colocou em evidência uma estratégia em defesa de um sistema que estabelecesse um pacto com suas ex-colônias, denominado Pacto Colonial, nada mais que a *Nova Divisão Internacional do Trabalho – NDI*, com base no exclusivo metropolitano.

Na verdade, esse pacto estabelecia um compromisso permanente com esses países, como primários exportadores e, também, de manter um sistema monetário e financeiro vinculado aos Departamentos de Tesouro dos mesmos. A preocupação subjacente era destes suprirem meios de manter a logística para o abastecimento das antigas metrópoles de insumos e matérias primas para suas indústrias que, depois de transformados, eram vendidos como produtos finais com preços cobrados as colônias de até cinco ou mais vezes maiores do que preços pagos pelas suas matérias primas. Resulta dessas operações uma brutal transferência de renda das ex-colônias para ex-metrópoles. Uma verdadeira expropriação de riqueza com base num sistema desigual de trocas, camufladas pela Teoria das Vantagens Comparativas. O camponês nas ex-colônias com a preocupação de garantir renda para sua sobrevivência é obrigado a seguir o modelo econômico desenhado a partir dos interesses externos e abster-se de produzir alimentos para o consumo, passando a depender-se de gêneros alimentícios importados, às vezes, até daqueles que é capaz de produzir para si e para o



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

mercado interno. Essa atitude de abrir mão de seus direitos leva a um completo estado de penúria agravado de fome e de miséria no campo.

Com a crise econômica mundial nos anos 80, conhecido como a década perdida, assola a fome na África, na Ásia e na América Latina, devido a paralisação do aparelho produtivo na Europa e nos países exportadores de cereais e de proteínas animais, bem como a incapacidade de garantir a oferta de alimentos, sobretudo nas colônias da África. A partir de então, a fome torna-se o problema mundial, cuja preocupação central passa a ser a garantia permanente de abastecimento de gêneros de primeira necessidade, qual seja, a segurança alimentar das populações necessitadas. Alguns países conseguem se alinhar a uma nova estratégia de produção de excedentes agrícolas como reposta ao problema da segurança de alimentos.

3 SEGURANÇA ALIMENTAR MUNDIAL – PRODUÇÃO DO EXCEDENTE

A busca da solução para os problemas demográficos no mundo com relação a capacidade de produção de alimentos para atender as crescentes necessidades, traz à tona o debate sobre a teoria malthusiana de população, com algumas contribuições mais inovadoras e pragmáticas. Entretanto, não se deve desconsiderar as causas geopolíticas e geoestratégicas que estão por trás de todas as discussões engendradas sob a capa da Guerra Fria e de um mundo bipolar, ditando uma nova ordem econômica mundial. Apesar de disponibilidade de recursos tecnológicos que imprimem a produtividade e aumentem a produção, o mundo passou fome nas décadas de 70 e 80, sobretudo na África, nomeadamente em Angola, Moçambique, Sudão e Congo, por causa das guerras civis que assolaram estes países e fazerem as populações camponesas abandonarem suas propriedades. Na Índia e no Nordeste do Brasil, a população camponesa passou fome por motivos de fenômenos naturais, tais como, inundações e secas, respectivamente. Ainda, segundo os dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), aproximadamente, *2 bilhões de pessoas* no mundo não têm acesso a alimentos com frequência, passam fome por diversas razões, além do elevado grau de pobreza, também pelos problemas ambientais e pelos conflitos armados.

De acordo com dados mais recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatava-se que cerca de 72,4% dos domicílios brasileiros estavam em situação de segurança alimentar moderada em 2023. Ou seja, a situação em que a qualidade e a variedade dos alimentos consumidos estão comprometidas. Esta característica referida aponta que pessoas afetadas reduzem drasticamente a quantidade de alimentos ingeridos e, em alguns casos, pulam refeições inteiras. No Norte do Brasil, cerca de 16% dos domicílios enfrentam *insegurança alimentar moderada ou grave*. No Nordeste, esse índice é de 14,8% (Blog, 2024). As regiões Sudeste e Sul são as menos vulneráveis aos problemas de segurança alimentar. Isto por que possuem um desenvolvimento econômico mais



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

elevado e com melhores infraestruturas sociais e econômicas. Mais de 70% dos domicílios nessas regiões estão em situação de segurança alimentar. Essas diferenças constatadas entre as duas macrorregiões (sudeste e sul) e (norte e nordeste) são explicadas por algumas características marcantes que a macrorregião norte e nordeste apresentam,

- *uma economia dependente e predominantemente agrária*, com muitas famílias vivendo da agricultura de subsistência.
- *dificuldade de acesso a tecnologias modernas e dependência das condições climáticas*,

Esses são fatores de exclusão que tornam as populações dessas regiões vulneráveis durante períodos de seca e de outras adversidades ambientais. É nesta base que são desenvolvidas ações voltadas à segurança alimentar para ampliar a produtividade agrícola, a proteção social para os mais vulneráveis além de implementação de programas de nutrição específicos. Entretanto, apesar dos esforços, ainda se deparam com fatores que interferem no atendimento pleno as questões da segurança alimentar, quais sejam,

- *mudanças climáticas*, causadas pelos fenômenos naturais e muitas vezes provocadas também pela ação direta dos homens,
- *perda da diversidade*, incentivada pela Revolução Verde que interferiu nas mudanças dos genes de plantas e de animais para acelerar a produtividade e o encurtamento dos ciclos produtivos. À medida que a biodiversidade diminui, o suprimento de alimentos se torna mais vulnerável às mudanças climáticas e à escassez de água.
- *Dependência de combustíveis fósseis*, os combustíveis fósseis usados na agricultura para produzir fertilizantes e pesticidas e para dar combustão a máquinas agrícolas e sistemas de irrigação, bem como suas lubrificações e, por fim,
- *Uso de culturas alimentares* para biocombustíveis para gerar combustíveis produzidos a partir de culturas agrícola como milho, cana de açúcar, soja ou dendê. À medida que se opta por esse tipo de fontes renováveis, menos quantidades de alimentos produzidos serão disponibilizados para os consumidores.

3.1. Segurança Alimentar e Segurança de Alimentos

São dois conceitos diferentes no contexto da indústria alimentícia, mas que acabam caminhando para a mesma finalidade, ou seja, ter a disponibilidade de alimentos de qualidade, seguros e nutritivos. Em termos gerais, o acesso a alimentos diz respeito à capacidade de oferta em quantidades suficientes, seja por meio de compras ou da produção para a satisfação das necessidades para o consumo. Entretanto, a disponibilidade de alimentos de qualidade, seguros e nutritivos é muito essencial para manutenção da saúde e do bem-estar do consumidor. Apesar de no âmbito da indústria



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

alimentar esses dois conceitos parecem semelhantes, no entanto, são bem distintos, ainda que as necessidades de se conseguir alimentos em quantidades suficientes para atender a demanda, usando recursos tecnológicos inovadores, sejam atendidas. Isto por que poderá comprometer a segurança de alimentos produzidos e, conseqüentemente, a saúde da população. Nesta base, **A Segurança Alimentar “Food Security”**, se refere à garantia permanente da população ter direito ao acesso regular de alimentos em quantidade adequadas para uma vida saudável e dinâmica, por meio da implementação de políticas públicas.

E a **Segurança de Alimentos “Food Safety”**, além de referir, sobre a disponibilidade dos alimentos, defende a necessidade de todas as pessoas terem acesso aos alimentos básicos de qualidade, em condições ideais para o consumo. Este conceito abrange desde os estágios de seleção e manipulação de alimentos até o consumo.

A Agenda 2030, da Organização das Nações Unidas (ONU) para erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável, prevê entre seus objetivos vários.

- *acabar com a fome e garantir acesso à alimentação saudável a toda a população*, principalmente os pobres e pessoas em condições vulneráveis, incluindo crianças;
- *acabar com todas as formas de desnutrição* e atender essas necessidades para as crianças, jovens, mulheres grávidas, lactantes e idosos;
- *aumentar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores rurais*, por meio de acesso aos recursos produtivos e insumos, além de serviços financeiros e políticas públicas que oportunizam os pequenos produtores agregarem valor aos seus produtos;
- *garantir sistemas sustentáveis de produção de alimentos e implementar práticas agrícolas resistentes*, que aumentem a produtividade e produção e fortaleçam a capacidade de se adaptar as adversidades climáticas.

4 OFERTA MUNDIAL DE ALIMENTOS PELO BRASIL - DA SEGURANÇA ALIMENTAR PARA SEGURANÇA DE ALIMENTOS

A capacidade de resposta da oferta agrícola aos preços no Brasil é uma questão recorrente, vez que desde a década dos 50 e na primeira metade dos anos 60 já se discutia isso. Na época discutia-se a hipótese da inelasticidade preço da oferta como fator decorrente da estrutura fundiária caracterizada por forte concentração de terra e predominância do latifúndio e do minifúndio improdutivo e de subsistência, respectivamente. A partir de 1964, medidas “drásticas”, amparadas pela Lei vigente, mudam formas de posse e da divisão de trabalho no campo. De uma agricultura de subsistência diversificada para uma agricultura especializada e modernizada com base no desenvolvimento do



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

Modelo Econômico de Promoção à Exportação, cujo objetivo seria gerar (captar) renda externa afim de fortalecer a Balança Comercial.

Essa medida econômica defendida pelo Governo Militar tendia a acompanhar as novas ideias em voga, difundidas pelos defensores da Revolução Verde, como forma de aumentar a oferta de alimentos para prevenir e diminuir a expansão da fome no mundo, ameaçada pelas turbulências políticas e falta de condições econômicas dos novos países emergentes das colônias da África e da Ásia. As Infraestruturas econômicas e sociais, além das engenharias genéticas, foram realizadas para potencializar a oferta de alimentos a partir do campo. O grosso da população rural que não pode acompanhar as transformações introduzidas no campo foi obrigado a êxodo para as periferias das grandes cidades na esperança de conseguir sobreviver através de subempregadas. A favelização das periferias e falta de condições sociais e econômicas constituíram fatores limitativos para essa população dos retirantes que levaram às suas exclusões sociais, colocando-os em condições de pobreza extrema. Aqueles que não conseguiram sair do campo ficaram isolados e em condição de autossustentância, além de enfrentamento de períodos de secas prolongados e da pobreza permanente.

Essas medidas tomadas do PND e emergenciais *extremas criam problemas para a segurança alimentar de moderada para a grave, no campo*. Nessa base, pode-se afirmar que o Brasil e suas reformas econômicas conservadoras cria um paradoxo entre a segurança alimentar e a elevada oferta de produção de alimentos para exportações. Apesar de o Brasil ser o terceiro dos cinco maiores produtores mundiais de alimentos, ainda cerca de *21,6 milhões de pessoas* enfrentam dificuldades para obter alimentos (IBGE, 2024). Outro paradoxo que se observa é quanto ao uso de espaço territorial para a agropecuária. O Brasil torna-se um dos grandes produtores mundiais de grãos e de proteínas animais, mas com maiores problemas de antropização dos recursos naturais no mundo, devido a adoção de uma agricultura ampliada e intensiva em uso de fertilizantes e defensivos químicos.

4.1 Do produtor mundial de alimentos a antropização dos recursos naturais.

Em 2024, segundo as estatísticas da FAO, Brasil torna-se o maior produtor de alimentos da América Latina e 4º maior do mundo, com 8.510.000 km² de superfície. Entretanto, situa-se como o primeiro maior produtor de soja, com uma produção estimada de 163 milhões de toneladas em 2023. Isso faz do Brasil não apenas um grande produtor, mas também o líder mundial.

Atualmente, o Brasil utiliza 7.6 % da área de seu território com 5.073.324 km², entre grandes, médias e pequenas propriedades rurais. É responsável por 21% dos empregos formais e participou em 2023 com 24.8 % do PIB nacional e 47.6% das exportações. O valor de produção do setor agrícola alcançou a cifra de R\$ 1.159 trilhão. (EMBRAPA, 2023).



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

O Brasil na evolução da produção de alimentos, um dos alicerces básicos de sua economia, desenvolveu o seu aprendizado, gradativamente, em três fases distintas:

- **A Primeira Fase**, foi a fase antes da “Revolução Verde”, onde a agricultura e a pecuária, tradicionalmente, desenvolviam-se com base na produção de alimentos movida por tração animal e pela força física humana. Essa produção tinha seu destino para o consumo das famílias e para o mercado onde o excedente era comercializado em feiras livres. Paripassu, a produção do artesanato, também fazia parte da rotina rural. Todos os esforços empreendidos eram na base de poucos recursos científicos e tecnológicos.

- **A Segunda Fase**, foi influenciada e incentivada pela “Revolução Verde”, a qual intensificou a tecnologia que espalhou pelo mundo a partir dos EEUU (1960). Essa revolução imprimiu a transformação na agropecuária em escala global com inovações tecnológicas, novos meios e processos de produção, a partir do uso de sementes geneticamente modificadas, uso de fertilizantes e agrotóxicos, mecanização agrícola do solo com uso de máquinas e alfaias agrícolas e insumos industriais modernos. A modernização da produção agrícola no mundo, através da “Revolução Verde”, aumentou em cerca de 300% a produção de alimentos no mundo, entre 1960 e 2020 (FAO, 2023).

- **A terceira fase**, foi a fase com maior sucesso no Brasil, ela começa na década de 1970 com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA (1972), durante o governo Medici, tendo por finalidade promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa em agropecuária, objetivando produzir conhecimentos e difundir tecnologia para o desenvolvimento agrícola do país. Entre suas funções também está a de dar apoio técnico e administrativo aos órgãos do Poder Executivo, tendo como atribuições a formulação orientada e coordenada das políticas de ciência e tecnologia no setor agrícola (Art 2º, Lei 5 851-EMBRAPA).

4.2 Vários fatores Brasil atribuem Brasil como umas das maiores economias do mundo.

- *A extensão territorial*, biodiversidades de recursos naturais e uma população com mais de 200 milhões de habitantes que o faz um grande mercado. O Brasil é o quinto maior em extensão territorial e possui grandes variedades de recursos naturais, entre as quais o petróleo, vários minérios de valor estratégico e econômico, soja, café, açúcar, etc.
- *O quarto produtor mundial de alimentos.*
- *O crescimento do setor de serviços* que representam 70% do PIB do país.
- *O Brasil responde por 3/5 da Produção Industrial na América do Sul e 24% do PIB do país.* Isso faz do Brasil o país com a melhor posição no ranking, seguido pela Argentina, Colômbia e México.



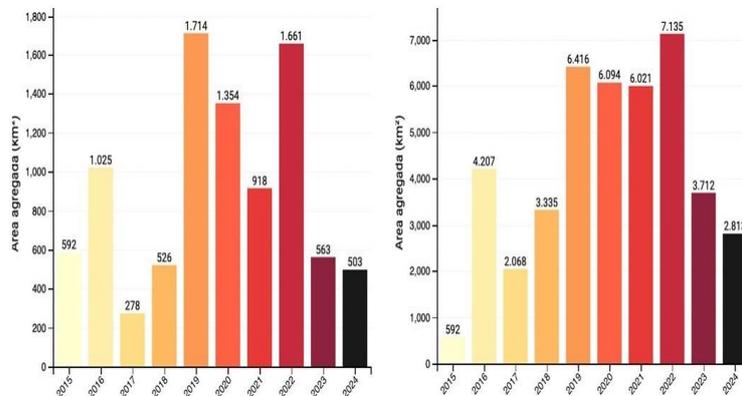
25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

- *Um grande exportador de commodities agrícolas e minerais*, representando 65% do valor das exportações brasileiras, (Unctad, 2014) Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento.

A euforia mundial de ter conseguido solucionar partes da Teoria Malthusiana de População com base em Revolução Verde acaba esbarrando-se no Século XXI com a preocupação de produção limpa, ou seja, a produção politicamente correta, em consonância com o Tratado de Quioto, ratificado na Conferência do ECO92, no Rio de Janeiro. O mundo capitalista industrial do Norte, sobretudo a Europa, nomeadamente, a Alemanha, a Noruega e a Finlândia, decidiram reverter suas matrizes energéticas por aquelas voltadas ao uso de fontes renováveis. Enquanto isso, o Brasil se torna refém de suas atividades econômicas ancoradas, sobretudo, em setor primário (agropecuária e mineração), com destaque ao agronegócio, que pesa na Balança Comercial e na participação do PIB nacional, mas que provoca problemas relativos à antropização física e dos recursos naturais.

ECONOMIA INDUSTRIAL: Análise Espacial e Regional



Fonte: DETER / INPE, 2024. À esquerda, o comparativo de desmatamento na Amazônia entre os meses de agosto ano a ano. À direita, os dados de janeiro a agosto nos últimos anos.

Na comparação de janeiro a agosto houve queda de 24% em 2024 em relação ao mesmo período de 2023. Este ano foram 2.813 km². Nos oito meses do ano passado, 3.712 km² (DETER/ ICMBio, 2024).

Problemas ambientais comuns na Floresta Amazônica:

- *ocorrência de desmatamentos e queimadas;*



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

- *instalação de atividades de mineração;*
- *poluição das fontes de água e de ar;*
- *biopirataria de espécies nativas;*
- *implementação de atividades agropecuárias;*
- *desgaste e empobrecimento dos solos.*

5 O DILEMA ENTRE A POTENCIALIDADE INDUSTRIAL E PRODUÇÃO COM BASE NO USO DA ENERGIA LIMPA

O Brasil responde por 3/5 da Produção Industrial na América do Sul onde tem cerca 24% do seu PIB voltado para este setor, é também um grande exportador mundial de commodities agrícolas e minérios, representando cerca de 65% do valor das exportações brasileiras. Entretanto, caso volte, essencialmente, a sua matriz industrial com base no uso da energia limpa, a exemplo de Alemanha, Noruega e Finlândia, isso poderá torná-lo fragilizado economicamente. Tem-se como exemplo a crise econômica de algumas grandes potências industriais, que os têm feitos cair do ranking de países mais ricos do mundo.

5.1 As 20 maiores economias do mundo em 2023, segundo projeção do FMI

1. Estados Unidos - US\$ 26,95 trilhões
2. China - US\$ 17,7 trilhões
3. Alemanha - US\$ 4,43 trilhões
4. Japão - US\$ 4,23 trilhões
5. Índia - US\$ 3,73 trilhões
6. Reino Unido - US\$ 3,33 trilhões
7. França - US\$ 3,05 trilhões
8. Itália - US\$ 2,19 trilhões
9. Brasil - US\$ 2,13 trilhões
10. Canadá - US\$ 2,12 trilhões
11. Rússia - US\$1,86 trilhão
12. México - US\$1,81 trilhão
13. Coreia do Sul - US\$1,71 trilhão
14. Austrália - US\$1,69 trilhão
15. Espanha - US\$1,58 trilhão
16. Indonésia - US\$1,42 trilhão
17. Turquia - US\$1,15 trilhão



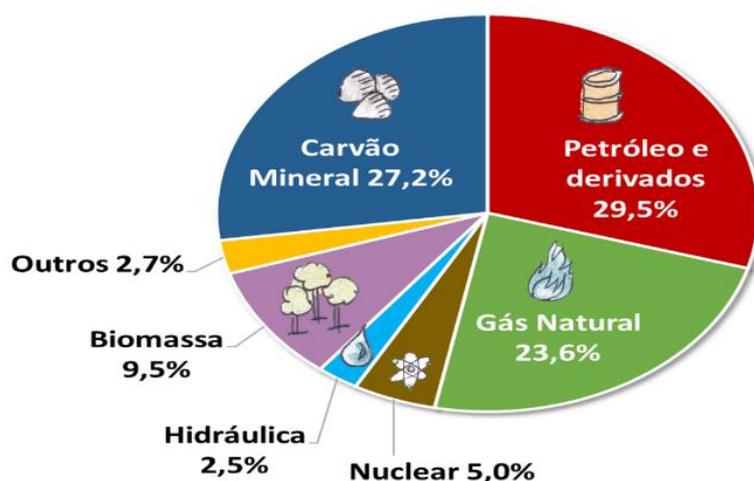
25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

18. Holanda - US\$1,09 trilhão
19. Arábia Saudita - US\$1,07 trilhão
20. Suíça - US\$ 905 bilhões

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2023/12/20/brasil-lista-maiores-economias-2023-pib.htm?cmpid=copiaecola>

5.2 A matriz Energética Mundial



Fonte: Empresa de Pesquisa Energética – Portugal - EPE 2022

A matriz energética mundial, provenientes de Fontes renováveis, como solar, eólica e geotérmica, etc., juntas correspondem a apenas 2,7%, da matriz energética mundial, somando as energias provenientes da hidráulica e da biomassa, totalizam aproximadamente 15%.

No Brasil a matriz energética é muito diferente da mundial porque usa mais fontes renováveis que no resto do mundo. Somando lenha e carvão vegetal, hidráulica, derivados de cana, eólica e solar e outras renováveis, as renováveis totalizam 47,4%, quase metade da matriz energética nacional.

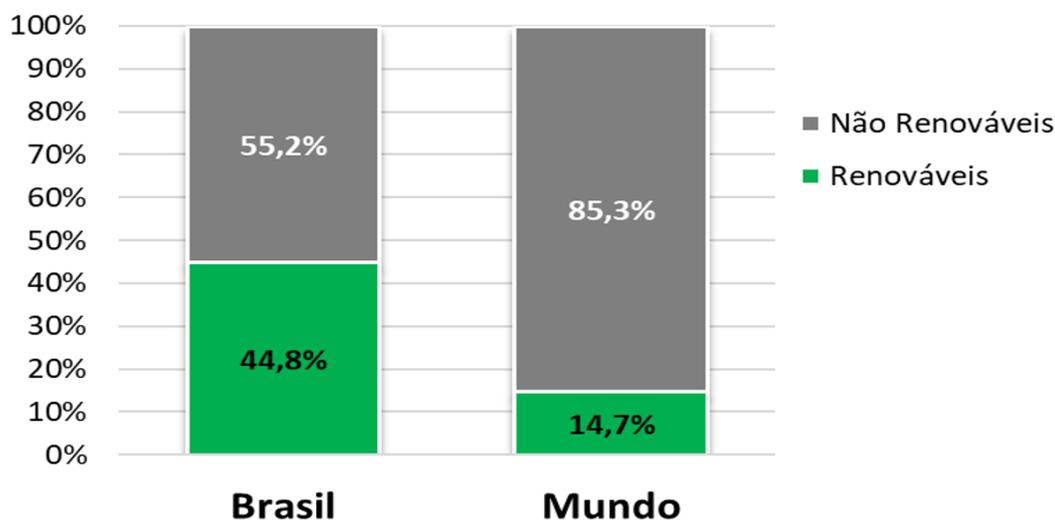
Comparando o consumo de energia proveniente de fontes renováveis e não renováveis no Brasil e no mundo para o ano de 2021, nota-se que a matriz energética brasileira é mais renovável do que a mundial (EPE,2022).



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

Matriz Energética Mundial, (EPE - 2021)



Fontes não renováveis: Matriz Energética Mundial 2021

Nessa base, pode-se afirmar que a matriz energética brasileira é muito importante porque utiliza menos as fontes não renováveis de energia que são as maiores responsáveis pela *emissão de gases de efeito estufa* (GEE). Se dividir a quantidade medida de emissão de gases de efeito estufa pelo número total de habitantes no Brasil, ver-se-á que o país emite menos GEE por habitante do que a maioria dos outros países. Concluindo, pode-se perceber o quão é importante a contribuição do Brasil quando se trata de assunto referente a mudanças climáticas e de transição energética (EPE, 2022).

5.3 A Matriz Elétrica Mundial

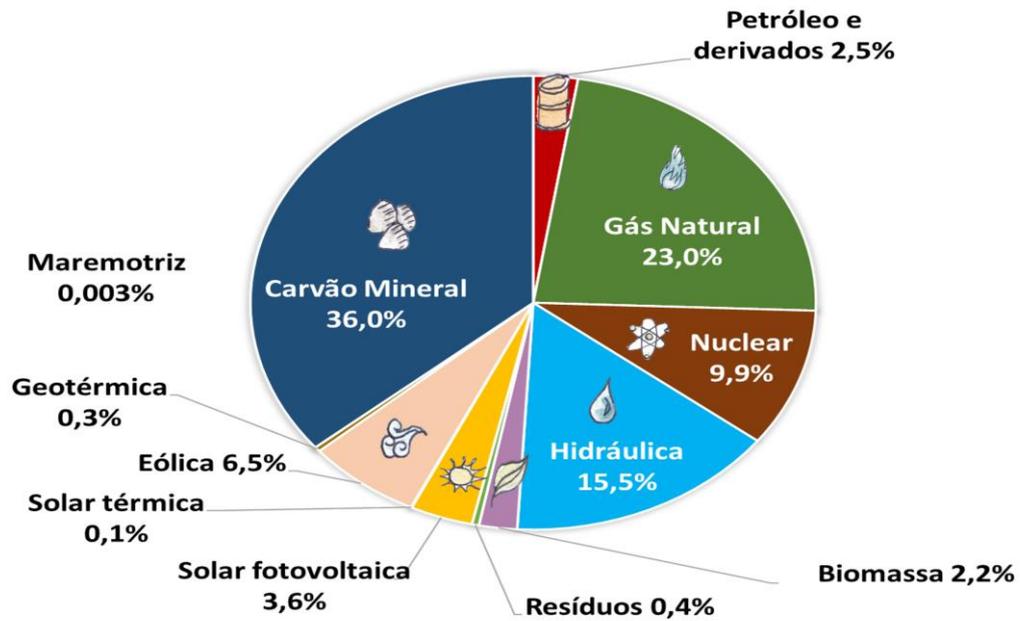
A matriz elétrica é composta pelas fontes disponíveis para a geração de energia elétrica em diferentes escalas, seja em nível global, nacional ou estadual. A energia elétrica é usada para fins comerciais e residenciais, sendo que a maior parte da produção mundial ainda depende de combustíveis fósseis, como carvão, petróleo e gás natural. Esses combustíveis, embora eficientes, são altamente poluentes e responsáveis por grandes emissões de gases de efeito estufa, o que agrava o aquecimento global e compromete a sustentabilidade ambiental.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

Matriz Elétrica Mundial 2021 (EPE, 2021)



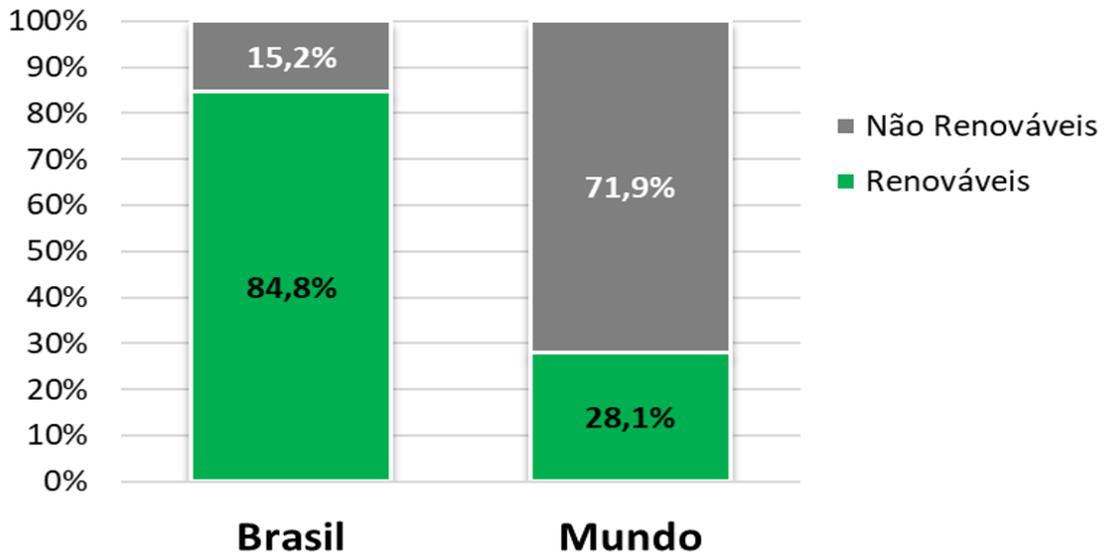
No Brasil, a matriz elétrica é mais renovável do que a matriz energética geral. A maior parte da energia elétrica gerada no país provém de usinas hidrelétricas, com crescente participação da energia eólica, o que mantém o caráter predominantemente renovável da matriz elétrica brasileira. Essa diferença coloca o Brasil em vantagem quando comparado a outras nações, já que o uso de fontes renováveis resulta em menores custos de operação e reduzidas emissões de gases de efeito estufa. O Brasil é o segundo país mais limpo em termos de matriz elétrica, utilizando uma quantidade significativa de energias renováveis para fins industriais, comerciais e residenciais.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

A Matriz Elétrica Brasileira (EPE, 2022)



A seguir, o ranking dos 10 países mais limpos, por usar a maior quantidade de fontes de energias renováveis para seu uso industrial, comercial e residencial:

1. Noruega 98,5%;
2. Brasil 89,2%;
3. Nova Zelândia 86,6%;
4. Colômbia 75,1%;
5. Canadá 68,8%;
6. Suécia 68,5%;
7. Portugal 61%;
8. Chile 54,6%;
9. Alemanha 44,4%;
10. Reino Unido 43,3%.

Fonte: Enerdata, dados de 2022

CONSIDERAÇÕES

Embora o Brasil tenha avançado significativamente nas políticas de combate à fome, ainda há desafios importantes a serem superados, especialmente nas regiões Norte e Nordeste e entre as populações mais vulneráveis, como crianças e idosos. Em um contexto global de crescente demanda por alimentos, fazem-se necessários implementar estratégias inovadoras e sustentáveis para enfrentar



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

os desafios advindos de modo a assegurar a segurança alimentar para todos. Nessa base, há que se esforçar com as políticas públicas de investimentos contínuos em programas sociais e políticas públicas para melhorar a segurança alimentar e garantir que todos tenham acesso a alimentos de qualidade.

Assegurando esses pontos estabelece-se as bases para um futuro mais sustentável sob ponto de vista de oferta de alimentos para que decisões e programas públicos possam tornar-se eficazes. Não obstante, frente as previsões mais otimistas sobre o investimento na Agricultura, o equilíbrio entre oferta e procura de alimentos no Brasil ainda é precário. Portanto, tornam-se necessárias políticas públicas que visem possibilitar mudanças positivas do perfil da oferta e melhorar a eficácia produtiva

REFERÊNCIAS

ALVES, E. & CONTINI, E. **A modernização da agricultura brasileira**. In: Brandão, A.S.P. (ed.), *Os principais problemas da agricultura, brasileira: análises e sugestões*, 2. ed. Rio de Janeiro, Ipea, Série Pnpe, 18, 1992.

ANIMAL BUSINESS. **Os Cinco Maiores Países Produtores de Alimentos do Mundo**. Animal Business, [s.d.]. Disponível em: <https://animalbusiness.com.br/os-cinco-maiores-paises-produtores-de-alimentos-do-mundo>. Acesso em: 12 nov. 2024.

CARVALHO FILHO, J. J. de. **A produção de alimentos e o problema da segurança alimentar**. Paper, 2023.

EMBRAPA, **Cenários para a pesquisa agropecuária: aspectos técnicos e aplicação na Embrapa**. Brasília, Embrapa, SEA, doc.2, 1990.

EMBRAPA. **Matopiba**. EMBRAPA, [s.d.]. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema>. Acesso em: 11 nov. 2024.

EPE. **Matriz Energética e Elétrica**. Empresa de Pesquisa Energética, [s.d.]. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/matriz-energetica-e-elétrica>. Acesso em: 26 fev. 2024.

FORBES AGRO. **No maior produtor mundial de soja, oleaginosa ainda é comida de nicho no Brasil**. Forbes, 2024. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbesagro/2024/10/no-maior-produtor-mundial-de-soja-oleaginosa-ainda-e-comida-de-nicho-no-brasil>. Acesso em: 12 nov. 2024.

GEOINOVA. **A Revolução Verde: Um Movimento Agrícola Transformador**. Geoinova, [s.d.]. Disponível em: <https://geoinova.com.br/a-revolucao-verde-um-movimento-agricola-transformador/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

GOOGLE. **Teoria Malthusiana, Neomalthusiana e Reformista**. Google, [s.d.]. Disponível em: https://www.google.com/search?q=teoria+malthusiana+neomalthusiana+e+reformista&sca_esv. Acesso em: 10 out. 2024.

HOMEM DE MELO, F. **O futuro da agricultura brasileira: desafios e problemas**. Fórum Cargill de Debates. *O Futuro Agrícola Brasileiro*, Campinas, Fundação Cargill, 1994.

HOMEM DE MELO, F. **A questão da produção e do abastecimento alimentar no Brasil**. Brasília, Ipea/Iplan/Pnud, 1988.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

MUNDO EDUCAÇÃO. **Ecomalthusianismo**. Mundo Educação, [s.d.]. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/ecomalthusianismo.htm>. Acesso em: 14 dez. 2024.

OTAVIANO CAROLINA. **Muito além da tecnologia: os impactos da Revolução Verde**. ComCiência nº 120 Campinas, 2010.

PENA, RODOLFO F. ALVES. **Geopolítica dos BRICS**. <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/geopolitica-dos-brics.htm>, acessado em 13 de fevereiro de 2023.

VEIGA, J.E. **O caminho (esquecido) do combate à fome**. São Paulo, *Folha de S. Paulo*, 20 abr. 1994.

WORLD ANIMAL PROTECTION. **Segurança Alimentar**. World Animal Protection, [s.d.]. Disponível em: <https://www.worldanimalprotection.org.br/mais-recente/blogs/seguranca-alimentar>. Acesso em: 12 nov. 2024.

DE ECONOMIA FAMILIAR



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

FRUIR, MORAR, VESTIR: REFLEXÕES SOBRE QUALIDADE DE VIDA RELACIONADA COM ARTE, HABITAÇÃO E VESTUÁRIO

ENJOYING, LIVING, DRESSING: REFLECTIONS ON QUALITY OF LIFE RELATED TO ART, HOUSING, AND CLOTHING

DISFRUTAR, VIVIR, VESTIR: REFLEXIONES SOBRE LA CALIDAD DE VIDA RELACIONADA CON EL ARTE, LA VIVIENDA Y LA VESTIMENTA

Jaqueline Ferreira Holanda de Melo

Docente no Departamento de Ciências do Consumo da UFRPE. Bacharel em Economia Doméstica e Mestre em Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social pela UFRPE.

RESUMO

Este artigo trata de apresentar elucubrações de uma Economista Doméstica apresentadas em palestra componente do I Fórum de Economia Familiar promovido pela Unifesp, sob a coordenação da profa. Márcia Mello Costa Liberal. Deste modo, o texto segue a estrutura e o conteúdo do que foi apresentado sobre o fruir, o morar e o vestir, para se pensar sobre a Arte, a Habitação e o Vestuário, interrelacionada com a categoria "Qualidade de Vida", como um construto sócio-histórico-cultural vinculado com a nossa atuação política, bem como a garantia dos direitos humanos e aos de nossos direitos sociais. Ademais, a autora concatena suas ideias, com base no que Mills (1969) preconiza como Artesanato Intelectual, forma esta de produzir academicamente que tem orientado a escrita dos seus artigos e a apresentação das comunicações orais que faz em eventos técnico-científicos.

PALAVRAS-CHAVE: Qualidade de vida. Habitação. Artesanato Intelectual.

ABSTRACT

This article presents lucubrations of a Domestic Economist presented in a lecture that is part of the I Family Economics Forum promoted by Unifesp, under the coordination of Prof. Márcia Mello Costa Liberal. In this way, the text follows the structure and content of what was presented about enjoyment, living, and dressing, to think about Art, Housing, and Clothing, interrelated with the category "Quality of Life", as a socio-historical-cultural construct linked to our political action, as well as the guarantee of human rights and our social rights. In addition, the author concatenates her ideas, based on what Mills (1969) advocates as Intellectual Craftsmanship, a form of academic production that has guided the writing of her articles and the presentation of the oral communications she makes at technical-scientific events.

KEYWORDS: Quality of life. Housing. Intellectual Craftsmanship.

RESUMEN

Este artículo presenta elucubraciones de un Economista Doméstico presentadas en una conferencia que forma parte del I Foro de Economía Familiar promovido por la Unifesp, bajo la coordinación del Prof. Márcia Mello, Costa Liberal. De esta manera, el texto sigue la estructura y el contenido de lo presentado sobre el goce, el vivir y el vestir, para pensar el Arte, la Vivienda y el Vestido, interrelacionado con la categoría "Calidad de Vida", como un constructo socio-histórico-cultural vinculado a nuestra acción política, así como a la garantía de los derechos humanos y nuestros derechos sociales. Además, la autora concatena sus ideas, a partir de lo que Mills (1969) propugna como Artesanía Intelectual, una forma de producción académica que ha guiado la redacción de sus artículos y la presentación de las comunicaciones orales que realiza en eventos técnico-científicos.

PALABRAS CLAVE: Calidad de vida. Vivienda. Artesanía intelectual.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

1 A ECONOMIA DOMÉSTICA, A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A DECLARAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

Apesar de o ensino da Economia Doméstica ter sido extinto do currículo básico, médio-técnico e do ensino superior, o/a profissional de Economista Doméstica/o segue existindo. Esta profissão é fiscalizada/protegida por Conselhos, sendo dois Regionais e um Federal em nosso país. Segundo a lei que rege o exercício da profissão, bachareis em Ciências Domésticas ou Educação Familiar, também são cursos que habilitam para esta profissão - LEI N° 7.387, DE 21 DE OUTUBRO DE 1985. Na referida lei, em seu artigo segundo, consta que é de competência do Economista Doméstico realizar:

I- planejar, elaborar, programar, implantar, dirigir, coordenar, orientar, controlar, supervisionar, executar, analisar e avaliar estudos, trabalhos, programas, planos, projetos e pesquisas em economia doméstica e educação familiar ou concernentes ao atendimento das necessidades básicas da família e outros grupos, na comunidade, nas instituições públicas e privadas;

II - planejar, elaborar, implantar, dirigir, coordenar, orientar, controlar, supervisionar, executar, analisar e avaliar estudos, trabalhos, programas, planos, projetos e pesquisas de educação e orientação do consumidor para aquisição e uso de bens de consumo e serviços utilizados pela família e outros grupos nas instituições públicas e privadas.

Deste modo, a/o profissional de Economia Doméstica tem sua atenção voltada para desenvolver ações em prol da garantia da Qualidade de Vida de indivíduos e de famílias, que esta posto na alínea b do artigo terceiro da referida lei. Faz-se importante também destacar outras alíneas, para a elucubração aqui proposta:

Art. 3º - Compete, também, ao Economista Doméstico integrar equipe de:

- a) planejamento, programação, supervisão, implantação, orientação, execução e avaliação de **atividades de extensão e desenvolvimento rural e urbano;**
- b) planejamento, elaboração, programação, implantação, direção, coordenação, orientação, controle, supervisão, execução, análise e avaliação de **estudo, trabalho, programa, plano, pesquisa, projeto nacional, estadual, regional ou setorial que interfira na qualidade de vida da família;**
- e) planejamento, supervisão e orientação de serviços de modelagem e produção de **vestuário.**

Ou seja, estamos falando de espaços urbanos ou rurais, bem como de instituições privadas ou públicas, o que favorece um possível debate sobre Qualidade de Vida para as Famílias ou Coletividades nestes contextos. Da minha graduação, lembro da profa. Maria de Fátima Massena em uma palestra para estudantes de Economia Doméstica, falar mais ou menos assim: “No final das contas, se estamos falando em indivíduos, em algum momento eles fizeram ou fazem parte de uma família ou de uma coletividade. Uma empresa que produz roupas, não tem por finalidade confeccionar roupas, tem por fim atender a necessidade de consumo de um indivíduo, uma família, uma coletividade”. Se naquele momento eu já entendia o que Massena falou, hoje eu entendo muito mais. Embora nós tenhamos tido divergências político-acadêmicas em outras temáticas, ao longo da minha



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

formação, reconheço tudo que aprendi com ela. Por exemplo, pensar que o fim de um serviço, não é servir algo, mas sim, é servir esse algo a alguém.

Dando continuidade à nossa reflexão em termos legais, invoco a Constituição Federal. Neste documento, que orienta a condução do nosso país, desde 1988, consta em seu artigo sexti que: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a **moradia**, o transporte, o **lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Neste trecho, destaquei os direitos sociais da moradia, do lazer e da proteção à maternidade e à infância. Por quê? Aqui estabeleço digressões e associações: da moradia podemos entender, que se refere ao morar com dignidade, e podemos associar com o que a Economia Doméstica observa sobre Habitação; enquanto o lazer, entendo que pode ser garantido, por meio da fruição da Arte; e por fim, a proteção à maternidade e à infância, compreendo ser um dever da nação para com as mulheres que são mães e com as crianças que habitam nosso vasto território.

Infelizmente, acredito que é possível deste ponto, como as mulheres são vinculadas às crianças: maternidade e infância. A figura do homem não está aí implicada. Compreendo que dispositivo legal é para resguardar mulheres que são mães, para que haja a reprodução do coletivo. A constituição federal não explicita a paternidade, daqui estabeleço a digressão do não aparecimento do homem na “ternidade”. E aqui também, vale ainda esticar um pouco mais o pensamento, e entender, que o direito social a que se fala é para a “maternidade”, não necessariamente às mulheres, é à mulher que gera uma criança. Mais uma esticada nesta ideia, podemos observar que o termo infância está no singular, quando sabemos que, embora naquela época não houvesse legislação que desse conta da pluralidade, hoje podemos falar em infâncias.

Você que lê, pode me perguntar: “Jaqueline, e o que isso tem a ver com Arte, Habitação e Vestuário?”, então eu te respondo: essa delonga que fiz foi para que você perceba como as questões de gênero são tratadas nas entrelinhas. Para que daí, você possa me entender quando eu perguntar: quantas mulheres que são mães fazem Arte? Quantas mulheres que são mães têm direito à moradia e ao lazer? Quantas mulheres que são mães têm roupas confortáveis e bonitas para se vestirem? E caso você me responda que existem mulheres que são mães e que fazem Arte, tem moradia digna e lazer, além de terem roupas que contemplam seus corpos.

Então, eu te pergunto: qual é a cor desta mulher que é mãe que você está falando? Qual é a condição econômica desta mulher que é mãe que você está falando? Estas minhas perguntas são para que você reflita que as questões de raça-etnia e classe, nem nas entrelinhas foram consideradas. Por isso, você não deve ter se lembrado de Miguel, que caiu do nono andar de uma das Torres Gêmeas da cidade do Recife. Miguel era um menino negro, periférico, que era filho de Mirtes, que na pandemia, precisou se manter empregada doméstica de Sarí Corte, patroa esta, que deixou Miguel sozinho no



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

elevador, enquanto Mortes desceu para passear com o seu cachorro e ela estava fazendo as unhas com uma manicure em seu apartamento. Miguel, como qualquer criança curiosa, ao sair do elevador, foi investigar o andar em que o elevador se encontrava. Miguel foi morto pela negligência de Sarí, que não quis olhar o filho da sua empregada, que foi passear com o seu cachorro. Paro aqui minhas digressões sobre a constituição federal, e deixo que você siga a reflexão com você mesma, como você mesmo.

Para o final desta seção do artigo, trago ainda a **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, pois trata em seus artigos sobre direitos a que toda pessoa tem:

Artigo 22° Toda a pessoa, como membro da sociedade, tem direito à segurança social; e pode legitimamente exigir a satisfação dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis, graças ao esforço nacional e à cooperação internacional, de harmonia com a organização e os recursos de cada país.

Artigo 24° Toda a pessoa tem direito ao repouso e aos lazeres, especialmente, a uma limitação razoável da duração do trabalho e das férias periódicas pagas.

Artigo 25° 1. Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente **quanto** à alimentação, **ao vestuário, ao alojamento**, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade. 2. **A maternidade e a infância** têm direito a ajuda e a assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozam da mesma proteção social. (ONU, 1948).

Acredito, que as reflexões apresentadas anteriormente já possibilitam o entendimento sobre o porquê de eu ter trazido a Declaração dos Direitos Humanos. Mas, gostaria de ressaltar dois pontos em que não está posto e nossa CF, que é o aparecimento dos trechos que destaquei: “Toda pessoa pode exigir a satisfação de seus direitos econômicos, sociais e culturais”, “Toda pessoa tem direito ao repouso e ao lazer”, “Toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família, quanto ao vestuário e o alojamento [entre outras necessidades]”, “Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozam da mesma proteção social.” Chamei atenção para esses trechos, pois considera explicitamente: direitos culturais; o vestuário; ao repouso e ao lazer juntos; as crianças no plural, e que existem homens que engravidam mulheres dentro ou fora do casamento. Em 1948, a sociedade tratava internacionalmente, o que hoje em 2024 a extrema direita faz questão de negar e é contra.

2 QUALIDADE DE VIDA E DIREITOS GARANTIDOS

Começo esta seção com a elucubração a qual cheguei recentemente: a classe trabalhadora, seus filhos e suas filhas ao terem seus direitos garantidos, não se trata de uma questão de privilégio. Falo isso, pelo fato de que é constante ouvir, inclusive, em coletivos dedicados à militância social, que



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

peças com direitos básicos assegurados básicos têm privilégios frente às pessoas que não tem seus direitos garantidos.

Deste modo, acredito que talvez estejamos falando de uma questão de vantagem sociocultural ou econômica em relação aos seus pares, (ou seja, da mesma classe trabalhadora), que tem seus direitos negligenciados por parte do Estado Brasileiro e das elites, seus herdeiros e suas herdeiras. Assim, segue o exemplo: Uma estudante de uma escola pública que tem aulas em uma Escola de Referência Integral da capital de um estado com um ensino de qualidade, há quem diga que ela tem “privilégio” frente a uma outra estudante de uma escola pública do bairro no subúrbio da cidade. Assim, acredito que é uma questão de vantagem, mas não de privilégio. A pessoa que de fato tem privilégio frente a estas estudantes hipotéticas, é uma terceira, que estuda na escola privada mais cara do centro de uma cidade, não do subúrbio.

Então, para mim, algum/a trabalhador/a ter um nível/padrão de vida com boa qualidade não é um privilégio, é uma questão de direito humano garantido. Ou seja, é de interesse da Economia Doméstica, temáticas e ações que estejam voltadas para o atendimento de direitos sociais, econômicos e culturais [acrescento ambientais], que contribuam para a QUALIDADE DE VIDA de indivíduoS, famíliaS, grupoS e coletividadeS. Os termos findos na letra maiúscula “S”, para indicar o entendimento de que palavras escritas no plural tendem a nos fazer pensar em diversidade e múltiplas possibilidades de uma pessoa existir.

Estas reflexões me possibilitam trazer ao debate o que Ailton Krenak (2020) faz em seu Livro “A vida não é útil”:

Nós estamos, devagarzinho, desaparecendo com os mundos que nossos ancestrais cultivaram sem todo esse aparato [tecnológico] que hoje consideramos indispensável. Os povos que vivem dentro da floresta sentem isso na pele: veem sumir a mata, a abelha, o colibri, as formigas, a flora; veem o ciclo das árvores mudar. Quando alguém sai para caçar tem que andar dias para encontrar uma espécie que antes vivia ali, ao redor da aldeia, compartilhando com os humanos aquele lugar” (KRENAK, 2020, p. 53).

Pergunto: Como é que a gente vai falar em qualidade de vida sem planeta?

Sabendo que a vida não é útil, como declarou Krenak e que não há como falar em Qualidade de Vida sem o cuidado com o planeta e o respeito às outras espécies, trago perguntas e colocações para que, a partir deste momento no texto, possamos mais questionar e refletir criticamente do que tentar responder e encontrar soluções rápidas para questões complexas.

As perguntas que seguem foram feitas em formato de “perguntas retóricas”, para a minha audiência durante o I Fórum de Economia Familiar. Escolhi trazer as perguntas na íntegra e do modo em que foram apresentadas, pois, cada resposta possível, não caberia dentro de um artigo com o limite de 10 páginas. Ademais, confesso que estamos no final do ano de 2024 e sinto o cansaço de um ano desafiador, para mim e para nossa nação. Neste ano, o nosso país viveu tragédias ambientais: de



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

enchentes no sul, seca no norte, e queimadas em mais de 80% do nosso território. Até onde me informei, foi a primeira vez que as queimadas aconteceram ao mesmo tempo em todos os estados da federação.

FRUIR | ARTE

- O que é arte? [Pergunta ainda insolucionável para mim].
- Determinada obra/peça é considerada Arte: quem toma esta decisão?
- Quem geralmente produz arte neste país?
- Considerando a Arte como linguagem e objeto da fruição humana, cada tipo de arte tem um grupo social típico?
- A arte chega em toda a extensão territorial do país?

Arte para a Qualidade de Vida

- 1ª Arte: Música - Você ouviu músicas e canções? Quais? Elas te fazem sentir paz, tranquilidade, euforia, tristeza, alienação? E tocar algum instrumento musical? Já fez aula de música? Gosta de ir a festivais públicos de músicas e viradas culturais?
- 2ª Arte: Dança - Você gosta de dançar ou prefere assistir pessoas dançando / bailando? Que estilos de dança você prefere? Gosta de festas públicas como o Carnaval ou o São João?
- 3ª Arte: Pintura - Prefere contemplar obras artísticas ou já se aventurou em pintar? Telas, paredes ou muros? Já fez aula? Nem que seja de pintar pano de prato ou uma camisa velha?
- 4ª Arte: Escultura - Quando crianças, podemos ter a oportunidade de sermos escultores, com massa de modelar. E os castelos de areia?
- 5ª Arte: Teatro - qual foi a última vez que você entrou em um teatro? Você gosta de assistir espetáculos cênicos? E aula de teatro, já fez?
- 6ª Arte: Literatura - qual o último livro que você leu? está lendo algum livro no momento? Você tem tempo de ler algum livro ou sempre sente cansaço?
- 7ª Arte: Cinema - você vai a cinemas de rua? De fundações? Multiplex? Assina algum streaming? Conhece a Pluto TV? Costuma ir a festivais de cinema? Já gravou / produziu algum vídeo, seja um curta ou longa-metragem?

MORAR | HABITAÇÃO

- Em que lugar moramos?



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

Colocação sobre Racismo Ambiental e Desigualdade Social:

Nas cidades brasileiras, as famílias de baixa renda se concentram em áreas menos dotadas de infraestrutura e serviços ambientais básicos. Nesses mesmos territórios, se concentram as populações pretas e pardas, assim como os domicílios chefiados por mulheres de baixa renda. Selecionamos três capitais de diferentes regiões brasileiras para exemplificar e demonstrar a vulnerabilidade socioambiental desses grupos no território urbano: Belém (PA) no norte, Recife (PE) no nordeste e São Paulo (SP) no sudeste (Instituto Pólis, 2022, on-line). **Fonte:** <https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/>.

Habitação para Qualidade de Vida

Aqui não trouxe perguntas, apenas reivindicações e conclames do movimento social:

“Ocupar e Resistir!”

Queremos Vias acessíveis,

Queremos Saneamento básico,

Queremos Transporte coletivo Decente,

Queremos Equipamentos Culturais,

Queremos Praça, Parques e mais áreas verdes.

VESTIR | VESTUÁRIO

Sobre o vestuário, trouxe mais perguntas provocativas, do que perguntas em tom de sugestão ou reivindicações. Aqui, busco fazer que você reflita sobre as roupas que você veste, como se sente ao vesti-la, bem como te faço refletir como a Moda-vestuário abarca um setor econômico relevante em nossas vidas cotidianas.

- As tuas roupas te deixam confortável?
- As tuas roupas valorizam a pessoa bonita que você vê no espelho?
- O que as tuas roupas dizem sobre você?
- Você se veste para si ou para as outras pessoas?
- Já experimentou visitar bazares e brechós?
- Já experimentou usar uma roupa até que ela ande sozinha? [Brincadeira]

O recado que deixo a partir dessas questões é: Não subestime a Moda-Vestuário, ela é mais importante do que muitas pessoas imaginam, pois é também atravessada por questões socioculturais de gênero, raça-etnia e classe, bem como questões da ontologia do ser humano.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

CONSIDERAÇÕES

Acredito que com este artigo, estou fazendo um registro histórico para a memória da Economia Doméstica neste país. Considero, que, embora o seu ensino tenha sido extinto no Brasil, que seus conteúdos são fundamentais para nossa sociedade.

Alegro-me ter a esperança, de que as discussões que fizemos ao longo desses anos, não fora em vão, e ainda mais, não apenas me alegra, mas também me surpreende, que as contribuições de nós, profissionais da Economia Doméstica, sejam recebidas no curso de Ciências Econômicas da UNIFESP. Para mim é uma honra e uma grande oportunidade falar sobre meu curso de graduação.

Aproveito aqui para registrar o nome de três professoras (*in memoriam*) que foram fundamentais na minha formação em Economia Doméstica na UFRPE: Maria de Fátima Paz, Maria de Fátima Massena e Maria de Fátima Santiago. Dedico este trabalho a elas, que não ficaram amplamente conhecidas no país e tão cedo se tornaram imortais.

Espero esta comunicação oral tenha sido transformada em material escrito, com toda licença poética, que uma acadêmica feminista, antirracista, da classe trabalhadora, tem direito e espera contar, dado que parte sua fala, da Economia Doméstica e de seus marcadores sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL. LEI N° 7.387, DE 21 DE OUTUBRO DE 1985. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7387-21-outubro-1985-356187-norma-pl.html>>. Acesso em: 01 nov. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 01 nov. 2024.

INSTITUTO PÓLIS. **Racismo Ambiental e justiça socioambiental nas cidades**. Disponível em: <<https://polis.org.br/estudos/racismo-ambiental/>>. Acesso em: 12 nov. 2024.

KRENAK, Aílton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: 12 nov. 2024.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

A PRESENÇA DE FILHOS E A INFLUÊNCIA NA PERMANÊNCIA DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

THE PRESENCE OF CHILDREN AND THE INFLUENCE ON WOMEN'S PERMANENCE IN THE LABOR MARKET

LA PRESENCIA DE HIJOS Y SU INFLUENCIA EN LA PERMANENCIA DE LAS MUJERES EN EL MERCADO LABORAL

Tayná Cavalcanti Branco

Mestranda em Economia pelo PPGECON/UFPE. E-mail: tayna.branco@ufpe.br

Edson Geraldo Nascimento da Paz

Mestrando em Economia pelo PPGECON/UFPE. E-mail: edson.npaz@ufpe.br

RESUMO

O artigo investiga a influência de fatores familiares e domésticos na inserção das mulheres no mercado de trabalho no Brasil, com ênfase no impacto da presença de filhos pequenos. Utilizando um modelo de regressão econométrica Probit aplicado aos dados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2019, complementado por cálculos de efeitos marginais, analisa-se como a presença de crianças de até 5 anos no domicílio afeta a probabilidade de participação feminina no mercado laboral. O estudo explora como barreiras relacionadas à maternidade associada a outros fatores socioeconômicos influenciam a trajetória profissional das mulheres. Os resultados revelam que a presença de filhos pequenos reduz a probabilidade de participação, com o impacto variando conforme o número de crianças. Além disso, fatores como escolaridade, localização urbana e estado civil apresentam influência significativa, ressaltando a necessidade de estratégias que enfrentem as desigualdades estruturais.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de trabalho; mulheres, filhos; salários.

ABSTRACT

This article investigates the influence of family and domestic factors on women's labor market participation in Brazil, with an emphasis on the impact of having young children. Using a Probit econometric regression model applied to data from the 2019 National Health Survey, complemented by marginal effects calculations, it examines how the presence of children under five years of age affects the probability of women's participation in the labor market. The study explores how barriers related to motherhood, combined with other socioeconomic factors, influence women's professional trajectories. The results reveal that the presence of young children reduces the probability of participation, with the impact varying according to the number of children. Additionally, factors such as education level, urban location, and marital status significantly influence participation, highlighting the need for strategies to address structural inequalities.

KEYWORDS: Job market; children; salary.

JEL Classification: J13, J31, R2

RESUMEN

Este artículo investiga la influencia de los factores familiares y domésticos en la inserción de las mujeres en el mercado de trabajo en Brasil, con énfasis en el impacto de la presencia de niños pequeños. Utilizando un modelo de regresión econométrica Probit aplicado a datos de la Encuesta Nacional de Salud 2019, complementado con cálculos de efectos marginales, analizamos cómo la presencia de niños de hasta 5 años en el hogar afecta la probabilidad de participación femenina en el mercado laboral. El estudio explora cómo las barreras relacionadas con la maternidad asociadas a otros factores



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

socioeconômicos influyen en la trayectoria profesional de las mujeres. Los resultados revelan que la presencia de niños pequeños reduce la probabilidad de participación, variando el impacto según el número de hijos. Además, factores como la educación, la ubicación urbana y el estado civil tienen una influencia significativa, lo que pone de manifiesto la necesidad de estrategias que aborden las desigualdades estructurales.

PALABRAS CLAVE: Mercado laboral. Mujeres. Prole. Salario.

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos houve avanços na qualidade de vida das mulheres de uma forma geral, inclusive no que diz respeito ao aumento na participação no mercado de trabalho, apesar de ainda persistirem alta informalidade, menor produtividade e rendimentos, além da já conhecida desigualdade de gênero (Alves, 2016). Alguns fatores podem estar se tornando barreiras para o melhor desempenho feminino no mercado de trabalho, como, por exemplo, a atribuição dos cuidados domésticos e dos filhos (Agüero, Marques, Raykar, 2011; Barbosa, Costa, 2017). Visto que, mesmo com melhores níveis educacionais (Scorzafave, Menezes-Filho, 2005; Alves, 2016) e sendo uma parcela crescente no mercado de trabalho, os cuidados domésticos e dos filhos, principalmente em idades iniciais, ainda estão mais vinculados às mulheres (Alves, 2016; Barbosa, Costa, 2017). Cenários como esses tendem a estar ligados a menor participação feminina no mercado de trabalho (IBGE, 2018; IBGE, 2019) e níveis salariais mais baixos em comparação aos homens e à forma de colocação feminina no mercado de trabalho (IBGE, 2018; IBGE, 2019; IBGE, 2021).

Entre as décadas de 1980 e 1990, observou-se um aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro, além de mudanças no perfil socioeconômico desse grupo (Pazello, 2006; Scorzafave, Menezes-Filho, 2005), fatores esses interligados a diminuição do número de mulheres casadas e redução da fecundidade, como também, ao aumento do número de mulheres chefes de família (Scorzafave, Menezes-Filho, 2005). Em contrapartida, Paz, *et al.* (2024) destaca que esses fatores ainda não são suficientes na contribuição da diminuição na disparidade salarial existente entre os gêneros.

Para além das diferenças salariais de gênero, as mulheres factualmente são as menos favorecidas, onde a presença de filhos tende a ser um aspecto que gera impacto dentro do grupo de trabalhadoras (Pazello, 2006; Barbosa, 2014; Barbosa, Costa, 2017; Guiginski, Wajnman, 2019). Essa hipótese surge, principalmente, do fato das crianças necessitarem de atenção de um adulto e essa função costumeiramente ser desempenhada pela mãe (Alves, 2016; Guiginski, Wajnman, 2019).

Novamente, um aumento significativo na participação das mulheres no mercado de trabalho foi observado entre os anos de 1992 e 2012, especialmente para mulheres nas faixas etárias de 25 a 34 e 50 a 54 anos (Barbosa, 2014). A literatura destaca que fatores como melhores níveis educacionais



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

tendem a influenciar em uma participação mais estável no trabalho, já a presença de filhos, principalmente de 0 a 5 anos, tende a impactar negativamente a participação feminina no mercado de trabalho (Barbosa, Costa, 2017; Guiginski, Wajnman, 2019; Machado *et al.*, 2021; Correa *et al.*, 2021; Souza, Ricardo, Gomes, 2024).

Em argumentação a essas diferenças entre mulheres com e sem filhos, Guiginski e Wajnman (2019) indicam em seu trabalho que a presença de filhos tende a estar ligada a uma menor participação da mulher no mercado de trabalho. Desse modo, segundo os autores, os níveis de desemprego das mulheres com filhos pequenos mostram-se 2,4 pontos percentuais acima daquelas sem filhos, representando mais que o dobro em relação à taxa de desemprego masculina. Outro fator que também mostrou exercer influência sobre a participação feminina no mercado de trabalho se trata do local de domicílio da mulher, existindo uma maior participação em áreas urbanas e nas regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste (Barbosa, 2014; Machado *et al.*, 2021; Sousa, Ricardo, Gomes, 2024).

Outros fatores também mostram afetar negativamente a participação feminina no mercado de trabalho, no que diz respeito aos rendimentos auferidos, como o tamanho da família e a idade dos filhos (Agüero, Marques, Raykar, 2011), enquanto a maternidade tardia para aquelas mulheres que conseguem investir em capacitação, pode resultar em menores perdas salariais (Cunha, Rosa, Vasconcelos, 2022), apesar da diminuição na disparidade na remuneração das mulheres com filhos em geral (Pal, Waldfogel, 2016). Além disso, adiar a maternidade, ou mesmo não ter filhos, tende a proporcionar avanços educacionais, resultando em melhores posições no mercado de trabalho e em salários mais elevados, já que a presença de filhos gerar algumas limitações na esfera produtiva (Cunha, Rosa, Vasconcelos, 2022).

Diante dos fatores que podem induzir a entrada e continuidade feminina no mercado laboral, desponta a necessidade de entender como a maternidade pode restringir as suas carreiras. Assim este trabalho tem como objetivo contribuir sobre a discussão que envolve o efeito que a presença de filhos exerce sobre as condições da permanência feminina no mercado de trabalho. Através um modelo *probit*, será mensurado o impacto da presença de filhos de até 5 anos de idade³ na permanência das mulheres no mercado de trabalho, utilizando os dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de 2019, que contém, dentre outras, informações sobre condições socioeconômicas e de fecundidade das famílias brasileiras.

Diante dos fatores que podem induzir a entrada e continuidade feminina no mercado laboral, desponta a necessidade de entender como a maternidade pode restringir as suas carreiras. Assim, este trabalho tem como objetivo contribuir sobre a discussão que envolve o efeito que a presença de filhos exerce sobre as condições da permanência feminina no mercado de trabalho. Através de um modelo *probit*, será mensurado o impacto da presença de filhos de até 5 anos de idade na permanência das mulheres no mercado de trabalho, utilizando os dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) de



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

2019, que contém, dentre outras, informações sobre condições socioeconômicas e de fecundidade das famílias brasileiras. A faixa etária dos filhos foi escolhida por se tratar da idade pré-escolar, onde as crianças demandam mais cuidados.

Nesse sentido, o artigo busca compreender as repercussões da dualidade entre filhos e carreira na trajetória profissional das mulheres. Com o propósito de aprofundar o entendimento desse problema intrínseco em nossa sociedade, indagamos: Qual é o impacto da presença de filhos na participação das mulheres no mercado de trabalho, considerando a idade dos filhos?

O trabalho está estruturado em cinco seções, além dessa introdução. A segunda refere-se a revisão da literatura sobre o mercado de trabalho feminino e a presença ou ausência de filhos e demais aspectos que podem influenciar a decisão da mulher retornar ao mercado de trabalho. A terceira diz respeito a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa. Na quarta, apresentamos os resultados. A quinta seção, traz as conclusões e uma discussão sobre o tema.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A idade média para a maternidade no Brasil passou de 22,5 anos em 1992 para 24,6 anos em 2015, refletindo uma tendência de adiamento da maternidade (Cunha, Rosa, Vasconcelos, 2022). Acompanhando essa mudança no perfil da fecundidade, a taxa de participação feminina no mercado de trabalho cresceu de 55% para 60% entre 2001 e 2015 (Barbosa, Costa, 2017). No entanto, mulheres com filhos ainda apresentam uma taxa de participação no mercado laboral inferior àquelas sem filhos (Barbosa, Costa, 2017), que pode estar associada a responsabilidade pelos cuidados domésticos onde a mulher se ver forçada a buscar empregos com maior flexibilidade (Pazello, 2006; Barbosa, 2014). Essa perspectiva se agrava, considerando que, em 2014, 69,2% dos jovens de 15 a 29 anos que não estudavam nem trabalhavam eram mulheres, onde muitas enfrentavam a sobrecarga do trabalho não remunerado (IBGE, 2015).

A relação entre a presença de filhos e a condição de permanência da mulher no mercado de trabalho tem sido alvo de investigação por diversos autores de várias áreas, como por exemplo, Pazello (2006) que investigou as diferenças no mercado de trabalho entre mulheres com filhos gêmeos e filho único, que residem nas áreas urbanas brasileiras; Agüero, Marques e Raykar (2011) que exploraram a penalidade salarial da maternidade em países em desenvolvimento, focando em como o número de filhos afeta os rendimentos das mulheres; e Pal e Waldfoegel (2016) que trouxeram uma contribuição sobre a diferença nos salários por hora entre mulheres com e sem filhos, nos Estados Unidos. Esses estudos mostram uma menor participação feminina no mercado de trabalho na presença de filhos ou uma penalidade em seus salários.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

De maneira específica, ao analisar o impacto da presença de filhos gêmeos no desempenho profissional das mulheres brasileira, no período de 1992-1999, através dos modelos OLS, *logit* e Heckman, Pazello (2006) evidencia que, no curto prazo, as mães que permanecem ativas no mercado de trabalho após o nascimento de um filho não planejado, no caso o gêmeo, tendem a trabalhar mais horas, mas sem um correspondente aumento salarial. Destacando a relevância desse fenômeno para entender as dinâmicas entre maternidade e trabalho.

Por outro lado, Agüero, Marques e Raykar (2011) realizaram uma investigação em 21 países em desenvolvimento, utilizando o modelo de OLS e 2SLS, para o período entre 1994 e 1999, onde encontraram uma relação negativa entre o tamanho da família e os rendimentos femininos. Os autores destacam que a presença de filhos diminui os ganhos das mulheres, sendo que essa perda é mais acentuada com a presença de filhos mais novos. Curiosamente, ter filhas mais velhas parece aumentar os rendimentos das mães, em comparação com a presença de filhos na mesma faixa etária, segundo os autores.

Ao analisar o diferencial de remuneração horária entre mulheres de 25 a 44 anos, com e sem filhos, entre 1967 e 2013, nos Estados Unidos, utilizando dados da *Current Population Survey*, Pal e Waldfogel (2016) estimaram modelos de regressão OLS combinados com o método de ponderação por probabilidade inversa com dupla robustez. Os resultados mostram que o *family gap* diminuiu ao longo do período analisado, passando de 6% em 1967-1968 para cerca de 1% em 2011-2013. Com variações entre os subgrupos: para mães casadas, o diferencial salarial negativo foi substituído por um diferencial positivo nos anos mais recentes, enquanto, para as mães não casadas, o *family gap* persistiu, atingindo 10% no período de 1996-1998. Além disso, diferenças marcantes foram identificadas em relação à educação e ocupação. O diferencial salarial foi mais acentuado entre mães em ocupações menos remuneradas e com menor flexibilidade. Por outro lado, mães com níveis educacionais mais altos experimentaram uma redução significativa no *gap* ao longo do tempo, a ponto de o diferencial desaparecer no período mais recente para aquelas com ensino superior completo. Já mães com menor escolaridade apresentaram, de maneira geral, um diferencial salarial menos evidente ou inexistente.

Além das disparidades salariais, Cunha e Vasconcelos (2016) ao utilizar o modelo *probit* bivariado, para o período de 1995 a 2009, ressaltam que salários mais altos aumentam o custo de oportunidade para as mulheres, levando à redução da demanda por filhos. Nesse cenário, o salário auferido é um dos fatores determinantes para a participação no mercado de trabalho. As mulheres com maior renda tendem a ter menos filhos e a realizar mais investimentos em qualidade de vida, além de dispor de mais recursos para equilibrar a maternidade e a carreira. Os resultados para as mulheres de baixa renda mostram-se menos sensíveis às variações salariais.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

Barbosa e Costa (2017), através de uma análise com o modelo *probit*, para os anos de 2001 a 2015, discutem outros fatores que podem impactar a decisão das mulheres de retornar ao mercado de trabalho após o nascimento de um filho. Destacam que em 2015, mulheres com filhos em creches apresentaram uma taxa de participação de 68% no mercado de trabalho, enquanto aquelas com filhos fora das creches tinham uma taxa significativamente inferior, de apenas 49%. Ademais, as mulheres com filhos em creches dedicaram, em média, duas horas e meia a menos em afazeres domésticos em comparação àqueles cujos filhos não frequentavam creches. Os dados também indicam que a presença de creches nas proximidades aumenta em cerca de 3% a probabilidade de mães com filhos de 0 a 5 anos ingressarem no mercado de trabalho.

Ishizuka (2021) conduziu um experimento de campo para investigar a discriminação contra mães no mercado de trabalho, enviando 2.210 candidaturas fictícias para vagas em serviços de baixa remuneração e posições gerenciais em seis cidades dos EUA entre 2016 e 2017. O autor obteve resultados que mostram que mães receberam significativamente menos retornos em comparação com mulheres sem filhos, evidenciando discriminação em ambos os segmentos. Fatores como pressão de tempo, colaboração e viagens intensificaram a discriminação em posições profissionais, enquanto a instabilidade de horários foi o principal fator em serviços de baixa remuneração.

Correa *et al.* (2021) convergem ao tema ao reforçar que mulheres com filhos menores de seis anos tendem a ter salários inferiores em comparação àquelas sem filhos pequenos. A autora observou, através dos modelos OLS e 2SLS, que os salários das mulheres com filhos eram, em média, de 58% a 85% menores do que os das mulheres sem filhos pequenos, com variações dependendo das especificações da análise econométrica. Ao considerar a experiência profissional e seus efeitos, esse efeito salarial negativo diminui em 20,1% quando se levam em conta as variáveis relacionadas ao cônjuge.

Machado *et al.* (2021) analisou as consequências da maternidade na oferta de trabalho e nos salários auferidos no Brasil, através dos dados da PNAD de 2017. Aplicando os modelos *probit binomial*, Heckit e Oaxaca-Blinder, os autores identificaram que a maternidade reduz em 8% a participação no mercado de trabalho, embora a escolaridade aumente essa chance. A maternidade apresentou um prêmio salarial de 4,33% em relação às mulheres sem filhos, enquanto em relação aos homens, as mães sofrem uma perda salarial de até 14,59%.

Souza *et al.* (2024), ao examinar a dinâmica entre depressão, desigualdades de gênero e mercado de trabalho brasileiro, destacam que a condição de saúde e a presença de filhos pequenos, especialmente de 0 a 5 anos, influenciam a participação laboral das mulheres. Utilizando o modelo logit e dados da PNS de 2019, os autores encontraram resultados que indicam que mulheres depressivas têm menor chances de participação no mercado de trabalho, além disso, a presença de filhos pequenos reduz em 12,65% o ingresso de mulheres no mercado de trabalho.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

Outros fatores também mostraram ter influência nos salários e na inserção feminina no mercado de trabalho como o local de residência. Por exemplo, residir em áreas metropolitanas e urbanas tende a ser um fator positivo nos salários das mulheres (Pazello, 2006; Do Monte, 2011; Barbosa, 2014; Cunha, Vasconcelos, 2016; Cunha *et al.*, 2022), os resultados de Soares e Izaki (2002) mostram que a urbanização teve um impacto de 2,1% na participação feminina no mercado de trabalho, entre 1977 e 2001. Também se mostra positivo residir na região Sul em detrimento das demais, no que diz respeito a participar do mercado de trabalho (Barbosa, 2014; Cunha, Vasconcelos, 2016; Machado *et al.*, 2021). Para Pazello (2006) a região Nordeste auferiu o menor salário-hora para as mães.

Dados do IBGE (2022) revelam que a escolaridade é mais um fator importante para a inserção das mulheres no mercado de trabalho, mostrando um aumento progressivo na taxa de participação de mulheres com ensino superior em comparação às de menor escolaridade, alcançando um índice de 3,3 vezes maior em 2021. A escolaridade apresentou uma relação inversa ao número de filhos e uma relação positiva a participação no mercado de trabalho (Do Monte, 2011; Barbosa, 2014; Cunha, Vasconcelos, 2016; Guiginski, Wajnman, 2019).

Além disso, os arranjos domiciliares compostos por mulheres negras ou pardas e sem cônjuge apresentaram altos índices de pobreza, onde 29,2% viviam com renda inferior a US\$ 1,90 por dia (IBGE, 2022). Em relação ao emprego em serviços domésticos, a presença feminina, que era de aproximadamente 5,8 milhões em 2017 e 2018, caiu para 4,7 milhões em 2021, ressaltando a forte presença feminina nesse setor (IBGE, 2018, 2019, 2022).

Portanto, a combinação de uma idade média crescente para a maternidade e a participação desigual no mercado de trabalho enfatiza a complexidade das dinâmicas sociais e econômicas que influenciam a vida das mulheres brasileiras. Analisar essas questões é fundamental para a promoção da igualdade de gênero e melhores condições de vida e trabalho das mulheres.

3 METODOLOGIA

Para esta análise, foi utilizada a base de dados da Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) para o ano de 2019. Após os procedimentos de filtragem a amostra consistiu em 19.374 mulheres, entre 18 e 49 anos, que passaram por gestação, mas que não necessariamente tiveram filhos, com presença ou ausência de filhos de até 5 anos de idade no domicílio. Optou-se por essa faixa etária para as crianças devido à maior dependência infantil de cuidados maternos nessa fase, o que tende a influenciar significativamente as decisões das mulheres sobre participação no mercado de trabalho (Barbosa, Costa, 2017; Correa *et al.*, 2021). No anexo I estão presentes as descrições das variáveis utilizadas nas análises estatística e econométrica deste trabalho.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

Em 2013, a PNS passou a ser aplicada separadamente da PNAD, e sua segunda edição ocorreu em 2019, a qual é utilizada nesta análise, por se tratar dos dados mais recentes disponibilizados. A PNS inclui informações detalhadas sobre características domiciliares e familiares que nos permitem realizar uma análise robusta do impacto da presença de filhos.

3.1 Modelo Econométrico

Para realizar a análise da probabilidade da presença feminina no mercado de trabalho, será utilizado o modelo *probit*. Conforme Barbosa (2014) e Barbosa e Costa (2017), esse modelo é adequado quando a variável dependente é binária, seja ela a participação ou não das mulheres no mercado de trabalho (0 = fora do mercado; 1 = no mercado). O modelo assume que existe uma variável latente (Y^*) que determina a escolha binária observada, de forma que:

$$Y^* = X\beta + \varepsilon, \quad \varepsilon \sim N(0,1) \quad (1)$$

Onde Y^* é uma variável latente, X é o vetor de variáveis explicativas (características individuais, domiciliares, educacionais), β é estimado por máxima verossimilhança, ε é o termo de erro, que segue uma distribuição normal padrão. Desse modo, a relação entre a variável observada Y e a variável latente Y^* é dada por:

$$Y = \begin{cases} 1, & \text{se } Y^* > 0 \\ 0, & \text{se } Y^* \leq 0 \end{cases} \quad (2)$$

A função de probabilidade cumulativa da distribuição normal é usada para estimar a probabilidade de uma mulher participar do mercado de trabalho, condicionado às características X . Assim, a probabilidade de participação pode ser escrita como:

$$P(Y = 1|X) = \Phi(X\beta) \quad (3)$$

Onde $\Phi(\cdot)$ é a função de distribuição cumulativa da normal padrão. Já os efeitos marginais dizem respeito ao resultado da derivada parcial da variável latente (Y^*) em relação à variável em análise (Barbosa, 2014).

4 RESULTADOS

4.1. Análise descritiva dos dados



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

As variáveis descritivas mostram características socioeconômicas das mulheres da amostra utilizada, além de traçar um perfil dos domicílios e das condições de vida dessas mulheres. No que diz respeito a composição dos domicílios, aproximadamente 33,98% dos domicílios apresentaram apenas 1 criança na faixa etária até 5 anos de idade, 5,55% tinham 2 crianças nessa faixa etária e apenas cerca de 0,34% apresentavam 3 crianças na faixa até 5 anos. De uma forma geral, cerca de 39% dos domicílios apresentam crianças até 5 anos de idade. Os domicílios apresentaram uma média de 3,54 pessoas por domicílio, onde 32,34% apresentaram três moradores e 27,22%, quatro moradores.

Em relação ao local residência, 77,7% das mulheres da amostra residem em áreas urbanas e cerca de 34,36% delas vivem na capital, enquanto 16,19% estão inseridas em regiões metropolitanas excluído a capital. Quanto as características das mulheres, a amostra aponta que 9,84% das mulheres estão na faixa etária entre 18 e 24 anos, seguida por 20% entre 25 e 31 anos de idade. As faixas etárias de 32 a 38 anos, 39 a 44 anos e 45 a 49 anos correspondem a 27,89%, 23,87% e 18,38% da amostra, respectivamente, indicando uma predominância de mulheres em idades intermediárias, entre 32 e 44 anos, possivelmente, em período de maior engajamento econômico. Em termos de raça, 11,5% das mulheres se identificam como pretas e 56,9% como pardas, contra 30,09% de mulheres que se declaram brancas e 0,66% amarelas, essa divisão pode ser relevante para entender desigualdades de inserção no mercado de trabalho.

Em relação à escolaridade, 2,55% das mulheres da amostra foram classificadas sem nível de instrução, aproximadamente 24,81% das mulheres têm o ensino fundamental incompleto e apenas 8,14% o fundamental completo. Cerca de 34,9% das mulheres completaram o ensino médio, contra 8,27% que tem o nível médio incompleto; em relação ao nível superior, 16,72% completaram essa etapa educacional, enquanto 4,58% não concluíram. Essas estatísticas evidenciam uma variação considerável nos níveis de instrução.

Ao observar os rendimentos desse grupo, cerca de 68,42% das mulheres da amostra trabalhavam e recebiam em média 1.709,03 reais, no ano da pesquisa. O estado civil de 50,72% da amostra é classificado como solteira, contra 39,15% de casadas e 8,28% divorciadas. Essa distribuição sugere uma diversidade nos arranjos familiares que podem influenciar o papel econômico das mulheres. A síntese das variáveis descritivas estão expostas abaixo, no Quadro 1:

Quadro 1 – Variáveis Descritivas
VARIÁVEL

VARIÁVEL	MÉDIA/FREQUÊNCIA
Trabalha	68,42%
Domicílios com uma criança de 0-5 anos	32,98%
Domicílios com duas crianças de 0-5 anos	5,54%
Domicílios com três crianças de 0-5 anos	0,34%
Idade entre 18 e 24 anos	09,84%
Idade entre 25 e 31 anos	20,00%
Idade entre 32 e 38 anos	27,89%
Idade entre 39 e 44 anos	23,87%



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

Idade entre 45 e 49 anos	18,38%
Branca	30,09%
Amarela	00,66%
Preta	11,50%
Parda	56,90%
Rendimentos bruto do trabalho	R\$1709,026
Casada	39,15%
Divorciada	8,28%
Viúva	1,83%
Solteira	50,72%
Área urbana	77,70%
Área rural	22,29%
Capital	34,36%
Região Metropolitana (excluído capital)	16,19%
Número de moradores por domicílio	3,54
Renda bruta do trabalho até R\$ 1.000,00	49,63%
Renda bruta do trabalho de > R\$1.000,00 – R\$3.000,00	39,47%
Renda bruta do trabalho de > R\$3.000,00 – R\$5.000,00	6,38%
Renda bruta do trabalho > R\$5.000,00 – R\$10.000,00	3,30%
Renda bruta do trabalho > R\$10.000,00	1,21%
Sem instrução	2,55%
Fundamental incompleto	24,81%
Fundamental completo	8,14%
Médio incompleto	8,27%
Médio completo	34,90%
Superior incompleto	4,58%
Superior completo	16,72%
Renda domiciliar per capita até ¼ salário mínimo	18,05%
Renda domiciliar per capita de mais de ¼ até ½ salário mínimo	23,09%
Renda domiciliar per capita de mais de ½ até 1 salário mínimo	28,55%
Renda domiciliar per capita de mais de 1 até 2 salários mínimos	19,01%
Renda domiciliar per capita de mais de 2 até 3 salários mínimos	5,41%
Renda domiciliar per capita de mais de 3 até 5 salários mínimos	3,37%
Renda domiciliar per capita de mais de 5 salários mínimos	2,45 %

Fonte: autoria própria. Elaborado através dos dados do PNS 2019.

4.2 Resultados da regressão Probit

Os resultados da regressão utilizando o modelo *Probit*, estão apresentados nas Tabelas 1, 2 e 3. De modo geral, os achados estão alinhados com a literatura, mostrando uma menor chance de participação no mercado de trabalho na presença de filhos.

Nas análises, observou-se que a presença de uma criança de até 5 anos reduz em cerca de 13,43% a probabilidade da mulher estar inserida no mercado de trabalho. O número de moradores no domicílio também apresentou influência negativa, indicando que mulheres em lares mais populosos podem ter mais responsabilidades domésticas, reduzindo sua disponibilidade para o mercado de trabalho. Ao observar o comportamento da renda domiciliar *per capita* apresenta-se um padrão positivo crescente até determinado limite. Para mulheres em domicílios com renda *per capita* entre um quarto de salário mínimo até 2 salários mínimos, a probabilidade de participação no mercado de trabalho



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

aumenta de 21,32% a 77,67%, a partir desse ponto decresce para 61,98% entre aquelas com renda até 5 salários mínimos.

Outros achados destacam que residir em áreas urbanas aumenta a probabilidade de participação em 24,91%, enquanto viver em capitais ou regiões metropolitanas acrescenta 9,04% e 8,38%, respectivamente, à probabilidade de estar empregada. Mulheres negras apresentam uma probabilidade de 14,7% de estarem no mercado de trabalho. Assim como a escolaridade mostrou forte associação com a empregabilidade: mulheres com ensino superior completo têm uma probabilidade 81,52% maior de estarem no mercado de trabalho, em comparação com aquelas com menor instrução.

Por fim, o estado civil também demonstrou impacto significativo, as mulheres casadas têm 16,43% menos chances de estarem empregadas, enquanto as mulheres divorciadas têm uma probabilidade 27,08% maior, possivelmente devido a uma maior necessidade financeira.

Tabela 1 – Impacto na variável trabalho para a presença de uma criança entre 0 e 5 anos

Trabalha	Coefficient	Std. err.	z	P > z	[95% conf. interval]
1 criança de 0 a 5 anos	-0.1343	0.0227	-5.91	0.000	-0.1789; -0.0897
Idade	0.0503	0.0124	4.03	0.000	0.0259; 0.0748
Urbana	0.2491	0.0257	9.67	0.000	0.1986; 0.2996
Capital	0.0904	0.0246	3.67	0.000	0.0421; 0.1386
Região metropolitana (excluído capital)	0.0838	0.0292	2.86	0.004	0.0264; 0.1411
Casada	-0.1643	0.0218	-7.52	0.000	-0.2071; -0.1215
Divorciado	0.2708	0.0430	6.29	0.000	0.1864; 0.3553
Preta	0.1470	0.0318	4.62	0.000	0.0847; 0.2094
Médio incompleto	0.1759	0.0373	4.70	0.000	0.1026; -0.2492
Médio completo	-0.2954	0.0243	12.1	0.000	0.2476; -0.3432
Superior incompleto	0.4549	0.0532	8.54	0.000	0.3504; 0.5593
Superior completo	0.8152	0.0375	21.7	0.000	0.7416; 0.8888
Renda domiciliar per capita maior de ¼ até ½ salário mínimo	0.2132	0.0283	7.52	0.000	0.1577; 0.2688
Renda domiciliar per capita maior de ½ até 1 salário mínimo	0.5740	0.0286	20.0	0.000	0.5178; 0.6303
Renda domiciliar per capita maior de 1 até 2 salários mínimos	0.7767	0.0348	22.2	0.000	0.7083; 0.8450
Renda domiciliar per capita maior de 2 até 3 salários mínimos	0.7095	0.0568	12.4	0.000	0.5980; 0.8210
Renda domiciliar per capita maior de 3 até 5 salários mínimos	0.6198	0.0709	8.74	0.000	0.4808; 0.7589
Número de moradores	-0.0365	0.0073	-4.99	0.000	-0.0509; -0.0222
Constante	-0.2651	0.0457	-5.79	0.000	-0.3548; 0.1754

Number of obs = 19,374 LR chi2(15) = 2992.22 Prob > chi2 = 0.0000 Pseudo R2 = 0.1238

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNS 2019.

A Tabela 2, abaixo, apresenta a análise para a presença de duas crianças, entre 0 e 5 anos, nos resultados para a participação da mulher no mercado de trabalho.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

Tabela 2 – Impacto na variável trabalho para a presença de duas crianças entre 0 e 5 anos

Trabalha	Coefficient	Std. err.	z	P > z	[95% conf. interval]
2 crianças de 0 a 5 anos	-0.1548	0.0435	-3.55	0.000	-0.2403; -0.0694
Idade	0.0675	0.0121	5.57	0.000	0.0437; 0.0912
Urbana	0.2485	0.0255	9.72	0.000	0.1984; 0.2986
Capital	0.0881	0.0245	3.59	0.000	0.0400; 0.1363
Região metropolitana (excluído capital)	0.0841	0.0290	2.90	0.004	0.0273; 0.1410
Casada	-0.1665	0.0218	-7.63	0.000	-0.2092; -0.1237
Divorciado	0.2761	0.0422	6.54	0.000	0.1933; 0.3589
Preta	0.1484	0.0315	4.71	0.000	0.0866; 0.2101
Médio incompleto	0.1717	0.0366	4.69	0.000	0.0999; 0.2435
Médio completo	0.2866	0.0242	11.82	0.000	0.2391; 0.3342
Superior incompleto	0.4445	0.0536	8.28	0.000	0.3393; 0.5497
Superior completo	0.7963	0.0377	21.09	0.000	0.7223; 0.8703
Renda domiciliar per capita maior de ¼ até ½ salário mínimo	0.2078	0.0282	7.36	0.000	0.1525; 0.2631
Renda domiciliar per capita maior de ½ até 1 salário mínimo	0.5713	0.0286	19.96	0.000	0.5152; 0.6274
Renda domiciliar per capita maior de 1 até 2 salários mínimos	0.7814	0.0347	22.50	0.000	0.7133; 0.8494
Renda domiciliar per capita maior de 2 até 3 salários mínimos	0.7164	0.0566	12.65	0.000	0.6054; 0.8274
Renda domiciliar per capita maior de 3 até 5 salários mínimos	0.6214	0.0703	8.84	0.000	0.4835; 0.7592
Número de moradores	-0.0362	0.0074	-4.88	0.000	-0.0508; -0.0217
Constante	-0.3224	0.0446	-7.22	0.000	-0.4099; -0.2348

Number of obs = 19,374 LR chi2(15) = 2595.54 Prob > chi2 = 0.0000 Pseudo R2 = 0.1229

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNS 2019.

Os resultados indicam que a presença de duas crianças de até 5 anos no domicílio reduz ainda mais a probabilidade de participação em cerca de 15,49%. O número de moradores no domicílio apresentou efeito negativo significativo, com cada aumento de um morador reduzindo a probabilidade de participação em 3,63 pontos percentuais, quase sem mudança comparado ao resultado anterior.

A renda domiciliar *per capita* segue o mesmo padrão anterior, onde domicílios com renda de até 0,5 salário mínimo possuem probabilidade aumentada em 20,79%, subindo para 57,13% até 1 salário mínimo e atingindo o pico de 78,14% na faixa de até 2 salários mínimos. Contudo, observa-se uma redução na magnitude do impacto em faixas de renda mais elevadas: 71,65% para domicílios com renda de até 3 salários mínimos e 62,14% pontos percentuais para até 5 salários-mínimos.

A localização geográfica também se mostrou relevante, onde residir em áreas urbanas aumenta a probabilidade de participação em 24,86%, enquanto morar em capitais ou regiões metropolitanas fora das capitais incrementa essa probabilidade em 8,82% e 8,42%, respectivamente. Para as mulheres que se declaram pretas, houve um efeito positivo de 14,84% mais chances de participar do mercado



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

de trabalho. A idade apresentou uma relação positiva, com aumento progressivo na probabilidade de participação conforme a mulher pertence a grupos etários mais avançados.

Mulheres casadas diminuí em 16,65% as chances de estar no mercado de trabalho, enquanto mulheres divorciadas apresentam uma probabilidade 27,62% maior. Por fim, a escolaridade revelou-se um dos fatores mais determinantes, com aumentos graduais na probabilidade de participação conforme o nível de instrução: mulheres com ensino médio incompleto, médio completo, superior incompleto e superior completo apresentam incrementos de 17,17%, 28,67%, 44,45% e 79,63%, respectivamente. Na Tabela 3 espelha os resultados para a presença de três crianças, entre 0 e 5 anos, nos resultados para a participação da mulher no mercado de trabalho.

Tabela 3 – Impacto na variável trabalho para a presença de três criança entre 0 e 5 anos

Trabalha	Coefficient	Std. err.	z	P > z	[95% conf. interval]
3 crianças de 0 a 5 anos	-0.2930	0.1602	-1.83	0.067	-0.6071; 0.0209
Idade	0.0730	0.0119	6.09	0.000	0.0495; 0.0965
Urbana	0.2476	0.0255	9.69	0.000	0.1975; 0.2977
Capital	0.0881	0.0245	3.59	0.000	0.0399; 0.1362
Região metropolitana (excluído capital)	0.0826	0.0290	2.85	0.004	0.0257; 0.1394
Casada	-0.1658	0.0218	-7.60	0.000	-0.2086; -0.1230
Divorciado	0.2749	0.0422	6.51	0.000	0.1921; 0.3577
Preta	0.1483	0.0315	4.71	0.000	0.0866; 0.2101
Médio incompleto	0.1703	0.0366	4.65	0.000	0.0985; 0.2421
Médio completo	0.2874	0.0242	11.85	0.000	0.2399; 0.3350
Superior incompleto	0.4465	0.0536	8.33	0.000	0.3414; 0.5516
Superior completo	0.7959	0.0377	21.09	0.000	0.7220; 0.8699
Renda domiciliar per capita maior de ¼ até ½ salário mínimo	0.2114	0.0282	7.50	0.000	0.1561; 0.2667
Renda domiciliar per capita maior de ½ até 1 salário mínimo	0.5770	0.0285	20.20	0.000	0.5210; 0.6330
Renda domiciliar per capita maior de 1 até 2 salários mínimos	0.7867	0.0346	22.68	0.000	0.7187; 0.8547
Renda domiciliar per capita maior de 2 até 3 salários mínimos	0.7208	0.0565	12.74	0.000	0.6099; 0.8317
Renda domiciliar per capita maior de 3 até 5 salários mínimos	0.6264	0.0702	8.91	0.000	0.4887; 0.7642
Número de moradores	-0.0411	0.0072	-5.67	0.000	-0.0554; -0.0269
Constante	-0.3251	0.0446	-7.28	0.000	-0.4126; -0.2376

Number of obs = 19,374 LR chi2(18) = 2588.39 Prob > chi2 = 0.0000 Pseudo R2 = 0.1225

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNS 2019.

A presença de três crianças de até 5 anos no domicílio reduz a probabilidade de participação no mercado de trabalho em 29,31%, com significância marginal ao nível de 10%, sugerindo um possível impacto negativo, embora sem confirmação estatística robusta. A idade da mulher mostrou-se positivamente associada à participação, com cada incremento nos grupos etários aumentando a probabilidade de inserção no mercado em 7,30%.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

A localização também teve influência significativa, indicando que residir em áreas urbanas aumenta a probabilidade de trabalho em 24,77%, enquanto morar em capitais ou em regiões metropolitanas fora das capitais eleva essa probabilidade em 8,81% e 8,26%, respectivamente. Quanto ao estado civil, apresentou efeitos distintos apontando que mulheres casadas têm 16,58% menos probabilidade de trabalhar, enquanto mulheres divorciadas possuem 27,49% mais probabilidade de inserção, possivelmente devido à maior necessidade financeira ou maior autonomia.

Mulheres pretas têm uma probabilidade 14,84% maior de estarem empregadas. A escolaridade revelou um efeito expressivo e crescente, com mulheres de ensino médio incompleto, médio completo, superior incompleto e superior completo apresentando aumentos na probabilidade de trabalho de 17,03%, 28,75%, 44,65% e 79,60%, respectivamente. Em observação a renda domiciliar *per capita* segue um padrão de impacto positivo, com a probabilidade de inserção no mercado de trabalho aumentando de 21,15% para até meio salário mínimo, 57,70% para até 1 salário mínimo e 78,67% para até 2 salários mínimos. Contudo, o impacto diminui em faixas superiores: 72,08% para até 3 salários-mínimos e 62,65% para até 5 salários mínimos.

Por outro lado, o número de moradores no domicílio apresentou um efeito negativo, reduzindo a probabilidade de trabalho em 4,12% por cada morador adicional, sugerindo que maiores responsabilidades domésticas limitam a inserção feminina no mercado.

A comparação dos três resultados evidencia alguns padrões e algumas diferenças nos fatores que influenciam a probabilidade de participação feminina no mercado de trabalho. Por exemplo, a presença de crianças pequenas no domicílio apresenta um impacto negativo significativo em todos os resultados, com magnitudes que variam conforme o número de crianças. A quantidade de moradores também apresentou um efeito negativo em todos os resultados para cada morador adicional. O que pode ser um indicativo que as responsabilidades domésticas aumentam em lares mais populosos e podem limitar a disponibilidade feminina para o trabalho.

A renda domiciliar *per capita* também segue um padrão. A probabilidade de participação aumenta progressivamente até a faixa de 2 salários mínimos, mas começa a diminuir em rendas mais altas. Mas é importante chamar atenção para as faixas mais baixas, onde a probabilidade de participação se mostra menor, o que pode sugerir que ficar em casa seja mais vantajoso financeiramente para o núcleo familiar, onde a mulher opta por não trabalhar para dedicar-se ao cuidado doméstico. O estado civil mostrou-se um fator relevante onde mulheres casadas têm menos probabilidade de trabalhar, enquanto mulheres divorciadas apresentam uma probabilidade aumentada, indicando maior necessidade financeira e que possivelmente essas mulheres ocupem o papel de chefes de família.

A localização geográfica mostrou-se um determinante positivo, onde áreas urbanas aumenta a probabilidade de participação no mercado de trabalho, assim como morar em capitais ou regiões



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

metropolitanas também eleva essa probabilidade. Esses resultados podem ser reflexo de um melhor acesso a oportunidades de trabalho e infraestrutura de apoio nessas áreas. A escolaridade é consistentemente um dos fatores mais determinantes, mostrando que quanto maior o nível educacional, maiores as chances de participação. Esses resultados reforçam a importância da educação como meio de inserção feminina no mercado.

Tabela 4 - Efeitos Marginais Médios das Variáveis Explicativas sobre a Probabilidade de Participação no Mercado de Trabalho

	Delta-method				
	$\frac{dy}{dx}$	Std. err.	<i>z</i>	<i>P</i> > <i>z</i>	[95% <i>conf. interval</i>]
1 criança de 0 a 5 anos	-	0.0069	-5.97	0.000	0.0552; -0.0279
Idade	0.0415	0.0038	4.01	0.000	0.0079; 0.0232
Urbana	0.0771	0.0078	9.82	0.000	0.0617; 0.0925
Capital	0.0279	0.0075	3.68	0.000	0.0130; 0.0428
Região metropolitana (excluído capital)	0.0259	0.0089	2.89	0.004	0.0083; 0.0435
Casada	-	0.0067	-7.55	0.000	-0.0640; -0.0376
Divorciado	0.0508	0.0130	6.41	0.000	0.0581; 0.1094
Preta	0.0838	0.0097	4.66	0.000	0.0263; 0.0646
Médio incompleto	0.0455	0.0113	4.81	0.000	0.0322; 0.0766
Médio completo	0.0544	0.0074	12.29	0.000	0.0768; 0.1060
Superior incompleto	0.0914	0.0165	8.52	0.000	0.1084; 0.1731
Superior completo	0.2523	0.0113	22.23	0.000	0.2300; 0.2745
Renda domiciliar per capita maior de ¼ até ½ salário mínimo	0.0660	0.0086	7.60	0.000	0.0489; 0.0830
Renda domiciliar per capita maior de ½ até 1 salário mínimo	0.1776	0.0085	20.76	0.000	0.1609; 0.1944
Renda domiciliar per capita maior de 1 até 2 salários mínimos	0.2404	0.0103	23.22	0.000	0.2201; 0.2607
Renda domiciliar per capita maior de 2 até 3 salários mínimos	0.2196	0.0173	12.64	0.000	0.1855; 0.2536
Renda domiciliar per capita maior de 3 até 5 salários mínimos	0.1918	0.0216	8.86	0.000	0.1494; 0.2343
Número de moradores	-	0.0022	-5.05	0.000	-0.0157; -0.0069
	0.0113				

Número de obs = 19,374

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNS 2019.

A Tabela 4 apresenta os efeitos marginais, ele representa a mudança esperada na probabilidade de ocorrência de estar no mercado de trabalho em resposta a uma variação unitária em uma variável explicativa, mantendo todas as outras variáveis constantes. Os resultados da análise *Probit* e dos efeitos marginais para o modelo estimado apresentam consistência entre si, corroborando as relações identificadas entre as variáveis explicativas e a probabilidade de participação feminina no mercado de trabalho.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

O efeito marginal calculado revelou que a presença de uma criança pequena reduz a probabilidade de uma mulher estar inserida no mercado de trabalho em 4,16 pontos percentuais. Assim como para Barbosa e Costa (2017), a presença de crianças entre 0 e 5 anos mostrou-se uma barreira para o mercado de trabalho feminino. Também, para Guiginski, Wajnman (2019) filhos em idade pré-escolar pode significar uma redução de até 73,5%, nas chances da mulher estar no mercado em comparação com aquelas que não têm filhos.

O número de moradores no domicílio apresentou um efeito marginal negativo de 1,13% para cada morador adicional, indicando que lares mais populosos restringem a disponibilidade feminina para o trabalho. Para Guiginski, Wajnman (2019) o tamanho da família é uma barreira para a mulher estar no mercado de trabalho. Já a presença de filhas maiores de 13 anos pode ser um fator positivo para participação feminina, segundo Barbosa (2014) e Barbosa e Costa (2017).

A escolaridade mostrou ser um dos principais determinantes da inserção no mercado, com efeitos marginais crescentes à medida que o nível de instrução aumenta. Por exemplo, mulheres com ensino médio completo têm uma probabilidade 9,14% maior de estar empregadas, enquanto aquelas com ensino superior completo apresentam um incremento de 25,23%. Os resultados de Barbosa (2014) também mostraram a educação como um fator positivo na participação da mulher no mercado de trabalho, onde as mulheres com mais de onze anos de estudo apresentaram cerca de mais de 23% de chances de entrar no mercado. Os resultados de Soares e Izaki (2002) mostraram que as mulheres ensino superior têm taxas altas de participação no mercado de trabalho, independentemente da renda auferida pelos cônjuges, diferente das que não apresentam o mesmo nível de escolaridade.

Quanto ao estado civil, o resultado dos efeitos marginais apontou que mulheres casadas têm uma probabilidade 5,09% menor de participar do mercado de trabalho, em contrapartida, mulheres divorciadas têm 8,38% mais chances de trabalhar. A localização teve impacto significativo e consistente apontando que residir em áreas urbanas aumenta a probabilidade de participação em 7,71%, e morar em capitais ou em regiões metropolitanas fora das capitais eleva as chances em 2,80% e 2,59%, respectivamente.

A renda domiciliar *per capita* também apresentou um padrão consistente. A probabilidade de participação aumenta até a faixa de 2 salários mínimos, com um incremento de 24,04%, e começa a declinar em rendas mais altas, como na faixa de 3 a 5 salários mínimos, apresentando um efeito marginal de 19,19%. Mas é importante chamar a atenção que para os domicílios que apresentam rendas *per capita* abaixo de um salário mínimo, apesar de positivas, a probabilidade das mulheres estarem no mercado de trabalho são menores que as demais. Esses dados sugerem que, em domicílios com menor renda, a mulher pode optar por não trabalhar. Cunha e Vasconcelos (2016) explicam que as mulheres com maiores níveis de renda têm menos filhos, o que pode ser resultado de um maior investimento pessoal, além disso, podem ter mais apoio e condições de equilibrar filhos e carreira.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

CONSIDERAÇÕES

No Brasil, o mercado de trabalho enfrenta desafios significativos, como a baixa escolaridade da força de trabalho e a prevalência da informalidade. Segundo o IBGE (2019), em 2018, uma parcela expressiva dos trabalhadores não havia concluído o ensino médio, enquanto a predominância de vínculos informais excluía muitos trabalhadores de direitos fundamentais, como salário mínimo e licenças remuneradas. Nesse contexto, as mulheres são particularmente vulneráveis, apresentando maior propensão à desocupação e à exclusão do mercado formal (IBGE, 2019).

A análise realizada neste estudo evidenciou que, além da presença de crianças, fatores como o número de moradores no domicílio e o estado civil exercem impactos significativos sobre a participação feminina no mercado de trabalho. A responsabilidade pelos cuidados domésticos, muitas vezes atribuída exclusivamente às mulheres, constitui uma barreira que limita sua inserção no mercado formal (Pazello, 2006; Barbosa, 2014). Nesse cenário, a presença de filhos pequenos, especialmente entre 0 e 5 anos, destaca-se como um dos principais fatores adversos, intensificando as dificuldades de inserção laboral à medida que aumenta o número de crianças no domicílio.

Além disso, o estado civil também influencia a participação das mulheres no mercado de trabalho. Mulheres casadas enfrentam desvantagens adicionais, frequentemente associadas à sobrecarga das responsabilidades domésticas. Por outro lado, mulheres divorciadas, frequentemente responsáveis pelo sustento financeiro da família, apresentam maior probabilidade de engajamento no mercado de trabalho, refletindo uma maior responsabilidade econômica. Esses achados reforçam a necessidade de políticas públicas que mitiguem os impactos negativos da maternidade sobre a trajetória profissional das mulheres. Medidas como a ampliação da oferta de creches podem facilitar a conciliação entre as responsabilidades familiares e a participação no mercado de trabalho.

Conforme dados da PNAD Contínua de 2017, analisados pelo IBGE (2018), apenas 52,9% das crianças de 0 a 5 anos frequentavam escola ou creche. Essa proporção era ainda menor entre crianças pretas ou pardas, com uma diferença de 2,6 pontos percentuais em relação às crianças brancas, e entre aquelas pertencentes ao quinto mais baixo de renda domiciliar per capita, com apenas 46,0% de frequência escolar. Esses dados evidenciam uma desvantagem estrutural para mulheres pretas, pardas e de baixa renda, uma vez que a dificuldade de acesso a serviços de cuidado infantil tende a agravar as barreiras enfrentadas no mercado de trabalho. Estudos como o de Cunha, Rosa e Vasconcelos (2022) mostram que mulheres brancas, solteiras e residentes em áreas urbanas da região Sudeste possuem maior tendência a adiar a maternidade, o que favorece sua participação laboral.

Adicionalmente, políticas como programas de capacitação profissional voltados para mulheres e incentivos fiscais para empregadores que promovam a contratação de mães podem contribuir para reduzir as penalidades da maternidade no mercado de trabalho. Guiginski e Wajnman (2019) destacam



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

que a presença de filhos em idade pré-escolar aumenta significativamente a probabilidade de mulheres estarem em empregos precários ou com jornadas parciais.

Contudo, o estudo revelou as penalidades impostas pela maternidade no mercado de trabalho, reflexo de uma atribuição social predominante do papel de cuidadora às mulheres, discussão essa que converge com a literatura (Agüero, Marques, Raykar, 2011; Barbosa, Costa, 2017; Guiginski, Wajnman, 2019). Embora essa responsabilidade possa, em alguns casos, alinhar-se às preferências individuais, ela frequentemente gera desvantagens produtivas, restringindo a participação feminina e limitando o aproveitamento de seu potencial econômico. Os resultados reforçam a necessidade de medidas que promovam uma divisão mais equitativa das responsabilidades de cuidado, ampliando as possibilidades de inserção e progresso das mulheres no mercado de trabalho. Nesse sentido, o adiamento da maternidade, conforme apontado por Cunha, Rosa e Vasconcelos (2022), pode ser um fator que facilite melhores condições de engajamento profissional.

Por fim, é fundamental a continuidade de pesquisas sobre os impactos da maternidade na participação laboral, especialmente em um contexto heterogêneo como o brasileiro. Este estudo apresenta limitações importantes, como a amostra restrita a mulheres entre 18 e 49 anos que já passaram por gestações, o que limita comparações com outros grupos. Ademais, o delineamento metodológico utilizado não permite a generalização dos resultados. Ainda assim, os achados contribuem para o aprofundamento da compreensão das dinâmicas que envolvem a participação feminina no mercado de trabalho e as penalidades associadas à maternidade, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas mais inclusivas.

REFERÊNCIAS

- AGÜERO, J. M.; MARKS, M.; RAYKAR, N. Do children reduce their mother's earnings? Evidence from developing countries. In: **Indian Statistical Institute Paper**. 2011.
- ALVES, J. E. D. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 2, p. 629-638, 2016.
- BARBOSA, A. L. N. H. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. **Nota Técnica N. 57**. Ipea, 2014.
- BARBOSA, A. L. N. H.; COSTA, J. S. M. Oferta de creche e participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil. **Nota Técnica N. 62**. Ipea, 2017.
- CORREA, J. R. L.; LIMA, E. J. P.; PEREZ, C. A.; BATISTA, D. S.; ORTH, A. C. Mensurando a diferença salarial entre mulheres com filhos ainda criança. **Revista GEDECEN**, V. 9, N. 1, p. 71-86, 2021.
- CUNHA, M. S.; VASCONCELOS, M. R. Fecundidade e participação no mercado de trabalho brasileiro. **Nova Economia**, V. 26, N. 1, p. 179-206, 2016.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

CUNHA, M. S.; ROSA, A. M. P.; VASCONCELOS, M. R. Evidências e fatores associados ao fenômeno de adiamento da maternidade no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, V. 39, p. 1-24, 2022.

DO MONTE, P. A. A influência da fecundidade na inserção Feminina no mercado de trabalho Nordestino e nos determinantes salariais. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 42, n. 3, 2011.

GUIGINSKI, J.; WAJNMAN, S. A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, V. 36, p. 1-26, 2019.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2015. **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica**, N. 35, Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2018. **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica**, N. 39, Rio de Janeiro: IBGE, 2018.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2019. **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica**, N. 40, Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE. Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2022. **Estudos e Pesquisas - Informação Demográfica e Socioeconômica**, N. 49, Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

ISHIZUKA, P. The motherhood penalty in context: Assessing discrimination in a polarized labor market. **Demography**, v. 58, n. 4, 2021.

MACHADO, F. A.; SOUZA, S. C. I.; PAIVA, V. F.; GOMES, M. R. Efeitos da Maternidade na Oferta de Trabalho e Salários no Brasil. **Revista Orbis Latina**, v. 11 n. 2, 2021.

PAZ, E. G. N.; FERREIRA, C. R. A.; BRITO, D. J. M.; SILVA, M. V. A.; MOURA, K. H. L. Desigualdade de rendimentos por gênero no Nordeste do Brasil: uma análise das mudanças entre 2019 e 2023, 2024.

PAL, I.; WALDFOGEL, J. The Family Gap in Pay: New Evidence for 1967 to 2013. **RSF: The Russell Sage Foundation Journal of the Social Sciences**, V. 5, N. 4, p. 104-132, 2016.

PAZELLO, E. T. A maternidade afeta o engajamento da mulher no mercado de trabalho?: um estudo utilizando o nascimento de gêmeos como um experimento natural. **Estudos Econômicos**, V. 36, N. 3, São Paulo, p. 507-538, 2006.

SOARES, S.; IZAKI, R. S. A participação feminina no mercado de trabalho. **Texto para Discussão N. 923**, Rio de Janeiro: Ipea, 2002.

SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES-FILHO, N. A. Impacto da participação das mulheres na evolução da distribuição de renda do trabalho no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, V. 35, N. 2, p. 245-266, 2005.

SOUZA, S. C. I.; RICARDO, M. C.; GOMES, M. R. Mulheres depressivas e manifestações de desigualdades no mercado de trabalho brasileiro. **Revista Ciências do Trabalho**, N. 25, 2024.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

ANEXO I

Quadro A1: Descrição das variáveis utilizadas nas análises estatística e econométrica

VARIÁVEL	TIPO	DICIONÁRIO	DESCRIÇÃO E CODIFICAÇÃO
Preta	Binária	C009	1 - se o indivíduo se declarou de cor da pele preta; 0 caso contrário.
Idade	Contínua	C008	Idade do indivíduo no primeiro trimestre.
Casada	Binária	C011	1 - se o indivíduo é casado; 0 caso contrário.
Divorciada	Binária	C011	1 - se o indivíduo é divorciado; 0 caso contrário.
Número de moradores no domicílio	Contínua	V0022	Total de pessoas que vivem no domicílio.
1 criança de 0 a 5 anos	Binária	C008	1 - se a mulher tem 1 filho; 0 caso contrário.
2 crianças de 0 a 5 anos	Binária	C008	1 - se a mulher tem 2 filhos; 0 caso contrário.
3 crianças de 0 a 5 anos	Binária	C008	1 - se a mulher tem 3 filhos; 0 caso contrário.
Médio incompleto	Binária	VDD004A	1 - se o indivíduo possui ensino médio incompleto; 0 caso contrário.
Médio completo	Binária	VDD004A	1 - se o indivíduo possui ensino médio completo; 0 caso contrário.
Superior incompleto	Binária	VDD004A	1 - se o indivíduo possui ensino superior incompleto; 0 caso contrário.
Superior completo	Binária	VDD004A	1 - se o indivíduo possui ensino superior completo; 0 caso contrário.
Renda domiciliar per capita maior de ¼ até ½ salário mínimo	Binária	VDF004	1 - se a renda domiciliar per capita maior de ¼ até ½ salário mínimo; 0 caso contrário.
Renda domiciliar per capita maior de ½ até 1 salário mínimo	Binária	VDF004	1 - se a renda domiciliar per capita maior de ½ até 1 salário mínimo; 0 caso contrário.
Renda domiciliar per capita maior de 1 até 2 salários mínimos	Binária	VDF004	1 - se a renda domiciliar per capita maior de 1 até 2 salários mínimos; 0 caso contrário.
Renda domiciliar per capita maior de 2 até 3 salários mínimos	Binária	VDF004	1 - se a renda domiciliar per capita maior de 2 até 3 salários mínimos; 0 caso contrário.
Renda domiciliar per capita maior de 3 até 5 salários mínimos	Binária	VDF004	1 - se a renda domiciliar per capita maior de 3 até 5 salários mínimos; 0 caso contrário.
Urbano	Binária	V0026	1 - se o indivíduo não vive em área Urbana; 0 caso contrário.
Capital	Binária	V0031	1 - se o indivíduo não vive em capital; 0 caso contrário.
Região metropolitana (excluído a capital)	Binária	V0031	1 - se o indivíduo vive em área metropolitana (excluído capital); 0 caso contrário.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

ECONOMIA FAMILIAR: ESTRATÉGIAS E SUSTENTABILIDADE E SUA RELAÇÃO COM A GESTÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

FAMILY ECONOMICS: STRATEGIES AND SUSTAINABILITY AND THEIR RELATIONSHIP WITH PUBLIC MANAGEMENT AND PUBLIC POLICIES

ECONOMÍA FAMILIAR: ESTRATEGIAS Y SOSTENIBILIDAD Y SU RELACIÓN CON LA GESTIÓN PÚBLICA Y LAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Marcos Kochleitner

Servidor público e atua como Assessor das Direções Acadêmica e Administrativa na Unifesp - Campus Guarulhos. Mestrando em Administração Pública na Unifesp-PROFIAP.

Márcia Mello Costa De Liberal

Docente Associada no Departamento de Economia da Universidade Federal de São Paulo, com atuação no Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública.

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar a relação entre a economia familiar e as políticas públicas, destacando a importância de estratégias sustentáveis e de uma gestão pública eficiente. A metodologia utilizada baseou-se em revisão bibliográfica de estudos sobre políticas públicas, segurança alimentar e desenvolvimento sustentável. Os resultados mostram que políticas públicas bem planejadas, quando aliadas a práticas sustentáveis e à inclusão social, fortalecem a economia familiar e contribuem para o desenvolvimento social e econômico. Além disso, o artigo ressalta a relevância da intersectorialidade entre diferentes setores governamentais para a criação de políticas mais eficazes. Conclui-se que, para garantir a sustentabilidade e o bem-estar das famílias, é fundamental o envolvimento ativo da sociedade e a implementação de políticas públicas que considerem as necessidades locais e promovam a inclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: Economia familiar. Políticas públicas. Sustentabilidade. Inclusão social. Segurança alimentar.

ABSTRACT

The article analyzes the relationship between the family economy and public policies, highlighting the importance of sustainable strategies and efficient public management. The methodology was based on a literature review of studies on public policies, food security, and sustainable development. The results show that well-planned public policies when combined with sustainable practices and social inclusion, strengthen the family economy and contribute to social and economic development. In addition, the article highlights the relevance of intersectionality between different government sectors for creating more effective policies. It is concluded that to ensure the sustainability and well-being of families, it is essential to actively involve society and implement public policies that consider local needs and promote social inclusion.

KEYWORDS: Family economy. Public policies. Sustainability. Social inclusion. Food security.

RESUMEN

El artículo tiene como objetivo analizar la relación entre la economía familiar y las políticas públicas, destacando la importancia de las estrategias sostenibles y la gestión pública eficiente. La metodología utilizada se basó en una revisión bibliográfica de estudios sobre políticas públicas, seguridad alimentaria y desarrollo sostenible. Los resultados muestran que las políticas públicas bien planificadas, cuando se combinan con prácticas sostenibles e inclusión social, fortalecen la economía familiar y



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

contribuyen al desarrollo social y económico. Además, el artículo destaca la relevancia de la intersectorialidad entre los diferentes sectores gubernamentales para la creación de políticas más efectivas. Se concluye que, para garantizar la sostenibilidad y el bienestar de las familias, es fundamental involucrar activamente a la sociedad e implementar políticas públicas que consideren las necesidades locales y promuevan la inclusión social.

PALABRAS CLAVE: *Economía familiar. Políticas públicas. Sostenibilidad. Inclusión social. Seguridad alimentaria.*

1 INTRODUÇÃO

O Fórum de Economia Familiar - Estratégias e Sustentabilidade trata de uma questão premente nas sociedades contemporâneas: como garantir que as famílias tenham acesso a recursos sustentáveis e condições de vida dignas? A interseção entre economia familiar e políticas públicas é essencial para a promoção de um desenvolvimento social equitativo e sustentável. Para que as estratégias discutidas no fórum sejam efetivas, é fundamental que haja uma gestão pública comprometida e políticas públicas integradas que atendam às diversas necessidades da população.

As modernas economias enfrentam desafios significativos, como a desigualdade social, a degradação ambiental e a insegurança alimentar, que se refletem diretamente na vida das famílias. Nesse cenário, o fortalecimento da economia familiar não apenas contribui para o bem-estar individual, mas também para a estabilidade econômica e social das comunidades. As políticas públicas, ao serem direcionadas para o suporte às economias familiares, podem criar um ciclo virtuoso de desenvolvimento, onde a promoção da segurança alimentar, educação de qualidade e acesso a serviços essenciais tornam-se prioridades.

Além disso, a participação ativa da comunidade e a cooperação entre diversos setores da sociedade são cruciais para o desenho de políticas públicas eficazes. O envolvimento de instituições, organizações da sociedade civil e a própria população nas discussões e na implementação de medidas diretamente ligadas à economia familiar garantem que as soluções sejam adaptadas às realidades locais. Essa abordagem colaborativa não apenas aumenta a eficácia das políticas propostas, mas também empodera as famílias ao permiti-las participar ativamente dos processos que afetam suas vidas. Portanto, explorar a relação entre as estratégias de economia familiar e a gestão pública é essencial para desenvolver soluções que sejam ao mesmo tempo viáveis e sustentáveis no longo prazo.

O contexto atual exige que as políticas públicas sejam não apenas reativas, mas proativas, antecipando as necessidades emergentes das comunidades. A análise contínua dos dados sociais e econômicos, bem como o feedback das comunidades, deve orientar a formulação de políticas que respondam efetivamente aos desafios que as famílias enfrentam diariamente. Além disso, o



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

investimento em tecnologia e inovação nos processos de gestão pública pode resultar em soluções mais eficientes e transparência nas ações governamentais, aumentando a confiança da população nas instituições.

Por último, a educação e a conscientização sobre as boas práticas de consumo sustentável e gestão financeira nas famílias são fundamentais. Isso inclui a promoção de programas educativos que não apenas informem sobre métodos de produção e consumo responsáveis, mas que também ensinem habilidades de gestão de recursos, visando melhorar a capacidade das famílias de planejar e investir em seu próprio futuro. Com políticas públicas que incorporem esses aspectos, é possível não apenas melhorar a qualidade de vida das famílias, mas também contribuir para um desenvolvimento sustentável que beneficie toda a sociedade.

2 A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ECONOMIA FAMILIAR

As políticas públicas desempenham um papel crucial na articulação de esforços que visam fortalecer a economia familiar. Elas representam ferramentas por meio das quais os governos podem incentivar práticas sustentáveis e assegurar que todas as camadas da população tenham acesso a recursos básicos, como alimentação, saúde, habitação e educação. Quando bem planejadas e implementadas, essas políticas podem contribuir não apenas para o bem-estar das famílias, mas também para o desenvolvimento econômico e social do país.

Um aspecto fundamental dessa relação é o acesso à segurança alimentar. A implementação de programas que garantam a disponibilidade de alimentos de qualidade, especialmente em regiões vulneráveis, é essencial. Iniciativas como a criação de bancos de alimentos, hortas comunitárias e subsídios a agricultores familiares podem ajudar a conectar produtores locais com consumidores, promovendo uma alimentação saudável e sustentável. Essas ações não apenas combatem a insegurança alimentar, mas também fortalecem as economias locais e estimulam o uso de práticas agrícolas sustentáveis que protegem o meio ambiente.

Outra dimensão importante das políticas públicas é a promoção da inclusão social através do acesso a serviços básicos e oportunidades econômicas. Isso inclui a criação de programas que facilitem o acesso a microcréditos e financiamento para pequenos empreendedores, permitindo que eles desenvolvam seus negócios e ampliem suas atividades econômicas. Além disso, as políticas de capacitação profissional e de educação financeira podem empoderar as famílias, proporcionando as habilidades necessárias para que elas gerenciem melhor seus recursos e tenham um maior controle sobre suas finanças. Essas iniciativas não só melhoram a autoeficácia das pessoas, mas também promovem um ciclo sustentável de crescimento econômico que beneficia toda a comunidade.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

Finalmente, é fundamental que as políticas públicas sejam baseadas em evidências e incluam a participação ativa das comunidades beneficiadas em sua formulação e implementação. Isso assegura que as políticas atendam às necessidades reais das famílias e sejam adaptáveis às diversas realidades locais. A criação de canais de comunicação entre governantes e cidadãos, como consultas públicas e fóruns comunitários, é essencial para garantir a transparência e a responsabilidade nas ações governamentais. Com a colaboração da população, as políticas se tornam mais eficazes e geram um impacto positivo duradouro na economia familiar, contribuindo para uma sociedade mais justa e sustentável.

3 GESTÃO PÚBLICA E SUSTENTABILIDADE

A gestão pública voltada para a economia familiar deve incorporar princípios de sustentabilidade em suas ações. Isso significa que as políticas devem ser elaboradas com uma visão de longo prazo, visando não apenas a satisfação das necessidades imediatas, mas também a preservação dos recursos naturais para as futuras gerações. O incentivo a práticas agrícolas sustentáveis, a promoção de produtores locais e o uso de tecnologias que minimizem o impacto ambiental são exemplos de como a gestão pública pode interagir positivamente com a economia familiar.

Além disso, ao abordar a questão da habitação, as políticas públicas precisam promover a construção de moradias dignas que respeitem princípios de sustentabilidade e eficiência energética. A implementação de programas de habitação popular deve considerar não apenas o fornecimento de infraestrutura, mas também a localização geográfica, acessibilidade e integração aos serviços públicos essenciais, como saúde e educação. Isso garante que as novas comunidades não apenas tenham acesso a moradias seguras, mas também a estruturas que favoreçam a qualidade de vida, promovendo um ambiente onde as famílias possam prosperar.

Outro elemento crucial da gestão pública sustentável é a promoção de práticas de consumo consciente e responsável. Campanhas de conscientização que incentivem os cidadãos a adotarem hábitos de consumo que respeitem o meio ambiente e promovam a economia local são fundamentais. Isso pode incluir a valorização de produtos orgânicos, a redução do desperdício e o incentivo ao uso de recursos renováveis. Políticas que apoiem a economia circular, onde produtos e materiais são reutilizados e reciclados, também desempenham um papel significativo em reduzir a pressão sobre os recursos naturais e minimizar os impactos ambientais.

Por fim, a colaboração entre diferentes setores da sociedade é vital para que a gestão pública atenda efetivamente aos princípios de sustentabilidade. O estabelecimento de parcerias com ONGs, empresas e comunidades locais pode levar à implementação de projetos inovadores e adaptados às



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

necessidades específicas de cada região. A troca de conhecimento e experiências entre diferentes atores sociais não só fortalece as ações governamentais, mas também cria um senso de pertencimento e responsabilidade coletiva, essencial para a construção de comunidades sustentáveis. Com essa abordagem colaborativa, a gestão pública pode se tornar um catalisador para o desenvolvimento sustentável, impactando positivamente a economia familiar e o bem-estar social como um todo.

4 A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A educação é outro pilar fundamental que se conecta diretamente com a economia familiar e as políticas públicas. Através de programas educacionais voltados para a educação alimentar e nutricional, é possível capacitar as famílias a fazer escolhas mais saudáveis e sustentáveis. Esses programas devem ser oferecidos em escolas e comunidades, integrando teoria e prática. A educação não apenas fornece informações sobre boas práticas alimentares, mas também ensina as famílias a cultivar seus próprios alimentos, promovendo a autoconsciência sobre a qualidade do que consomem.

Adicionalmente, é imprescindível que as políticas públicas promovam a inclusão de diferentes grupos sociais, garantindo que as mulheres, crianças e populações marginalizadas tenham acesso equitativo a oportunidades de educação e desenvolvimento. Iniciativas que incentivem a formação profissional e a capacitação de jovens e adultos podem ter um impacto significativo nas economias familiares, proporcionando habilidades que aumentam a empregabilidade e a renda. Isso não só melhora a condição econômica das famílias, mas também cria uma cultura de aprendizado ao longo da vida, onde as comunidades se tornam mais resilientes frente aos desafios sociais e econômicos.

Além disso, o fortalecimento da educação deve ser acompanhado pela promoção de espaços de educação não formal, como oficinas e cursos comunitários, que abordem temas relevantes para a economia familiar, como finanças pessoais, marketing e empreendedorismo. Essas iniciativas ajudam a complementar o que é aprendido nas escolas, preparando os indivíduos para desafios práticos e oferecendo ferramentas que podem ser diretamente aplicadas em suas vidas cotidianas. As implementações de tais programas devem ser acompanhadas de parcerias com organizações locais e especialistas, garantindo que as informações disseminadas sejam relevantes e de qualidade.

Por fim, a colaboração entre o setor público e a sociedade civil na formulação de políticas educacionais é fundamental. A participação ativa de comunidades, professores e especialistas no desenvolvimento de currículos e programas educacionais assegura que as necessidades reais das famílias sejam atendidas. Essa abordagem colaborativa não só aumenta a relevância das iniciativas educacionais, mas também fortalece o senso de pertencimento e responsabilidade compartilhada, essencial para criar um ambiente propício ao aprendizado e ao crescimento econômico sustentável dentro das comunidades.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

5 POLÍTICAS DE INCLUSÃO SOCIAL E FORTALECIMENTO DA ECONOMIA FAMILIAR

O fortalecimento da mulher é um aspecto central na discussão sobre economia familiar e políticas públicas. As mulheres frequentemente desempenham um papel vital na gestão financeira e no bem-estar das famílias. Portanto, garantir o acesso delas a recursos, como crédito, educação e serviços de saúde, é fundamental para o fortalecimento da economia familiar. Ao assegurar que as mulheres tenham as mesmas oportunidades que os homens, as políticas públicas podem contribuir para a redução das desigualdades sociais e para a construção de uma sociedade mais justa.

Políticas públicas que apoiem o empreendedorismo feminino, como o acesso a microcréditos e programas de capacitação, podem desempenhar um papel transformador na dinâmica econômica das famílias. Além disso, é importante que as políticas de assistência social considerem as especificidades das necessidades das mulheres, oferecendo suporte adequado para que elas possam equilibrar o trabalho remunerado e as responsabilidades domésticas. Essas iniciativas não apenas proporcionam autonomia financeira, mas também têm um efeito multiplicador nas economias locais, uma vez que as mulheres tendem a reinvestir uma parte significativa de seus rendimentos em suas famílias e comunidades.

Além do fortalecimento das mulheres, as políticas de inclusão social abrangem uma gama mais ampla de iniciativas que buscam garantir que todos os grupos marginalizados, incluindo minorias étnicas, pessoas com deficiência e populações de baixa renda, tenham acesso igualitário a oportunidades e recursos. Isso envolve a implementação de programas de educação inclusiva, acesso à saúde e apoio a trabalhadores informais, promovendo um viés de equidade em todos os aspectos da vida social. Políticas de inclusão, ao serem prioridades nas agendas governamentais, podem ajudar a erradicar a pobreza e a desigualdade, promovendo uma maior coesão social e um desenvolvimento econômico mais robusto.

A efetividade dessas políticas de inclusão depende da colaboração entre diferentes segmentos da sociedade, incluindo governos, organizações não governamentais e a própria população. O envolvimento das comunidades na criação e aplicação dessas políticas garante que as soluções propostas sejam relevantes e eficazes, atendendo às demandas específicas de cada grupo. Dessa forma, as políticas de inclusão não apenas fortalecem os indivíduos, mas também constroem comunidades mais fortes e resilientes, capazes de enfrentar os desafios sociais e econômicos de forma coletiva.

6 INTERSETORIALIDADE E COLABORAÇÃO



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

Para que as políticas públicas se tornem efetivas na promoção da economia familiar e da sustentabilidade, a intersectorialidade é uma estratégia essencial. Isso implica que os diferentes setores governamentais – saúde, educação, assistência social, agricultura e meio ambiente – devem trabalhar em conjunto para elaborar e implementar políticas que abordem as questões de forma holística. A colaboração entre esses setores é vital para garantir que as iniciativas atendam às necessidades multifacetadas das famílias, permitindo uma abordagem mais integrada e abrangente para desenvolver soluções duradouras.

Por exemplo, ao criar um programa de segurança alimentar, é importante que haja a colaboração entre as pastas de saúde, agricultura e educação. Essa articulação pode garantir que as famílias tenham acesso a uma alimentação saudável, ao mesmo tempo em que recebem informações sobre nutrição e podem contar com o suporte de serviços de saúde. A construção de hortas comunitárias em escolas, com o auxílio de programas educativos, pode unir esses setores, promovendo a educação alimentar para crianças e suas famílias, ao mesmo tempo que fortalece a disponibilidade de produtos frescos e nutritivos na comunidade.

Além disso, a intersectorialidade permite que as políticas públicas sejam mais adaptáveis às realidades locais. Quando os diferentes setores cooperam, é possível identificar e agir sobre questões sociais que, isoladamente, poderiam ser negligenciadas. Por exemplo, uma abordagem intersectorial pode ajudar a lidar com o impacto das mudanças climáticas na agricultura familiar, permitindo que as práticas agrícolas adotem mais tecnologias sustentáveis. Dessa forma, as comunidades se tornam mais resilientes, estando melhor preparadas para enfrentar desafios futuros relacionados ao clima, à segurança alimentar e à saúde pública.

Outro aspecto importante da intersectorialidade é a promoção de diálogos contínuos entre a sociedade civil e os governos. O envolvimento dos cidadãos em todas as etapas do processo de formulação e implementação de políticas públicas pode fornecer insights valiosos sobre as necessidades e prioridades locais. Plataformas participativas, como fóruns comunitários e consultas públicas, são indispensáveis para garantir que as vozes das famílias sejam ouvidas e consideradas na tomada de decisões. Assim, a colaboração e a interação entre os diferentes setores e a sociedade civil não apenas melhoram a efetividade das políticas, mas também fomentam um senso de propriedade e responsabilidade compartilhada, essencial para a construção de um futuro sustentável.

CONSIDERAÇÕES

O “Fórum de Economia Familiar - Estratégias e Sustentabilidade” serve como um importante espaço de reflexão sobre a relação entre a economia familiar, a gestão pública e as políticas públicas. A sustentabilidade deve ser um princípio orientador para todas as iniciativas que buscam fortalecer as



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

famílias, garantindo que seus direitos e necessidades sejam atendidos de maneira adequada e eficiente. A promoção da segurança alimentar, o acesso à saúde, educação de qualidade e moradia digna são fundamentais para a construção de um futuro em que todas as famílias possam prosperar.

As estratégias discutidas ao longo do fórum destacam a importância da intersetorialidade e da colaboração entre diferentes departamentos governamentais e a sociedade civil. Somente através de uma abordagem integrada é que será possível enfrentar os desafios complexos que afetam a vida das famílias, como a desigualdade social e a degradação ambiental. O envolvimento ativo da comunidade nas políticas públicas não apenas assegura que as ações atendam às realidades locais, mas também promove um senso de propriedade nas decisões que impactam a vida cotidiana.

Em última análise, a implementação eficaz de políticas públicas que considerem a economia familiar e promovam práticas sustentáveis exigirá um compromisso contínuo de todos os setores da sociedade. É preciso construir pontes entre governo, organizações não governamentais e cidadãos, garantindo uma troca rica de conhecimentos e experiências. Ao priorizar a educação, a inclusão e a intersetorialidade, é possível criar um ambiente onde as famílias não apenas sobrevivem, mas prosperem, contribuindo assim para o desenvolvimento social e econômico geral. A responsabilidade coletiva por um futuro sustentável é essencial para que possamos oferecer às próximas gerações as condições necessárias para uma vida digna e equilibrada.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 2. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2008.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Relatório sobre Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, 2020. Disponível em: <http://www.gov.br/cidadania>. Acesso em: 18 nov. 2024.

KASSOUF, A. L. M. **Economia familiar: desafios e estratégias**. São Paulo: Editora XYZ, 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: um guia para implementação em contextos locais**. Nova York, 2019.

PEREIRA, C. L. A. O papel das mulheres na economia familiar: desafios e oportunidades. **Jornal de Estudos Sociais**, v. 12, n. 1, p. 23-34, 2022.

SILVA, J. A.; OLIVEIRA, R. S. Políticas públicas e economia familiar: uma análise das práticas inclusivas. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 15, n. 3, p. 45-67, 2021.

SOUZA, F. M. **A intersetorialidade como estratégia para a promoção da economia familiar**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

EFICIÊNCIA DO GASTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE

EFICIENCIA DEL GASTO PÚBLICO EN EDUCACIÓN: UN ANÁLISIS DE LOS MUNICIPIOS DEL NORDESTE

EFFICIENCY OF PUBLIC SPENDING ON EDUCATION: AN ANALYSIS OF THE MUNICIPALITIES OF THE NORTHEAST

Ariana Barbosa

Mestranda em Economia Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Pernambuco (PPGEcon/UFPE) e graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco (CCSA/UFPE). E-mail: ariana.mbarbosa@ufpe.br

Alane Alves Silva

Graduada em Matemática (Bacharelado) pela Universidade Federal de Pernambuco (2000) e mestrado e doutorado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Pernambuco (2002). É docente associada da UFP, Campus Caruaru. E-mail: alane.asilva@ufpe.br

RESUMO

Uma boa administração dos recursos públicos destinados à educação se reflete na oferta de um ensino de qualidade, e contribui para a redução dos gastos das famílias, já que os recursos destinados a esse fim tendem a ser poupados. Desse modo, embora a gestão desses recursos seja um tema público, ele tem impacto direto na economia familiar. Estudos anteriores têm mostrado que dois dos determinantes da escolha das famílias pela rede privada de ensino são, a qualidade da educação oferecida e a baixa oferta de vagas na rede pública. Os investimentos públicos em educação básica demonstraram uma tendência de crescimento ao longo dos últimos anos. A gestão dos recursos financeiros destinados a essa área tem sido progressivamente descentralizada para os municípios, que se tornaram os principais responsáveis pela oferta de ensino nos anos iniciais. Apesar desse aumento nos investimentos, a região Nordeste ainda não apresentou avanços significativos nos principais indicadores de desempenho educacional. Nesse contexto, torna-se essencial examinar a gestão desses recursos. O presente estudo analisa a eficiência do gasto público em educação nos anos iniciais da educação básica nos municípios nordestinos, no ano de 2019. Foram também identificados agrupamentos de municípios com características socioeconômicas e populacionais similares, por meio de uma análise de cluster, permitindo a avaliação de suas eficiências técnicas e de como essas se comportam regionalmente. Para a análise, foi aplicado o método de Análise Envoltória de Dados (DEA), utilizando o modelo BCC (Banker, Charnes e Cooper), que considera retornos variáveis de escala, orientado ao produto.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Gastos Públicos. Eficiência. DEA.

ABSTRACT

A good administration of public resources destined for education is reflected in the provision of quality education. It contributes to reducing family expenses since the resources destined for this purpose tend to be saved. Thus, although the management of these resources is a public issue, it has a direct impact on the family economy. Previous studies have shown that two of the determinants of families' choice for the private school system are the quality of the education offered and the low supply of vacancies in the public network. Public investments in basic education have grown over the last few years. The management of financial resources destined for this area has been progressively decentralized to the municipalities, which have become the main responsible for the provision of education in the initial years. Despite this increase in investments, the Northeast region has not yet shown significant advances in the main indicators of educational performance. In this context, it is essential to examine the management of these resources. The



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

present study analyzes the efficiency of public spending on education in the early years of basic education in northeastern municipalities, in 2019. Clusters of municipalities with similar socioeconomic and population characteristics were also identified through a cluster analysis, allowing the evaluation of their technical efficiencies and how they behave regionally. The Data Envelopment Analysis (DEA) method was applied for the analysis, using the BCC model (Banker, Charnes, and Cooper), which considers variable returns of scale, oriented to the product.

KEYWORDS: Education. Public Expenditures. Efficiency. DEA.

RESUMEN

Una buena administración de los recursos públicos destinados a la educación se refleja en la provisión de una educación de calidad, y contribuye a la reducción de los gastos familiares, ya que los recursos destinados a este fin tienden a ser ahorrados. Así, si bien la gestión de estos recursos es un asunto público, tiene un impacto directo en la economía familiar. Estudios previos han demostrado que dos de los determinantes de la elección de las familias por el sistema escolar privado son la calidad de la educación ofrecida y la baja oferta de vacantes en la red pública. La inversión pública en educación básica ha mostrado una tendencia de crecimiento en los últimos años. La gestión de los recursos financieros destinados a esta área se ha ido descentralizando progresivamente a los municipios, que se han convertido en los principales responsables de la impartición de la educación en los primeros años. A pesar de este aumento en las inversiones, la región Nordeste aún no ha mostrado avances significativos en los principales indicadores de desempeño educativo. En este contexto, es fundamental examinar la gestión de estos recursos. El presente estudio analiza la eficiencia del gasto público en educación en los primeros años de la educación básica en municipios del nordeste, en 2019. También se identificaron conglomerados de municipios con características socioeconómicas y poblacionales similares a través de un análisis de conglomerados, lo que permitió evaluar sus eficiencias técnicas y cómo se comportan regionalmente. Para el análisis se aplicó el método de Análisis Envolvente de Datos (DEA), utilizando el modelo BCC (Banker, Charnes y Cooper), el cual considera retornos de escala variables, orientados al producto.

PALABRAS CLAVE: Educación. Gasto Público. Eficacia. DEA.

1 INTRODUÇÃO

O investimento em educação é reconhecido como um dos motores do crescimento econômico de longo prazo. A teoria do capital humano, desenvolvida por Theodore Schultz “Investment in Human Capital” (1961) e “Education and Economic Growth” (1961), Gary Becker “Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education” (1993) e Jacob Mincer “Schooling, Experience, and Earnings” (1974) sustenta que a educação aumenta as habilidades do indivíduo e sua produtividade, impulsionando a renda e o desenvolvimento econômico. Adicionalmente, a teoria do crescimento endógeno sustenta que o investimento em conhecimento e inovação, promovidos pela educação, é fundamental para impulsionar o crescimento econômico contínuo sem a necessidade de fatores externos. Ao melhorar as habilidades dos trabalhadores, tornando-os mais produtivos e capazes de gerar e aplicar conhecimento e inovações tecnológicas, a educação desempenha um papel central na formação de uma economia desenvolvida. (ROMER, 1990)



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

Os benefícios sociais gerados pela educação ultrapassam os efeitos individuais. A sua oferta gera externalidades positivas, como por exemplo a redução da criminalidade (Lochner e Moretti, 2004) e o aumento da participação da população nas questões políticas e sociais da comunidade. (BECKER, 1994) e (OECD, 2016)

Essa oferta tem impacto direto nos rendimentos das famílias, ao poupar a parcela que seria direcionada para a educação particular. Segundo (Curi e Menezes, 2010) dois fatores que levam as famílias a optarem pela matrícula na rede privada de ensino são a qualidade do ensino oferecido na rede pública, e a oferta de vagas. Para a análise feita através dos resultados de 2005 do SAEB, o estudo observou que o desempenho dos alunos da rede pública era 20% inferior ao dos alunos da rede privada.

No Brasil, a Constituição Federal (CF) de 1988 reconhece a educação como um direito social fundamental, estabelecendo que é dever do Estado garantir o acesso universal e gratuito a um ensino básico de qualidade. A trajetória dos investimentos em educação básica tem sido marcada por importantes marcos legais, como a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e a LDB, que redistribuem recursos e atribuem aos municípios a gestão da educação infantil e fundamental. (BRASIL, 1988) e (BRASIL, 1996)

No entanto, a variação na gestão municipal gera disparidades na eficiência do gasto público. Estudos de eficiência, como os baseados na Análise Envolvória de Dados (DEA), mostram que alguns municípios alcançam melhores resultados educacionais com menos recursos, enquanto outros, mesmo com maior investimento, não obtêm progresso significativo. Evidenciando a importância de políticas públicas focadas não apenas no aumento do financiamento, mas também na gestão eficiente desses valores. (RODRIGUES; SOUSA, 2019)

Nesta perspectiva, o Brasil possui um indicador de avaliação da qualidade do ensino básico, o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) criado em 2007, que toma por base o fluxo escolar do estudante e o desempenho nas avaliações de proficiência em língua portuguesa e matemática. De acordo com os resultados do IDEB para o desempenho das escolas públicas nos anos iniciais do ensino fundamental para o ano de 2019, a região Nordeste obteve nota acima da meta estabelecida para o ano (5,2) diante dos (4,6) esperados, ainda assim, inferior ao desempenho das outras regiões, exceto Norte. Apesar do elevado número de municípios na região (1.758) apenas 60,8% destes alcançou a meta estabelecida para o ano designado. (BRASIL, 2021)

Este estudo analisou a eficiência do gasto público em educação básica nos municípios do Nordeste no ano de 2019, identificando grupos socioeconômicos similares via análise de cluster e avaliando suas eficiências técnicas através da análise envoltória de dados. Assim, teve-se como principal objetivo analisar a eficiência do gasto público com educação para os anos iniciais da educação básica nos municípios que compõem a região Nordeste, durante o ano de 2019.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Um dos precursores da teoria do capital humano, Schultz (1961a) menciona que, embora os economistas soubessem que as pessoas constituem uma parte importante na formação da riqueza de uma nação, sendo medido pela contribuição do trabalho na produção, essa parcela teria se tornado maior que todas as outras juntas, e que os economistas da época não estavam atentos para o fato de que as pessoas “investiam” em si mesmas, e que esses investimentos eram, por vezes, elevados. Ele reforça que, ao investir em si mesmas as pessoas poderiam aumentar o conjunto de opções disponíveis a elas e essa seria uma das formas, através da qual aumentariam, também, seu bem-estar.

Um pouco mais tarde, outros autores contribuíram de forma significativa com estudos empíricos para o desenvolvimento dessa teoria, Mincer (1974) explica que a relação positiva entre o nível de educação de um indivíduo e seus rendimentos futuros pode ser entendida como um reflexo dos efeitos do aumento de produtividade resultantes da educação.

Assim como Mincer, Becker (1993, p.119-120) também trata dos retornos financeiros da educação. Seu modelo implica que a quantidade total investida em capital humano difere entre as pessoas por causa das diferenças entre condições de oferta ou demanda, aqueles com uma curva de alta demanda (indivíduo ou grupo que acredita que a educação trará grandes benefícios futuros) ou baixa oferta (onde barreiras ou custos para acessar a educação são relativamente baixos para essa pessoa ou grupo) investem mais que os outros.

Analogamente, os escritos de Becker (1993, p.17), explicam que educação e treinamento são as formas de investimento mais importantes em capital humano. E que, além de sua obra, estudos publicados posteriormente, como os de Kevin Murch e Finis Welch (1989) intitulado “Wage Premiums for College Graduates: Recent Growth and Possible Explanations”, que aponta as diferenças de rendimento entre alunos formados daqueles que desistiram da graduação, mostraram que ter uma educação formal nos Estados Unidos aumentava significativamente a renda de uma pessoa. Segundo o autor, os rendimentos dos indivíduos mais educados se mostraram quase sempre acima da média na maior parte dos países do mundo.

Além do aspecto monetário, a educação leva a melhorias em outras áreas, como saúde, redução do tabagismo, e aumenta da apreciação por cultura e esportes, além do aumento da participação cívica. Nesse sentido, países crescem mais rapidamente quando educação e outras habilidades são mais abundantes (Becker, 1993). Uma outra abordagem que ajuda a entender a relevância da educação para o crescimento econômico está relacionada ao desenvolvimento do modelo de crescimento endógeno. Lucas (1988) segue utilizando o progresso tecnológico, como o “motor da economia”, mas colocando o fator “capital humano” como determinante endógeno do crescimento econômico, seguindo as ideias de Schultz (1961) e Becker (1993).



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

Além dos efeitos internos observados do capital humano, ou seja, os benefícios diretos que um indivíduo obtém através de seus investimentos em educação e melhoria de habilidades, os quais se traduzem em salários mais altos e oportunidades de emprego melhores, há também os efeitos externos que não são facilmente observáveis, pois tenderiam a ser “visíveis” somente no nível agregado, mas, ainda assim, impactam a economia como um todo, de forma menos direta. Dessa forma, políticas de educação e pesquisa fundamentais para expandir o estoque de capital humano e impulsionar a inovação, dado o papel crucial do conhecimento no crescimento econômico. Na ausência de políticas que pudessem remover a divergência entre os retornos sociais e privados da pesquisa, uma segunda melhor política, segundo Romer (1990), seria subsidiar a acumulação de capital humano total, que ajudaria a aumentar o estoque de conhecimento e habilidades que sustentaria a inovação.

Rodrigues e Sousa (2019) destacam que, desde o Brasil Imperial, a educação é colocada como um direito assegurado à população. Assim, a garantia e a gratuidade do ensino foram defendidas nas várias Constituições brasileiras. Os autores destacam ainda que somente com a constituição de 1988 esse direito foi ampliado.

De acordo com o artigo 205 da Constituição, a educação, é um direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Já o artigo 204 estabelece que a lei deve o plano nacional de educação e descreve seu objetivo (Brasil, 1988). Dessa forma, além de tornar a educação um direito de todos os indivíduos, a Constituição incentiva a colaboração entre o Estado e a sociedade para promover seu funcionamento pleno. O que também pode incluir parcerias público-privadas e investimentos em infraestrutura educacional, que são essenciais para criar um ambiente propício ao aprendizado e, conseqüentemente, ao crescimento econômico.

No que diz respeito a gestão pública, no Brasil, a Constituição Federal (Brasil, 1988) estabelece os princípios que devem norteá-la, quais sejam: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. O princípio da eficiência se refere à obrigação de os gestores públicos utilizarem os recursos disponíveis da maneira mais produtiva possível, alcançando os melhores resultados com o menor custo.

Morais (2009) destaca a importância do princípio da eficiência na Administração Pública Brasileira, uma vez que, esse princípio, exige que as atividades governamentais sejam realizadas com máxima rapidez, qualidade e competência, buscando sempre a melhor utilização dos recursos. Ele menciona ainda que, a eficiência deve ser entendida tanto qualitativa quanto quantitativamente e está relacionada ao Direito do Consumidor, já que a sociedade, como usuária dos serviços públicos, espera que estes sejam prestados de forma eficiente. O princípio da eficiência também está conectado ao princípio da dignidade humana, pois a prestação de serviços públicos de maneira eficaz contribui para



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

a realização dos interesses sociais. Assim, o princípio da eficiência pode promover mudanças no comportamento funcional da Administração Pública. Os recursos economizados pelas entidades governamentais podem ser reinvestidos em programas de qualidade e produtividade, modernização, treinamento, e desenvolvimento dos serviços públicos, incentivando a melhoria contínua da administração.

Abordando o conceito de eficiência de uma forma mais ampla, Pegoraro e Vieira (2017) a definem como o uso racional e otimizado dos recursos disponíveis para alcançar um objetivo previamente determinado. Em outras palavras, atingir metas utilizando o mínimo de recursos e tempo, o que, por sua vez, maximiza os resultados. Essa noção de eficiência aplica-se tanto à gestão privada quanto à gestão pública. No entanto, enfatizam que a eficiência é especialmente importante na gestão pública, pois o descumprimento desse princípio pode ter graves consequências sociais e econômicas. Isso significa que, na administração pública, ser eficiente não é apenas desejável, mas necessário para evitar impactos negativos que podem afetar a sociedade como um todo.

Dessa forma, medir eficiência é de grande relevância, pois envolve não apenas a contenção de custos, mas também a obtenção de resultados com qualidade, que atendam às necessidades e interesses da sociedade. Em essência, a eficiência na gestão pública assegura que os recursos são utilizados de maneira otimizada, promovendo o bem-estar social e fortalecendo a confiança da sociedade na administração pública.

O governo federal e os governos estaduais e municipais têm adotado uma série de métricas e indicadores para medir a eficiência na área de educação, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e outros indicadores de desempenho escolar. Ferramentas como a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) também são usadas para avaliar o aprendizado dos alunos e a eficiência das políticas educacionais.

O SAEB e o IDEB, medem o desempenho dos alunos e o progresso das escolas, ajudando a identificar áreas que precisam de melhorias. Segundo Almeida (2024) O SAEB foi instituído em 1994, por meio da Portaria nº 1.795 de 27 de dezembro, como o principal sistema para a avaliação da qualidade da educação básica no país. Através dele são realizadas avaliações bienais de estudantes das séries finais do ensino fundamental e do ensino médio. A Prova Brasil, implementada em 2005, faz parte do SAEB e é uma avaliação em larga escala que tem o objetivo de medir a qualidade do ensino nas escolas públicas brasileiras. A Prova Brasil é aplicada a estudantes do 5º e 9º anos do ensino fundamental, focando em habilidades de leitura em língua portuguesa e resolução de problemas em matemática. Além dos testes, questionários são aplicados para coletar dados sobre fatores que podem influenciar o desempenho dos alunos, incluindo informações demográficas e profissionais de professores e gestores.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

O principal objetivo da Prova Brasil é avaliar o desempenho dos alunos nas escolas públicas, contribuindo para o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDEB, criado em 2007, combina os resultados dos estudantes nas avaliações do SAEB com índices de fluxo escolar obtidos no Censo Escolar. Esse indicador é utilizado para monitorar e orientar políticas educacionais voltadas ao aprimoramento da qualidade da educação e à redução das desigualdades no país.

De acordo com Pegoraro e Vieira (2017), um dos métodos para se medir eficiência na utilização de recursos públicos é através da Análise Envoltória de Dados (DEA). As medidas de desempenho permitem comparar a eficácia e eficiência de diferentes organizações que têm os mesmos objetivos. Para que essas comparações sejam válidas e úteis, essas medidas necessitam que os resultados sejam apresentados em números e de acordo com padrões previamente estabelecidos, garantindo uma comparação precisa. A Análise Envoltória de Dados (DEA) utiliza uma série de problemas de programação linear para analisar a eficiência das organizações. Em essência, constrói fronteiras de produção com base nos dados de cada amostra. Permitindo que as melhores práticas sejam avaliadas e se determine quão eficiente cada organização é em relação àquelas que estão no "fronteira de eficiência", ou seja, aquelas que estão usando os recursos da forma mais eficiente possível.

3 METODOLOGIA

A técnica de Análise Envoltória de Dados (Data Envelopment Analysis - DEA) é uma ferramenta utilizada para avaliar a eficiência relativa de um conjunto de Unidades de Tomada de Decisão (Decision Making Units - DMUs) que utilizam múltiplos insumos (recursos) para produzir múltiplos produtos (resultados). A DEA utiliza programação linear para determinar quais DMUs são eficientes ao comparar as proporções de insumos (inputs) e produtos (outputs) entre elas. Em outras palavras, a DEA estabelece uma "fronteira eficiente" e mede quão bem cada DMU está em relação a essa fronteira. (ZANELLA; CAMANHO; DIAS, 2015)

Desse modo, as unidades que se encontram na fronteira são consideradas eficientes, enquanto as unidades abaixo da fronteira são consideradas ineficientes. A eficiência é medida pela razão entre a soma ponderada dos outputs e a soma ponderada dos inputs. O método permite observar as práticas utilizadas pelas DMUs eficientes. Sarrico, Rosa e Coelho (2010) apontam que compartilhar as melhores práticas com as unidades ineficientes permite que estas melhorem, aprimorando assim o desempenho do grupo.

Quando uma DMU é considerada ineficiente, pode-se adotar duas abordagens: aumentar a quantidade de produtos sem aumentar a quantidade de insumos (orientação ao produto), ou reduzir os insumos sem comprometer a produção (orientação ao insumo). Portanto, a eficiência pode ser aprimorada tanto pela maximização dos resultados quanto pela minimização dos recursos utilizados.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

De acordo com Tavares, Meza e Sant'Anna (2021) essa técnica utiliza programação linear para comparar unidades que são homogêneas, ou seja, que utilizam os mesmos tipos de recursos e produzem os mesmos tipos de resultados. A DEA cria uma "fronteira eficiente", que serve como um padrão de referência, e calcula indicadores de eficiência para as unidades estudadas com base nesse padrão. Isso ajuda a identificar quais unidades estão operando de forma mais eficiente e a orientar melhorias nas demais.

Existem dois modelos clássicos de Análise Envoltória de Dados (DEA): o modelo CCR (Charnes, Cooper & Rhodes, 1978) e o modelo BCC (Banker, Charnes & Cooper, 1984). O modelo CCR assume retornos constantes de escala, o que significa que qualquer mudança nos recursos utilizados no processo resultará em uma mudança proporcional nos resultados. Já o modelo BCC considera retornos variáveis de escala, ou seja, mudanças nos recursos podem ter como resposta alterações constantes, crescentes ou decrescentes nos resultados (FERREIRA; GOMES, 2009)

Nesse estudo será utilizado o modelo BCC orientado ao produto. Orientado ao produto pois o objetivo é que este aumente enquanto mantem-se os insumos inalterados, ou seja, avaliar o quanto uma unidade produziria caso operasse eficientemente.

Quadro 1 – Modelo DEA para retornos variáveis de escala (BCC)

Modelo	Forma Primal (envelope)	Forma Dual (multiplicadores)
BCC (orientado ao Output)	$Max \varphi + \varepsilon \left(\sum_{i=1}^m s_i^- + \sum_{j=1}^s s_j^+ \right)$ <p>Tal que:</p> $\varphi y_{j0} = \sum_{k=1}^n y_{jk} \lambda_k + s_j^+ \quad j = 1, 2, \dots, s;$ $x_{i0} = \sum_{k=1}^n x_{ik} \lambda_k + s_i^- \quad i = 1, 2, \dots, m;$ $1 = \sum_{j=1}^n \lambda_j$ $0 \leq \lambda_k, s_i^-, s_j^+ \quad \forall i, j, k$	$Min q_0 = \sum_{i=1}^m v_i x_{i0} - v_0$ <p>Tal que:</p> $\sum_{i=1}^m v_i x_{ik} - \sum_{j=1}^s u_j y_{jk} - v_0 \leq 0, k = 1, \dots, n$ $\sum_{j=1}^s u_j y_{jk} = 1$ $u_j \geq \varepsilon, v_i \geq \varepsilon, v_0 \text{ livre de sinal}$

Fonte: Charnes, Cooper, Lewin, Seiford (1994). Elaboração própria.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

Assumindo que existam n DMUs a ser avaliadas. Cada DMU consome quantidades variadas de m insumos diferentes para produzir s diferentes produtos. O modelo dos multiplicadores atribui "pesos" para cada input (recursos) e output (produtos) da DMU. Esses pesos, chamados de v_i (para inputs) e u_j (para outputs), representam a importância relativa de cada insumo e produto no desempenho da DMU, cujo objetivo é maximizar sua eficiência.

Enquanto o modelo dos multiplicadores busca maximizar a eficiência de cada DMU individualmente, o modelo de envelope segundo Lins e Meza (2000), tem o objetivo de analisar todas as DMUs ao mesmo tempo, permitindo uma comparação mais detalhada entre elas e ajudando a identificar aquelas mais eficientes, os benchmarks (que servem como referência para aquelas que são menos eficientes) e desperdícios produtivos, chamado de folga (slack, s_i^- e s_j^+), que ocorre quando uma DMU está usando mais insumos do que o necessário ou não está maximizando seus outputs.

Segundo Camanho, Silva (2024) o uso do método de análise envoltória de dados na área econômica se justifica devido à sua capacidade de avaliar a eficiência técnica e econômica de unidades de decisão (DMUs) de forma robusta e adaptável. A DEA permite medir a eficiência com base em diferentes tipos de dados, como custo, receita e lucro, além de oferecer um panorama detalhado de como os recursos estão sendo utilizados e como poderiam ser otimizados. A principal preocupação na análise de eficiência é a eficiência técnica, que se refere à capacidade de uma unidade de produção em alcançar o máximo de produção possível com os insumos disponíveis, conforme definido pela função de produção. Quando uma unidade está abaixo da fronteira de eficiência, ela é considerada tecnicamente ineficiente, e a ineficiência é medida pela distância até essa fronteira.

De acordo com Agasisti, Ribeiro e Augusto (2022) o problema de não utilizar os recursos educacionais de maneira eficiente é que resulta em uma "produção" subótima das habilidades e competências necessárias para o desenvolvimento de indivíduos e comunidades. Essa ineficiência impede que o processo de acumulação de capital humano alcance o maior nível possível, o que compromete o desenvolvimento social e econômico. Em outras palavras, recursos mal alocados na educação podem limitar a capacidade de alcançar os melhores resultados possíveis em termos de desenvolvimento de habilidades, afetando negativamente o bem-estar coletivo e o progresso econômico.

A DEA é amplamente aplicada em estudos tanto nacionais quanto internacionais para medir a eficiência de vários setores econômicos. No Brasil, tem sido utilizada para avaliar a eficiência de escolas, universidades, hospitais públicos, entre outros. E, também pode ser aplicada para medir a eficiência de governos estaduais e municipais no uso de recursos públicos. (RODRIGUES; SOUSA, 2019) e (POZZA; CASTRO; PORSSE, 2022)

Uma de suas aplicações é feita para avaliar a eficiência das escolas de ensino fundamental e médio em diferentes estados brasileiros, comparando a utilização dos recursos (inputs, como



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

professores, infraestrutura) e os resultados (outputs, como desempenho no IDEB). Rodrigues e Sousa (2019) verificam que há uma quantidade significativa de trabalhos analisando a eficiência dos gastos públicos em educação em vários recortes geográficos por meio da Análise Envoltória de Dados (DEA). Os autores avaliam a eficiência dos gastos públicos municipais em educação básica no Brasil. Mensurando os escores de eficiência técnica e de escala dos municípios brasileiros aplicando o método de Análise Envoltória de Dados orientado ao produto, cujos resultados revelaram que os recursos destinados à educação básica são aplicados inadequadamente pela maioria dos municípios.

Pozza, Castro e Porsse (2022) buscam identificar a eficiência dos gastos públicos com a educação básica nos municípios do Estado do Paraná entre os anos de 2009 e 2017, e analisar como fatores socioeconômicos influenciam essa eficiência. O estudo dos autores é dividido em duas etapas: primeiro utilizam a Análise Envoltória de Dados (DEA) para calcular a eficiência dos gastos públicos com educação básica e em seguida realizam uma análise econométrica espacial, utilizando o índice de eficiência obtido na primeira etapa como variável dependente e indicadores socioeconômicos como covariáveis. Em seus resultados, pode-se observar uma melhoria nos índices médios de eficiência da educação, e os municípios com as melhores notas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) não são necessariamente os que têm os maiores scores de eficiência no gasto público com educação. A análise das regressões revelou uma relação negativa entre o gasto por aluno e a eficiência, sugerindo uma possível distorção na alocação dos recursos públicos destinados à educação básica.

Como exemplo de estudo de comparação de eficiência regional utilizando a análise envoltória de dados Camanho, Varriale, Barbosa e Sobral (2021) investigam a relação entre o desempenho dos alunos e o tipo de escola que frequentam durante o ensino médio. Eles comparam o desempenho de três tipos diferentes de escolas em quatro macrorregiões da Itália (Noroeste, Nordeste, Centro, Sul e Ilhas). Além disso, é feita uma análise comparativa para investigar a variabilidade no desempenho dos alunos dentro de cada macrorregião. O estudo também aborda como as diferenças socioeconômicas das famílias podem influenciar a escolha do tipo de escola e, conseqüentemente, o desempenho dos alunos.

Diante disso, este artigo teve por objetivo avaliar a eficiência dos municípios da região Nordeste em relação ao gasto com educação para os anos iniciais do ensino fundamental. Para tanto, o estudo considerou os municípios como as unidades tomadoras de decisão (DMUs), com relação a gestão dos recursos, tendo em vista que estes são os responsáveis pelos recursos públicos direcionados aos anos iniciais do ensino da educação básica. Foi usada a variável gasto médio por aluno (dados do Tesouro) como input e o desempenho no Ideb como variável de output, a fim de investigar se o investimento por aluno estava sendo refletido no rendimento escolar.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

Tomou-se por base o ano de 2019, tendo em vista que se trata do período anterior a pandemia de COVID-19. Embora dados de avaliações após esse período estejam disponíveis é possível que políticas de enfrentamento e outras variáveis como o fluxo/frequência de alunos durante a pandemia estejam influenciando ou interferindo nos resultados obtidos. Também é possível que alguns desses dados tenham sido obtidos por amostragem, o que acaba por perturbar a ideia do indicador.

4 RESULTADOS

Para analisar a eficiência dos gastos com educação na região Nordeste, primeiramente foram divididos os municípios em grupos homogêneos, tendo como parâmetros o tamanho da população e PIB, utilizando o método de análise de cluster k-means. Logo em seguida, foi estimado o modelo DEA-BCC para mensurar o nível de eficiência técnica para o ano de 2019, utilizando o Programa EMS-DEA.

O indicador de eficiência é a principal métrica obtida na avaliação de desempenho pelo modelo DEA e serve como ponto de partida para a análise dos resultados. Esse indicador permite identificar as instituições que operam de forma eficiente, além de quantificar o potencial de melhoria na produção das que apresentam ineficiência, medindo, assim, a eficiência técnica.

No software EMS-DEA, valores de eficiência acima de 100% (por exemplo, 200% ou 305%) indicam uma ineficiência significativa em relação à unidade avaliada. Esses resultados surgem em modelos orientados ao output e são interpretados de forma relativa, mostrando o quanto a unidade analisada precisa aumentar seus resultados (outputs) para atingir o nível de eficiência técnica máxima.

No Grupo 1, composto pelas três capitais mais populosas da região Nordeste, como Fortaleza, Recife e Salvador, todos conseguiram alcançar a eficiência técnica (1).

Tabela 1: Municípios eficientes do Grupo 1

Município	Gasto Médio por aluno	Nota Ideb
Fortaleza	1585.59	6.2
Recife	1023.01	5.2
Salvador	1185.33	5.6

Fonte: Elaboração própria com base nos dados apresentados pelo EMS-DEA

O Grupo 2, formado por nove municípios, é composto em sua maior parte pelo restante das capitais da região, e municípios com um elevado produto interno bruto. Neste grupo foram considerados eficientes os municípios:



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

Tabela 2: Municípios eficientes do Grupo 2

Município	Gasto Médio por aluno	Nota Ideb
Teresina	1730.51	7.4
Maceió	894.50	5.4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados apresentados pelo EMS-DEA

O Grupo 3 é formado por 26 municípios de médio a grande porte, dos quais foram considerados eficientes:

Tabela 3: Municípios eficientes do Grupo 3

Município	Gasto Médio por aluno	Nota Ideb
Sobral (CE)	2794.41	8.4
Ipojuca (PE)	119.15	4.8

Fonte: Elaboração própria com base nos dados apresentados pelo EMS-DEA

O Grupo 4, constituído de 139 municípios, representa de maneira geral os municípios de médio porte, foram considerados eficientes:

Tabela 4: Municípios eficientes do Grupo 4

Município	Gasto Médio por aluno	Nota Ideb
São Gonçalo do Amarante (RN)	1024.36	6.7
Coruripe (AL)	3392.29	8.9
Camaraçibe (PE)	857.79	5.1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados apresentados pelo EMS-DEA

O Grupo 5, constituído inicialmente por 1617 municípios, dos quais, possuem dados disponíveis para análise apenas 1557 unidades, esse grupo representa de forma geral os micros e pequenos municípios. A Tabela 5 apresenta os dados estatísticos desse grupo, onde verifica-se o valor do gasto médio por aluno, bem como as notas obtidas no IDEB, no ano de 2019. Alcançaram a eficiência técnica (1) os municípios:

Tabela 5: Municípios eficientes do Grupo 5

Município	Gasto Médio por aluno	Nota Ideb
Independência (CE)	2902.59	9.1
Mucambo (CE)	3193.68	9.4
Viçosa (RN)	200.88	6.1
Paulista (PB)	122.40	5.6
Santa Cruz (PB)	181.66	6

Fonte: Elaboração própria com base nos dados apresentados pelo EMS-DEA



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

Ainda no Grupo 5, é possível analisar que os 778 municípios considerados menos eficientes, isto é, aqueles que obtiveram valores de eficiência técnica superior a 160% no EMS-DEA, que estão distribuídos da seguinte forma:

Tabela 6: Distribuição da Ineficiência no Grupo 5 por Estado

Número de Municípios	Estado	%
218	BA	28.02
150	MA	19.28
108	PI	13.88
82	RN	10.54
75	PB	9.64
55	SE	7.07
43	PE	5.53
43	AL	5.53
4	CE	0.51

Fonte: Elaboração própria com base nos dados apresentados pelo DEA-EMS

O estado da Bahia (BA) concentra a maior proporção de municípios ineficientes (28,02%), seguido pelo Maranhão (MA) (19,28%) e pelo Piauí (PI) (13,88%). Esses três Estados juntos representam mais de 60% dos municípios ineficientes do grupo, indicando uma forte concentração regional da ineficiência. O estado do Ceará (CE) possui uma presença mínima (0,51%) entre os municípios ineficientes, sugerindo diferenças significativas na gestão dos recursos.

Tabela 7: Média do Gasto por Aluno e Desempenho no Ideb em Municípios Eficientes e Ineficientes no Grupo 5

Eficiência	Média Gasto	Média Ideb
Eficientes	2506.59	6.1
Ineficientes	2913.22	4.1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados apresentados pelo DEA-EMS

Foi possível analisar também que, os municípios classificados como eficientes apresentam uma média de gasto por aluno de R\$ 2.506,59, menor do que a média de R\$ 2.913,22 nos municípios ineficientes. Apesar do menor gasto, os municípios eficientes têm um desempenho no Ideb significativamente superior (6,1 contra 4,1).



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

CONSIDERAÇÕES

Os municípios com maiores gastos não apresentaram, necessariamente, os melhores desempenhos no Ideb, reforçando a necessidade de maior atenção à gestão e aplicação dos recursos voltados à educação. Isso sugere que um elevado gasto médio por aluno, por si só, não garante eficiência nem bom desempenho, havendo outros fatores a serem ponderados.

No entanto, a eficiência técnica por si só não é suficiente. A eficiência econômica deve considerar o valor monetário dos insumos e produtos para avaliar se a unidade está não apenas produzindo de maneira eficiente, mas também utilizando uma combinação de recursos que minimiza custos ou maximiza receita. A eficiência econômica pode ser medida em termos de custo, receita ou lucro, e usa informações de preço para estimar essas eficiências. Camanho, Silva (2024) mencionam que a eficiência econômica pode ser avaliada usando dados de valor agregado ou de quantidade e preço. A análise pode ser feita com dados transversais, de painel ou de séries temporais, e pode incluir uma análise de segunda etapa para entender as fontes de ineficiência.

Algo que pode ser melhorado e aplicado em futuros trabalhos é a avaliação da qualidade na aplicação dos recursos destinados a educação, analisar como são distribuídos e utilizados e qual o impacto disso na eficiência. É possível ainda identificar boas práticas em municípios mais eficientes e avaliar sua replicabilidade em municípios ineficientes, pois o método de análise envoltória de dados permite observar as práticas utilizadas pelas DMUs eficientes. Sarrico, Rosa e Coelho (2010) apontam que compartilhar as melhores práticas com as unidades ineficientes permite que estas melhorem, aprimorando assim o desempenho do grupo.

REFERÊNCIAS

AGASISTI, T.; RIBEIRO, C.; AUGUSTO, D., **The efficiency of Brazilian elementary public schools**. International Journal of Educational Development, 93, 12, (2022).

ALMEIDA, R. S.; COSTA, M. C. R. **Avaliações externas no Brasil: Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB)**. Ets Humanitas – Revista de Ciências Humanas, Curitiba, n.2, v.2, p.122-132, (2024).

BECKER, G., **Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis with Special Reference to Education**, Third Edition, NBER Books, National Bureau of Economic Research, Inc, number 94-1, (1993).

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Censo da Educação Básica 2023: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, (2024).



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Resumo Técnico: Resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica 2019**. Brasília, DF: Inep, (2021).

BRASIL. Lei nº 9.394, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília, (1996).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Brasília, (1988).

CAMANHO, A.; SILVA, M.; PIRAN, F.; LACERDA, D., **A literature review of economic efficiency assessments using Data Envelopment Analysis**, European Journal of Operational Research, Vol. 315, Iss.1, (2024).

CAMANHO, A.; VARRIALE, L.; BARBOSA, F.; SOBRAL, T., **Performance assessment of upper secondary schools in Italian regions using a circular pseudo-Malmquist index**, European Journal of Operational Research, Vol. 289, Iss. 3, (2021).

CASTRO, J. A. **Financiamento da educação pública no Brasil: evolução dos gastos. Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade**, Brasília, Unesco, p. 169-190, (2010).

CHARNES, A.; COOPER, W.; LEWIN, A.; SEIFORD, L., **Data Envelopment Analysis: Theory, Methodology and Applications**. Springer, Berlin, (1994).

CURI, A.; MENEZES, N. **Determinantes dos gastos com educação no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 40, n. 1, p. 1-8, (2010).

FERREIRA, C.; GOMES, A., **Introdução à análise envoltória de dados: teoria, modelos e aplicações**. Editora UFV, Viçosa, MG, (2009).

LINS, M.; MEZA, L., **Análise Envoltória de Dados e perspectivas de integração no ambiente de Apoio à Decisão**. Rio de Janeiro: Editora COPPE/UFRJ, (2000).

LOCHNER, L., MORETTI, M. **The Effect of Education on Crime: Evidence from Prison Inmates, Arrests, and Self-Reports**. American Economic Review, (2004).

LUCAS, R., **On the mechanics of economic development**, Journal of Monetary Economics, Elsevier, vol. 22(1), pages 3-42, July, (1988).

MINCER, J., **Schooling, Experience, and Earnings**, NBER Books, National Bureau of Economic Research, Inc, number 74-1, (1974).

MORAIS, J., **Princípio da eficiência na Administração Pública**. ETHOS JUS: revista acadêmica de ciências jurídicas. Avaré, v. 3, n. 1, p. 99-105, (2009).

OECD, **Education at a Glance 2016: OECD Indicators**, OECD Publishing, Paris, (2016).

PEGORARO, D.; VIEIRA, K., **Eficiência na Gestão Pública: Conceitos e Medidas**, Semana do Servidor Público 2017 e II Simpósio em Gestão Pública. UFSM, (2017).

POZZA, D.; CASTRO, G.; PORSSE, A., **Eficiência do Gasto Público com Educação no Estado do Paraná: Uma Análise com Modelos Econométricos Espaciais**. Geosul., (2022).



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

RODRIGUES, A.; SOUSA, E. **Eficiência dos gastos públicos em educação básica nos municípios brasileiros**. *Economic Analysis of Law Review*, v. 10, n. 1, p. 193-219, (2019).

ROMER P., **Endogenous Technological Change**, *Journal of Political Economy*, 98, S71-S102, (1990).

SARRICO, C.; ROSA, M.; COELHO, I., **The performance of Portuguese secondary schools: An exploratory study**. *Quality Assurance in Education*. 18. 286-303. 10., (2010).

SCHEEL, H. **EMS: Efficiency Measurement System User's Manual (2000)**. Disponível em: <https://www.holger-scheel.de/ems/>

SCHULTZ, T., **Investment in Human Capital**. *American Economic Review* 51, 1-17. March, (1961a).

SCHULTZ, T., **Education and Economic Growth**. *Social Forces Influencing American Education, Sixtieth Yearbook of the National Society for the Study of Education, Chicago, Part II, Chapter 3*, (1961b).

TAVARES, R.; MEZA, L.; SANT'ANNA, A., **A proposed multistage evaluation approach for Higher Education Institutions based on network Data envelopment analysis: A Brazilian experience**, *Evaluation and Program Planning*, Vol. 89, (2021).

ZANELLA, A.; CAMANHO, A.; DIAS, T., **Undesirable outputs and weighting schemes in composite indicators based on data envelopment analysis**, *European Journal of Operational Research*, Volume 245, Issue 2, (2015).

FÓRUM
DE ECONOMIA FAMILIAR



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

O IMPACTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA QUALIDADE DE VIDA: UMA PERSPECTIVA DE MICROECONOMIA E ECONOMIA FAMILIAR

THE IMPACT OF PUBLIC POLICIES ON QUALITY OF LIFE: A PERSPECTIVE OF MICROECONOMICS AND FAMILY ECONOMICS

EL IMPACTO DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS EN LA CALIDAD DE VIDA: UNA PERSPECTIVA DE LA MICROECONOMÍA Y LA ECONOMÍA FAMILIAR

Karla Regina Dias de Oliveira¹
Márcia Mello Costa De Liberal²

RESUMO

Este estudo examina a relação entre as políticas públicas e a qualidade de vida no Brasil, considerando a influência desses fatores sob a ótica da microeconomia e da economia familiar. Políticas públicas são ações do governo para assegurar direitos fundamentais à população em áreas como saúde, educação, segurança e lazer, com o intuito de promover o bem-estar e a dignidade dos cidadãos. A qualidade de vida, por sua vez, vai além da simples satisfação das necessidades básicas e envolve uma série de fatores interligados, como saúde, renda, educação e habitação, que afetam diretamente o bem-estar das famílias e comunidades. A pesquisa adota uma abordagem bibliográfica, analisando as principais publicações sobre políticas públicas e sua relação com a melhoria da qualidade de vida, com foco em como as ações governamentais impactam a economia das famílias e o funcionamento de suas rotinas diárias. As políticas públicas podem gerar impactos positivos ou negativos, dependendo de sua formulação e execução, sendo que sua eficácia reflete diretamente na vida das pessoas. Além disso, o estudo explora como o acesso a esses direitos e serviços, por meio de políticas públicas bem estruturadas, pode influenciar a qualidade de vida das famílias brasileiras, principalmente as de baixa renda, e contribuir para um desenvolvimento mais equitativo e sustentável. A análise também destaca a importância da implementação de políticas públicas que promovam a inclusão social e a equidade, garantindo a melhoria das condições de vida para todas as camadas sociais. Conclui-se que a qualidade de vida no Brasil está intimamente ligada à efetividade das políticas públicas, sendo fundamental que estas sejam pensadas de forma a atender às necessidades da população e contribuir para a construção de um futuro mais justo e sustentável para as famílias.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas Públicas. Qualidade de Vida. Economia Familiar.

ABSTRACT

This study examines the relationship between public policies and quality of life in Brazil, considering the influence of these factors from the perspective of microeconomics and family economics. Public policies are government actions to ensure fundamental rights to the population in areas such as health, education, security, and leisure, to promote the well-being and dignity of citizens. Quality of life, in turn, goes beyond the simple satisfaction of basic needs and involves a series of interconnected factors, such as health, income, education, and housing, which directly affect the well-being of families and communities. The research adopts a bibliographic approach, analyzing the main publications on public policies and their relationship with the improvement of quality of life, focusing on how government actions impact the economy of families and the functioning of their daily routines. Public policies can generate positive or negative impacts, depending on their formulation and execution, and their effectiveness reflects directly on people's lives. In addition, the study explores how access to these rights and services, through well-structured public policies, can influence the quality of life of Brazilian families, especially low-income ones, and contribute to a more equitable and sustainable development. The analysis also highlights the importance of implementing public policies that promote social inclusion and equity, ensuring the improvement of living conditions for all social strata. It is concluded that the quality of life in Brazil is closely linked to the effectiveness of public policies, and it is essential that they



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

are designed to meet the needs of the population and contribute to the construction of a fairer and more sustainable future for families.

KEYWORDS: Public Policies. Quality of Life. Family Economy.

RESUMEN

Este estudio examina la relación entre las políticas públicas y la calidad de vida en Brasil, considerando la influencia de estos factores desde la perspectiva de la microeconomía y la economía familiar. Las políticas públicas son acciones gubernamentales para garantizar los derechos fundamentales de la población en áreas como la salud, la educación, la seguridad y el esparcimiento, con el fin de promover el bienestar y la dignidad de los ciudadanos. La calidad de vida, a su vez, va más allá de la simple satisfacción de las necesidades básicas e involucra una serie de factores interconectados, como la salud, los ingresos, la educación y la vivienda, que afectan directamente el bienestar de las familias y las comunidades. La investigación adopta un enfoque bibliográfico, analizando las principales publicaciones sobre políticas públicas y su relación con la mejora de la calidad de vida, centrándose en cómo las acciones gubernamentales impactan en la economía de las familias y en el funcionamiento de sus rutinas diarias. Las políticas públicas pueden generar impactos positivos o negativos, dependiendo de su formulación y ejecución, y su efectividad se refleja directamente en la vida de las personas. Además, el estudio explora cómo el acceso a estos derechos y servicios, a través de políticas públicas bien estructuradas, puede influir en la calidad de vida de las familias brasileñas, especialmente las de bajos ingresos, y contribuir a un desarrollo más equitativo y sostenible. El análisis también destaca la importancia de implementar políticas públicas que promuevan la inclusión social y la equidad, asegurando la mejora de las condiciones de vida de todos los estratos sociales. Se concluye que la calidad de vida en Brasil está estrechamente ligada a la efectividad de las políticas públicas, y es fundamental que estén diseñadas para satisfacer las necesidades de la población y contribuir a la construcción de un futuro más justo y sostenible para las familias.

PALABRAS CLAVE: Políticas Públicas. Calidad de vida. Economía Familiar.

¹ Programa de Pós-Graduação em Medicina Translacional, Departamento de Medicina, Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo.

² Programa de Pós-Graduação em Medicina Translacional, Departamento de Medicina, Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo - SP. Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo – SP.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

A ECONOMIA FAMILIAR NO CONTEXTO RURAL: GESTÃO, SUSTENTABILIDADE E PLANEJAMENTO FINANCEIRO

THE FAMILY ECONOMY IN THE RURAL CONTEXT: MANAGEMENT, SUSTAINABILITY AND FINANCIAL PLANNING

LA ECONOMÍA FAMILIAR EN EL CONTEXTO RURAL: GESTIÓN, SOSTENIBILIDAD Y PLANIFICACIÓN FINANCIERA

Luiz Fernando Negrão de Castilho¹

RESUMO

O Professor Dárcio Guimarães de Andrade afirma que *“a família constitui célula-mater da sociedade. É a primeira das instituições da sociedade e encarna o princípio da continuidade social”*. Segundo o Professor Clodoaldo Paixão, *“entende-se por economia familiar, um empreendimento com duas características principais: gestão ou administração familiar e trabalho predominantemente familiar”*. Da Lei nº 8.212/1991: *“entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração”*. A Lei nº 8.171/1991, que dispõe sobre a política agrícola, estabelece em seu art. 3º que dentre seus objetivos está: *“prestar apoio institucional ao produtor rural, com prioridade ao pequeno produtor e sua família”* e *“melhorar a renda e a qualidade de vida no meio rural”*. Entretanto, a política agrícola (cf. arts. 4º, 16 e 17) tem como foco de suas ações as atividades produtivas agropecuárias e não as de gestão do negócio, principalmente a de planejamento financeiro, e essa ignorância acaba por levar muitas famílias rapidamente à ruína. Para o sucesso, recomenda-se fazer plano orçamentário anual, desmembrado em períodos (sendo definido pelo ingresso da renda principal, o que geralmente é mensal), no qual são inseridas as entradas, os gastos recorrentes (que sempre acontecem como aluguel e alimentação), os obrigatórios ocasionais (como uniforme e material escolar no início do período letivo), os ocasionais (como vestimentas e utensílios) e, se ainda sobrar recursos, dá para se pensar em aquisições de bens. Precisa sempre monitorar a realização desse plano para antecipar carências financeiras. Outro conceito importante é o ciclo de caixa, onde se considera o prazo para receber recursos menos os prazos para pagar compromissos e para efetivar as vendas. Deve ser positivo, se não vai precisar de empréstimos.

PALAVRAS-CHAVE: Economia familiar. Planejamento financeiro. Orçamento. Sustentabilidade.

ABSTRACT

Professor Dárcio Guimarães de Andrade states that *“the family constitutes the mother cell of society. It is the first of the institutions of society and embodies the principle of social continuity.”* According to Professor Clodoaldo Paixão, *“family economy is understood as an enterprise with two main characteristics: family management or administration and predominantly family work”*. From Law No. 8,212/1991: *“The family economy regime is understood to be the activity in which the work of family members is indispensable to their subsistence and to the socioeconomic development of the family nucleus and is carried out in conditions of mutual dependence and collaboration”*. Law No. 8,171/1991, which provides for agricultural policy, establishes in its article 3 that among its objectives are: *“to provide institutional support to rural producers, with priority to small producers and their families”* and *“to improve income and quality of life in rural areas”*. However, the agricultural policy (cf. articles 4, 16, and 17) focuses its actions on agricultural productive activities and not on business management, especially financial planning, and this ignorance ends up quickly leading many families to ruin. For success, it is recommended to make an annual budget plan, broken down into periods (being defined by the income of the main income, which is usually monthly), in which the income, the recurring expenses (which always happen such as rent and food), the occasional mandatory (such as uniform and school supplies



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

at the beginning of the school term), the occasional (such as clothing and utensils) and, if there are still resources left, you can think about acquiring goods. You always need to monitor the implementation of this plan to anticipate financial shortages. Another important concept is the cash cycle, where the deadline for receiving funds is considered minus the deadlines for paying commitments and making sales. It must be positive, if you will not need loans.

KEYWORDS: Family economy. Financial planning. Budget. Sustainability.

RESUMES

El profesor Dárcio Guimarães de Andrade afirma que "la familia constituye la célula madre de la sociedad. Es la primera de las instituciones de la sociedad y encarna el principio de continuidad social". Según el profesor Clodoaldo Paixão, "la economía familiar se entiende como una empresa con dos características principales: la gestión o administración familiar y el trabajo predominantemente familiar". De la Ley Nº 8.212/1991: "se entiende por régimen de economía familiar la actividad en la que el trabajo de los miembros de la familia es indispensable para su propia subsistencia y para el desarrollo socioeconómico del núcleo familiar y se realiza en condiciones de dependencia y colaboración mutuas". La Ley Nº 8.171/1991, que establece la política agropecuaria, establece en su artículo 3 que entre sus objetivos se encuentran: "brindar apoyo institucional a los productores rurales, con prioridad a los pequeños productores y sus familias" y "mejorar los ingresos y la calidad de vida en las zonas rurales". Sin embargo, la política agropecuaria (cf. artículos 4, 16 y 17) centra sus acciones en las actividades productivas agropecuarias y no en la gestión empresarial, especialmente en la planificación financiera, y este desconocimiento termina rápidamente llevando a muchas familias a la ruina. Para tener éxito, se recomienda hacer un plan de presupuesto anual, desglosado en periodos (estando definidos por los ingresos del ingreso principal, que suele ser mensual), en los que los ingresos, los gastos recurrentes (que siempre suceden como el alquiler y la alimentación), los ocasionales obligatorios (como el uniforme y los útiles escolares al inicio del período escolar), los ocasionales (como la ropa y los utensilios) y, Si todavía quedan recursos, puede pensar en adquirir bienes. Siempre es necesario supervisar la implementación de este plan para anticiparse a las carencias financieras. Otro concepto importante es el ciclo de caja, donde se considera la fecha límite para recibir fondos menos los plazos para pagar compromisos y realizar ventas. Debe ser positivo, si no vas a necesitar préstamos.

PALABRAS CLAVE: Economía familiar. Planificación financiera. Presupuesto. Sostenibilidad.

¹ Mestrado Profissional em andamento no PROFIAP – UNIFESP; Mestrado Acadêmico incompleto em Controladoria na FEA-USP; Graduação em Ciências Contábeis na FEA-USP. Profissional: consultor em contabilidade e administração pública para prefeituras de SP desde 2019; consultor empresarial desde 1992; 19 anos como gestor empresarial.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO CAMPUS GUARULHOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

IMPLEMENTATION OF THE ENERGY EFFICIENCY PROJECT OF THE GUARULHOS CAMPUS OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF SÃO PAULO

IMPLEMENTACIÓN DEL PROYECTO DE EFICIENCIA ENERGÉTICA DEL CAMPUS DE GUARULHOS DE LA UNIVERSIDAD FEDERAL DE SÃO PAULO

Marcos Kochleitner¹

RESUMO

As preocupações com o meio ambiente e com os recursos naturais vêm ganhando cada vez maior destaque no cenário nacional e internacional. No caso das Universidades Federais, o Decreto nº 7.746/2012 e a Instrução Normativa nº 10/2012 estabeleceram diretrizes que enfatizam a responsabilidade do poder público em incorporar a sustentabilidade em suas atividades. A Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou em 2015 uma Agenda que promove o Desenvolvimento Sustentável até o ano de 2030. Esta Agenda incorpora 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que enfrenta desafios globais como a pobreza, a proteção do meio ambiente e garantia de que todas as pessoas possam desfrutar de paz e prosperidade. Neste sentido e alinhado ao ODS 7 intitulado "Energia Limpa e Acessível", o *campus* Guarulhos da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) concorreu na Chamada Pública de Projetos de Eficiência Energética (CPP) 001/2023, promovida pela concessionária EDP Bandeirantes. O resultado desta CPP foi divulgado em abril/2024, contemplando o projeto do campus, o qual contará com financiamento de R\$ 408.200,00. O Plano de Eficiência Energética prevê melhorias na infraestrutura da unidade, incluindo a substituição de mais de 3.300 lâmpadas e refletores antigos por modelos mais eficientes, a instalação de uma usina fotovoltaica e redução estimada do consumo elétrico anual em 263 MWh. Adicionalmente, está previsto o descarte ambientalmente correto do material substituído, bem como a realização de treinamento sobre eficiência energética à comunidade acadêmica. A economia anual estimada do Projeto ultrapassa R\$ 140 mil, levando a Universidade não só a reduzir seus custos com energia, mas também contribuir para a sustentabilidade ambiental por meio da adoção de práticas mais eficientes e ecológicas.

PALAVRAS-CHAVE: Energia renovável. Economia circular. Gestão pública. Eficiência energética. Sustentabilidade.

ABSTRACT

Concerns about the environment and natural resources have been gaining increasing prominence in the national and international scenarios. In the case of Federal Universities, Decree No. 7,746/2012 and Normative Instruction No. 10/2012 established guidelines that emphasize the responsibility of the government to incorporate sustainability into its activities. In 2015, the United Nations (UN) presented an Agenda that promotes Sustainable Development by the year 2030. This Agenda incorporates 17 Sustainable Development Goals (SDGs), which address global challenges such as poverty, protecting the environment, and ensuring that all people can enjoy peace and prosperity. In this sense and in line with SDG 7 entitled "Clean and Affordable Energy", the Guarulhos campus of the Federal University of São Paulo competed in the Public Call for Energy Efficiency Projects (CPP) 001/2023, promoted by the concessionaire EDP Bandeirantes. The result of this CPP was released in April/2024, contemplating the campus project, which will have funding of R\$ 408,200.00. The Energy Efficiency Plan provides for improvements in the unit's infrastructure, including the replacement of more than 3,300 old lamps and reflectors with more efficient models, the installation of a photovoltaic plant, and an estimated reduction in annual electricity consumption of 263 MWh. In addition, the environmentally correct disposal of the replaced material is planned, as well as training on energy efficiency for the academic community. The estimated annual savings of the Project exceeds R\$ 140 thousand, leading the University not only to



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

reduce its energy costs, but also to contribute to environmental sustainability through the adoption of more efficient and ecological practices.

KEYWORDS: *Renewable energy. Circular economy. Public management. Energy efficiency. Sustainability.*

RESUMEN

Las preocupaciones sobre el medio ambiente y los recursos naturales han ido ganando cada vez más protagonismo en el escenario nacional e internacional. En el caso de las Universidades Federales, el Decreto Nº 7.746/2012 y la Instrucción Normativa Nº 10/2012 establecieron lineamientos que enfatizan la responsabilidad del gobierno de incorporar la sostenibilidad en sus actividades. En 2015, la Organización de las Naciones Unidas (ONU) presentó una Agenda que promueve el Desarrollo Sostenible para el año 2030. Esta Agenda incorpora 17 Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), que abordan desafíos globales como la pobreza, la protección del medio ambiente y la garantía de que todas las personas puedan disfrutar de paz y prosperidad. En este sentido y en línea con el ODS 7 denominado "Energía Limpia y Asequible", el campus de Guarulhos de la Universidad Federal de São Paulo (Unifesp) concursó en la Convocatoria Pública de Proyectos de Eficiencia Energética (CPP) 001/2023, impulsada por la concesionaria EDP Bandeirantes. El resultado de este CPP fue divulgado en abril/2024, contemplando el proyecto del campus, que tendrá financiación de R\$ 408.200,00. El Plan de Eficiencia Energética contempla mejoras en la infraestructura de la unidad, incluyendo la sustitución de más de 3.300 lámparas y reflectores antiguos por modelos más eficientes, la instalación de una planta fotovoltaica y una reducción estimada del consumo eléctrico anual de 263 MWh, además de la disposición ambientalmente correcta del material sustituido, así como la capacitación en eficiencia energética para la comunidad académica. El ahorro anual estimado del Proyecto supera los R\$ 140 mil, lo que lleva a la Universidad no solo a reducir sus costos de energía, sino también a contribuir a la sostenibilidad ambiental a través de la adopción de prácticas más eficientes y ecológicas.

PALABRAS CLAVE: *Energías renovables. Economía circular. Gestión pública. Rendimiento energético. Sostenibilidad.*

¹ Servidor público da UNIFESP desde 2014. Atua como Assessor das Direções Acadêmica e Administrativa no campus Guarulhos. Mestrando em Administração Pública na UNIFESP-PROFIAP. Possui graduado em Automação de Escritórios e Secretariado e Pós-graduado (especialização) em Gestão Empresarial pela FATEC/SP (Faculdade de Tecnologia de São Paulo).



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

IMPACTOS DAS TELAS DIGITAIS NO DESENVOLVIMENTO INFANTIL E BEM-ESTAR FAMILIAR: DESAFIOS PARA A ECONOMIA FAMILIAR

IMPACTS OF DIGITAL SCREENS ON CHILD DEVELOPMENT AND FAMILY WELL-BEING: CHALLENGES FOR THE FAMILY ECONOMY

IMPACTOS DE LAS PANTALLAS DIGITALES EN EL DESARROLLO INFANTIL Y EL BIENESTAR FAMILIAR: DESAFÍOS PARA LA ECONOMÍA FAMILIAR

Thales Fernando de Campos Pissolato¹

RESUMO

Este trabalho busca avaliar os impactos do uso de telas digitais por crianças e adolescentes, considerando os efeitos sobre o desenvolvimento integral e o bem-estar familiar. Com base em estudos secundários apresentados na literatura, o estudo visa a oferecer diretrizes que subsidiem a criação de políticas e práticas que orientem o uso de dispositivos eletrônicos em ambientes escolares públicos e privados. Dados levantados em pesquisas utilizadas neste trabalho indicam que a exposição precoce e excessiva às telas impacta negativamente diversas esferas do desenvolvimento infantil, incluindo aspectos somáticos (como obesidade e maturação cardiovascular), emocionais (como aumento da ansiedade e agressividade) e cognitivos (prejuízos em concentração e linguagem), além de influenciar o desempenho escolar. A metodologia adotou revisão bibliográfica sobre o tema e análise documental, especialmente em dados secundários de pesquisas realizadas. Evidenciou-se a necessidade de regulamentação governamental e a restrição familiar no uso de dispositivos digitais, alinhando-se a estudos da neurociência cognitiva. Este estudo conclui que a definição de limites claros no uso de telas é fundamental para mitigar os riscos associados. Adicionalmente, propõe-se a continuidade das pesquisas, abordando o impacto das telas em contextos específicos e seu uso pedagógico restrito, assim como a aplicação de estudos de caso e pesquisa-ação em escolas ou comunidades que já restringem o uso desses dispositivos. Esse enfoque pode fornecer subsídios práticos para a construção de políticas educativas mais conscientes, visando ao desenvolvimento saudável e integral dos jovens.

PALAVRAS-CHAVE: Economia familiar. Desenvolvimento infantil. Impacto das telas. Bem-estar familiar. Regulamentação digital.

ABSTRACT

This study aims to evaluate the impacts of the use of digital screens by children and adolescents, considering the effects on integral development and family well-being. Based on secondary studies presented in the literature, the study aims to offer guidelines that support the creation of policies and practices that guide the use of electronic devices in public and private school environments. Data collected in research used in this study indicate that early and excessive exposure to screens negatively impacts several spheres of child development, including somatic aspects (such as obesity and cardiovascular maturation), emotional aspects (such as increased anxiety and aggressiveness) and cognitive aspects (impairments in concentration and language), in addition to influencing school performance. The methodology adopted a literature review on the subject and documentary analysis, especially in secondary data from research carried out. The need for government regulation and family restriction on the use of digital devices was evidenced, in line with cognitive neuroscience studies. This study concludes that setting clear limits on screen use is key to mitigating the associated risks. Additionally, it is proposed the continuity of research, addressing the impact of screens in specific contexts and their restricted pedagogical use, as well as the application of case studies and action research in schools or communities that already restrict the use of these devices. This approach can provide practical subsidies for the construction of more conscious educational policies, aiming at the healthy and integral development of young people.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

KEYWORDS: *Family economy. Child development. Impact of screens. Family well-being. Digital regulation.*

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo evaluar los impactos del uso de pantallas digitales por parte de niños, niñas y adolescentes, considerando los efectos sobre el desarrollo integral y el bienestar familiar. A partir de estudios secundarios presentados en la literatura, el estudio tiene como objetivo ofrecer lineamientos que apoyen la creación de políticas y prácticas que guíen el uso de dispositivos electrónicos en entornos escolares públicos y privados. Los datos recogidos en las investigaciones utilizadas en este estudio indican que la exposición temprana y excesiva a las pantallas impacta negativamente en varias esferas del desarrollo infantil, incluyendo aspectos somáticos (como la obesidad y la maduración cardiovascular), aspectos emocionales (como el aumento de la ansiedad y la agresividad) y cognitivos (alteraciones en la concentración y el lenguaje), además de influir en el rendimiento escolar. La metodología adoptó una revisión bibliográfica sobre el tema y análisis documental, especialmente en datos secundarios de investigaciones realizadas. Se evidenció la necesidad de regulación gubernamental y restricción familiar en el uso de dispositivos digitales, en línea con estudios de neurociencia cognitiva. Este estudio concluye que establecer límites claros en el uso de pantallas es clave para mitigar los riesgos asociados. Adicionalmente, se propone la continuidad de la investigación, abordando el impacto de las pantallas en contextos específicos y su uso pedagógico restringido, así como la aplicación de estudios de caso e investigación-acción en escuelas o comunidades que ya restringen el uso de estos dispositivos. Este enfoque puede proporcionar subsidios prácticos para la construcción de políticas educativas más conscientes, que apunten al desarrollo saludable e integral de los jóvenes.

PALABRAS CLAVE: *Economía familiar. Desarrollo del niño. Impacto de las pantallas. Bienestar familiar. Regulación digital.*

¹ Servidor público no Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região desde 2011. Atualmente, ocupa o cargo de Diretor da Coordenadoria de Auditoria Financeira e Operacional. É Auditor Interno certificado pela CIA, com acreditação pelo *Institute of Internal Auditors* (IIA). Mestrando em Administração Pública pela Unifesp. Possui graduação em Gestão da Tecnologia da Informação pela FATEC e especialização na mesma área pelo IFSP.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

A ECONOMIA FAMILIAR NO VAREJO FARMACÊUTICO: PERCEPÇÃO DOS GESTORES SOBRE O PAPEL DAS FARMÁCIAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

FAMILY ECONOMICS IN PHARMACEUTICAL RETAIL: MANAGERS' PERCEPTION OF THE ROLE OF PHARMACIES IN PRIMARY HEALTH CARE

ECONOMÍA FAMILIAR EN EL COMERCIO MINORISTA FARMACÉUTICO: PERCEPCIÓN DE LOS DIRECTIVOS SOBRE EL PAPEL DE LAS FARMACIAS EN LA ATENCIÓN PRIMARIA DE SALUD

Wesley Nelo Da Silva¹
Márcia Mello Costa De Liberal²

RESUMO

Este estudo busca analisar a percepção dos gestores de farmácias em São Paulo sobre o papel do varejo farmacêutico como ferramenta de apoio à atenção primária à saúde, explorando a possibilidade de expandir os serviços oferecidos pelas farmácias para além da simples venda de medicamentos. As farmácias, com seu acesso direto à população e presença em locais estratégicos, têm o potencial de se tornar a primeira opção de acesso à saúde, especialmente em áreas onde o sistema de saúde pública enfrenta desafios. O estudo enfoca os serviços farmacêuticos já disponíveis nas farmácias, bem como as possíveis inovações que poderiam ser implementadas para atender à população de maneira mais eficaz, abordando desde serviços de orientação até ações mais complexas, como aferição de pressão arterial e testes rápidos. A pesquisa destaca a relevância das parcerias público-privadas (PPP) no fortalecimento da atuação das farmácias dentro do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, investiga o modelo médico-farmacêutico "in store" voltado para a Atenção Primária à Saúde, visando a integração do setor farmacêutico com os cuidados básicos à saúde. A coleta de dados foi realizada entre abril e outubro de 2024, por meio de um estudo prospectivo e exploratório, com abordagem quantitativa e qualitativa. Foram analisadas 353 respostas de gestores, incluindo gerentes, farmacêuticos e gerentes farmacêuticos, sobre a percepção deles acerca dos serviços de saúde disponíveis nas farmácias e as possibilidades de inovação. Os resultados indicaram que as farmácias já oferecem uma variedade de serviços de saúde, mas que existe grande potencial para ampliar essas ofertas, especialmente com a implementação de novos modelos de serviços e a promoção de parcerias públicas e privadas. A pesquisa também revela que a Lei nº 13.021/2014, que reconhece as farmácias como estabelecimentos de saúde, abre portas para um futuro promissor, onde as farmácias possam desempenhar um papel significativo na promoção da saúde, especialmente em comunidades carentes.

PALAVRAS-CHAVE: Economia Familiar. Varejo Farmacêutico. Atenção Primária à Saúde.

ABSTRACT

This study seeks to analyze the perception of pharmacy managers in São Paulo about the role of pharmaceutical retail as a tool to support primary health care, exploring the possibility of expanding the services offered by pharmacies beyond the simple sale of medicines. Pharmacies, with their direct access to the population and presence in strategic locations, have the potential to become the first option for accessing healthcare, especially in areas where the public health system faces challenges. The study focuses on the pharmaceutical services already available in pharmacies, as well as the possible innovations that could be implemented to serve the population more effectively, ranging from guidance services to more complex actions, such as blood pressure measurement and rapid tests. The survey highlights the relevance of public-private partnerships (PPP) in strengthening the performance of pharmacies within the Unified Health System (SUS). In addition, it investigates the medical-pharmaceutical model "in store" focused on Primary Health Care, aiming at the integration of the pharmaceutical sector with basic health care. Data collection was carried out between April and October



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

2024, through a prospective and exploratory study, with a quantitative and qualitative approach. A total of 353 responses from managers, including managers, pharmacists and pharmaceutical managers, were analyzed about their perception of the health services available in pharmacies and the possibilities for innovation. The results indicated that pharmacies already offer a variety of health services, but that there is great potential to expand these offers, especially with the implementation of new service models and the promotion of public and private partnerships. The research also reveals that Law No. 13,021/2014, which recognizes pharmacies as health establishments, opens doors to a promising future, where pharmacies can play a significant role in promoting health, especially in underserved communities.

KEYWORDS: Family Economics. Pharmaceutical Retail. Primary Health Care.

RESUMEN

Este estudio busca analizar la percepción de los gerentes de farmacia en São Paulo sobre el papel del retail farmacéutico como herramienta de apoyo a la atención primaria de salud, explorando la posibilidad de ampliar los servicios ofrecidos por las farmacias más allá de la simple venta de medicamentos. Las farmacias, con su acceso directo a la población y su presencia en lugares estratégicos, tienen el potencial de convertirse en la primera opción para acceder a la atención sanitaria, especialmente en zonas donde el sistema público de salud se enfrenta a desafíos. El estudio se centra en los servicios farmacéuticos ya disponibles en las farmacias, así como en las posibles innovaciones que podrían implementarse para atender a la población de forma más eficaz, desde servicios de orientación hasta acciones más complejas, como la medición de la presión arterial y las pruebas rápidas. La encuesta destaca la relevancia de las asociaciones público-privadas (APP) en el fortalecimiento del desempeño de las farmacias dentro del Sistema Único de Salud (SUS). Además, investiga el modelo médico-farmacéutico "in store" centrado en la Atención Primaria de Salud, apuntando a la integración del sector farmacéutico con la atención básica de salud. La recolección de datos se realizó entre abril y octubre de 2024, a través de un estudio prospectivo y exploratorio, con enfoque cuantitativo y cualitativo. Se analizaron un total de 353 respuestas de gerentes, entre gerentes, farmacéuticos y gerentes farmacéuticos, sobre su percepción de los servicios de salud disponibles en las farmacias y las posibilidades de innovación. Los resultados indicaron que las farmacias ya ofrecen una variedad de servicios de salud, pero que existe un gran potencial para ampliar estas ofertas, especialmente con la implementación de nuevos modelos de servicio y la promoción de alianzas públicas y privadas. La investigación también revela que la Ley Nº 13.021/2014, que reconoce a las farmacias como establecimientos de salud, abre las puertas a un futuro promisorio, donde las farmacias pueden desempeñar un papel importante en la promoción de la salud, especialmente en las comunidades desatendidas.

PALABRAS CLAVE: Economía familiar. Venta al por menor farmacéutica. Atención Primaria de Salud.

¹ Programa de Pós-Graduação em Medicina Translacional, Departamento de Medicina, Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo.

² Programa de Pós-Graduação em Medicina Translacional, Departamento de Medicina, Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo - SP. Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo – SP.



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

POLÍTICAS PÚBLICAS COMO FERRAMENTA DE INCENTIVO ECONÔMICO À PESQUISA E AO DESENVOLVIMENTO DE NOVOS MEDICAMENTOS PARA A LEISHMANIOSE VISCERAL

PUBLIC POLICIES AS A TOOL FOR ECONOMIC INCENTIVE TO RESEARCH AND DEVELOPMENT OF NEW DRUGS FOR VISCERAL LEISHMANIASIS

LAS POLÍTICAS PÚBLICAS COMO HERRAMIENTA DE INCENTIVO ECONÓMICO A LA INVESTIGACIÓN Y DESARROLLO DE NUEVOS FÁRMACOS CONTRA LA LEISHMANIASIS VISCERAL

Willian Couto¹

José Angelo Lauletta Lindoso²

Márcia Mello Costa De Liberal³

RESUMO

Introdução: A leishmaniose visceral é uma doença tropical negligenciada que afeta, principalmente, populações vulneráveis, com risco elevado de mortalidade se não tratada adequadamente. Sua prevalência em regiões de baixo recurso e o impacto nas comunidades sociais e econômicas exigem uma abordagem integrada e sustentável para seu controle. Objetivo: Este estudo busca estabelecer a relação entre políticas públicas e sua função estratégica no incentivo econômico à pesquisa e ao desenvolvimento de novos medicamentos para a leishmaniose visceral, com foco na promoção da soberania sanitária e redução da dependência externa. Métodos: Trata-se de um estudo qualitativo exploratório, conduzido por meio de entrevistas com 16 indivíduos, de ambos os sexos, com experiência acadêmica ou profissional em doenças negligenciadas. As entrevistas abordaram percepções sobre a atuação de políticas públicas, financiamento e incentivos à pesquisa e desenvolvimento de medicamentos. Resultados: A soberania sanitária de um país depende de sua capacidade de desenvolver e gerenciar políticas públicas autônomas para a saúde, com investimentos estratégicos em infraestrutura de pesquisa, capacitação de profissionais e cooperação internacional. Políticas públicas que incentivem a produção local de medicamentos e ofereçam financiamento adequado são fundamentais não apenas para melhorar o acesso a tratamentos, mas também para fortalecer a economia local. A ausência de uma agenda estatal estruturada e de recursos financeiros direcionados compromete o avanço na pesquisa de novos tratamentos para a leishmaniose visceral e perpetua a dependência de soluções externas. Considerações Finais: As políticas públicas têm um papel crucial na superação dos desafios sanitários e econômicos da leishmaniose visceral. Ao promover a soberania sanitária e investir no desenvolvimento local de medicamentos, essas políticas não só atendem às necessidades de saúde pública, mas também geram um impacto econômico positivo, promovendo a autossuficiência e a inovação no setor de saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas. Medicamentos. Leishmaniose visceral. Soberania sanitária. Desenvolvimento econômico.

SUMMARY

Introduction: Visceral leishmaniasis is a neglected tropical disease that mainly affects vulnerable populations, with a high risk of mortality if not properly treated. Its prevalence in low-resource regions and its impact on social and economic communities require an integrated and sustainable approach to its control. Objective: This study seeks to establish the relationship between public policies and their strategic role in the economic incentive to research and develop new drugs for visceral leishmaniasis, focusing on promoting health sovereignty and reducing external dependence. Methods: This is a qualitative exploratory study, conducted through interviews with 16 individuals, of both sexes, with academic or professional experience in neglected diseases. The interviews addressed perceptions



25 e 26 de novembro de 2024

EPPEN/Osasco - Unifesp

about the performance of public policies, financing, and incentives for research and development of medicines. Results: A country's health sovereignty depends on its ability to develop and manage autonomous public policies for health, with strategic investments in research infrastructure, training of professionals, and international cooperation. Public policies that encourage local production of medicines and offer adequate financing are key not only to improving access to treatments but also to strengthening the local economy. The absence of a structured state agenda and targeted financial resources compromises progress in research into new treatments for visceral leishmaniasis and perpetuates dependence on external solutions. Final Considerations: Public policies play a crucial role in overcoming the health and economic challenges of visceral leishmaniasis. By promoting health sovereignty and investing in local drug development, these policies not only address public health needs but also generate a positive economic impact, promoting self-sufficiency and innovation in the health sector.

KEYWORDS: *Public policies. Medicines. Visceral leishmaniasis. Sanitary sovereignty. Economic development.*

RESUMEN

Introducción: La leishmaniasis visceral es una enfermedad tropical desatendida que afecta principalmente a poblaciones vulnerables, con un alto riesgo de mortalidad si no se trata adecuadamente. Su prevalencia en regiones de bajos recursos y sus efectos en las comunidades sociales y económicas exigen un enfoque integrado y sostenible de su control. Objetivo: Este estudio busca establecer la relación entre las políticas públicas y su papel estratégico en el incentivo económico a la investigación y desarrollo de nuevos medicamentos para la leishmaniasis visceral, con un enfoque en la promoción de la soberanía sanitaria y la reducción de la dependencia externa. Métodos: Se trata de un estudio cualitativo exploratorio, realizado a través de entrevistas a 16 individuos, de ambos sexos, con experiencia académica o profesional en enfermedades desatendidas. Las entrevistas abordaron percepciones sobre el desempeño de las políticas públicas, el financiamiento y los incentivos para la investigación y el desarrollo de medicamentos. Resultados: La soberanía sanitaria de un país depende de su capacidad para desarrollar y gestionar políticas públicas autónomas en salud, con inversiones estratégicas en infraestructura de investigación, formación de profesionales y cooperación internacional. Las políticas públicas que fomenten la producción local de medicamentos y ofrezcan un financiamiento adecuado son clave no solo para mejorar el acceso a los tratamientos, sino también para fortalecer la economía local. La ausencia de una agenda estatal estructurada y de recursos financieros específicos compromete el progreso en la investigación de nuevos tratamientos para la leishmaniasis visceral y perpetúa la dependencia de soluciones externas. Consideraciones finales: Las políticas públicas desempeñan un papel crucial en la superación de los desafíos sanitarios y económicos de la leishmaniasis visceral. Al promover la soberanía sanitaria e invertir en el desarrollo local de medicamentos, estas políticas no solo abordan las necesidades de salud pública, sino que también generan un impacto económico positivo, promoviendo la autosuficiencia y la innovación en el sector de la salud.

PALABRAS CLAVE: *Políticas públicas. Medicamentos. Leishmaniasis visceral. Soberanía sanitaria. Desarrollo económico.*

¹ Programa de Pós-Graduação em Medicina Translacional, Departamento de Medicina, Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo.

² Instituto de Infectologia Emilio Ribas, Departamento de Moléstias Infeciosas e Parasitárias da Faculdade de Medicina e Instituto de Medicina Tropical, Universidade de São Paulo.

³ Programa de Pós-Graduação em Medicina Translacional, Departamento de Medicina, Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo - SP. Programa de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP), Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo – SP.